

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Processo n.º: 14.174/2019-e
Origem: Companhia Energética de Brasília – CEB Holding
Assunto: Representação

Ementa: Representação, com pedido de medida cautelar, formulada por diversos empregados da CEB Distribuição S.A., versando sobre possíveis irregularidades atinentes à convocação para Assembleia de Acionistas da empresa, que tem por objeto a deliberação sobre a alteração do Plano de Negócios 2019/2023 e a captação de recursos associados com a alienação de participação acionária desta última. Assembleia marcada para o dia 19.06.2019, às 09h. Análise de admissibilidade. Unidade instrutiva propõe: não conhecer da representação formulada pelos empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB e CEB Distribuição S.A., tendo em vista o não atendimento do requisito previsto no art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF; dar ciência da Decisão que vier a ser prolatada ao representante; e autorizar o retorno dos autos à Segem/TCDF, para fins de arquivamento. Despacho Singular n.º 338/2019-GCIM, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994 e no art. 123 do Regimento Interno do TCDF, divergente da Seasp/TCDF, no sentido de: tomar conhecimento da Representação constante do e-DOC 5FBD0ED3-c, tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF; considerar prejudicada a medida cautelar pleiteada na exordial, tendo em conta que a assembleia de acionistas foi realizada na data prevista e que o Poder Judiciário denegou a prolação de liminar no âmbito do Processo n.º 0706217-31.2019.8.07.0018; fixar o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação da jurisdicionada acerca dos fatos representados; dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao representante legal dos signatários da exordial; e autorizar o envio de cópia da representação e da deliberação monocrática à CEB Holding, a fim de auxiliar o cumprimento da diligência em tela, bem como o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins. Decisão n.º 2.223/2019: o Tribunal, por unanimidade, referendou o Despacho Singular n.º 338/2019-GCIM. Manifestação da CEB, em atenção ao Despacho Singular n.º 338/2019-GCIM. Fato superveniente: requerimento para ingresso no feito como interessado, com fulcro no art. 119 do RI/TCDF, bem como para obtenção de cópia integral dos autos, formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF. Decisão n.º 2.492/2019: conhecimento da documentação juntada aos autos; e deferimento do pedido de habilitação do STIU/DF no processo como interessado, concedendo prazo de 15 (quinze) dias para que a referida entidade sindical tenha a oportunidade de se manifestar sobre a matéria tratada nos autos em exame, autorizando o pedido de cópia integral dos autos ao mencionado sindicato, com espeque nos arts. 129 e 131 do RI/TCDF, e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva (Informação n.º 41/2019-2ª Digem) propõe ao Tribunal: conhecer da documentação carreada ao feito; ratificar a chancela de sigilo conferida provisoriamente aos autos, nos termos da Resolução TCDF n.º 207/2010; deliberar sobre os pedidos de sustentação oral formulados pelo STIU/DF e pela CEB; considerar, no mérito, improcedentes as representações dos Empregados da CEB e do STIU/DF; determinar à CEB que se abstenha de tomar

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

qualquer medida que venha a ultimar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição até que seja publicado o acórdão referente à decisão do Recurso Extraordinário – RE 5.626; e dar ciência da decisão a ser proferida à CEB, ao STIU/DF e aos representantes, autorizando o retorno dos autos à Segem/TCDF para fins de arquivamento. Parecer divergente do MPjTCDF (Parecer n.º 592/2019-G1P), que opina pela procedência das representações dos empregados da CEB e do STIU/DF. Ingresso de pedido de cópia de peças processuais formulado pela CEB. Despacho Singular n.º 581/2019-GCIM: concessão das cópias, e fixação da data de 22.10.2019 para exercício da sustentação oral pelos representantes da CEB e do STIU/DF. Sessão Reservada n.º 1.289/2019: realização de sustentação oral de defesa pelo Dr. Jorge Luiz Leitão da Silva, OAB/DF 27.349, autor da representação; pela Dra. Clara Lis Coelho de Andrade, OAB/RJ 185.778, representante legal do STIU/DF; e pelo Dr. Murilo Bouzada de Barros, OAB/DF 11.467, Consultor Jurídico da Companhia Energética de Brasília. Decisão Reservada n.º 197/2019: adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao gabinete do Relator, à vista dos argumentos apresentados pelos defendentes, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para juntada de memoriais. Decisão n.º 3.822/2019: indeferimento da questão de ordem suscitada pelo patrono da CEB durante a sustentação oral realizada durante a Sessão Reservada n.º 1.289, atinente à alegada necessidade de chamamento do Distrito Federal ao feito para se manifestar; ciência da decisão aos signatários da exordial, ao STIU/DF e à CEB, por intermédio dos seus representantes legais; e envio de cópia do relatório/voto do Relator e da decisão ao Exmo. Governador do Distrito Federal, por intermédio da Caci/DF. Juntada de memoriais. Fato superveniente: ingresso de adendo à exordial, com novos pedidos de medida cautelar, formulado pelo Stiu/DF. 2ª Digem/TCDF (Informação n.º 66/2019-2ª Digem) sugere ao Tribunal: não conhecer da novel representação formulada pelo Stiu/DF, tendo em vista o não atendimento do requisito previsto no art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF. Cota aditiva do titular da Segem/TCDF pelo sobrestamento da apreciação do novo documento formulado pelo Stiu/DF até que o Tribunal decida quanto ao mérito da representação (peça 03). Sessão Ordinária n.º 5.183, de 05.12.2019: voto do Relator acerca da admissibilidade do adendo à exordial protocolado pelo Stiu/DF, deliberando acerca dos novos pedidos de medida cautelar suscitados, bem como sobre o mérito da representação. Decisão n.º 4.241/2019: adiado o julgamento da matéria em razão do pedido de vista formulado pelo Conselheiro Paulo Tadeu. Fatos supervenientes: requerimento para ingresso no feito como interessado, bem como para realização de sustentação oral quando do julgamento do feito, formulado pelo Distrito Federal, por intermédio da PGDF. Retorno dos autos ao Gabinete do Relator. Ingresso de pedido de cópia de peças dos autos formulado pela CEB. Decisão n.º 4.274/2019: conhecimento de documentos juntados ao processo; deferimento do pedido de habilitação do Distrito Federal no processo como interessado, autorizando o fornecimento de cópia integral dos autos à PGDF, e concedendo prazo de 15 (quinze) dias para que o ente estatal tenha a oportunidade de se manifestar sobre a matéria tratada nos autos em exame, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; informação à PGDF que o Órgão Central do Sistema Jurídico do Distrito Federal será oportunamente notificado da data a ser fixada para a realização de sustentação oral, na forma do art. 136, § 2º, do Regimento Interno desta Corte; tornar sem efeito a Decisão n.º 4.241/2019; determinação à STI/TCDF que exclua a peça de e-DOC 3E1D91F5-e do sistema e-TCDF; e deferimento do pedido para fornecimento de cópia das peças processuais requeridas pela CEB, fixando prazo de 5 (cinco) dias

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

para que a Companhia possa se manifestar sobre o teor dos documentos de e-DOCs EA0448FE-c e F1ECAAE2-c. Pedido de prorrogação formulado pela CEB. Manifestação da CEB em atenção ao item V da Decisão n.º 4.274/2019. Fato superveniente: ingresso de adendo à exordial, com novo pedido de medida cautelar, formulado pelo Stiu/DF. 2ª Digem/TCDF (Informação n.º 10/2020-2ª Digem) sugere ao Tribunal: conhecer do novel documento apresentado pelo Stiu/DF como representação; deliberar quanto à concessão da cautelar pleiteada e quanto à chancela de sigilo atribuída provisoriamente ao feito pela área instrutiva; e determinar à CEB que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe circunstanciados esclarecimentos sobre o teor da nova representação. Parecer parcialmente convergente do MPJTCDF, que opina: pelo conhecimento da nova representação; pela concessão da cautelar demandada; pela retirada da chancela de sigilo dos autos; e por determinação à CEB para que se manifeste sobre os termos da representação, no prazo de 30 (trinta) dias. Fato superveniente: juntada de novo documento pela CEB. Decisão Reservada n.º 64/2020: pelo conhecimento dos documentos de e-DOC F1ECAAE2-c e 5635497B-c, formulados pelo Stiu/DF, como adendos à exordial, denegando os pedidos de medida cautelar constantes do expediente de e-DOC F1ECAAE2-c, por não restarem caracterizados, de forma simultânea, os pressupostos necessários para a sua prolação; por determinação à CEB para que envie cópia de documentos ao Gabinete do Relator para análise quanto à incidência ou não do regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital n.º 34.276/2013, devendo a Cogedoc/TCDF dar tratamento restrito aos documentos que vierem a ser protocolados nesta Corte em atenção à diligência; pela concessão de prazo de 10 (dez) dias à CEB para que se manifeste sobre o teor do documento de e-DOC 5635497B-c, tendo em vista que já o fez em relação ao documento de e-DOC F1ECAAE2-c, facultando o pronunciamento do Distrito Federal no mesmo prazo, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; pelo envio de cópia de peças do processo à CEB e à PGDF; e pela não confirmação da classificação de sigilo dos autos, ante a ausência de elementos que justifiquem, *in casu*, a excepcionalização do princípio constitucional da transparência. Embargos de declaração opostos pela CEB, em face da Decisão Reservada n.º 64/2020. Juntada, pelo MPJTCDF, de documento encaminhado ao órgão ministerial pelo Stiu/DF. Novo documento protocolado pelo Stiu/DF, com pedidos de medida cautelar, e requerendo o julgamento dos embargos declaratórios opostos pela CEB. Decisão n.º 1.655/2020: conhecimento dos embargos de declaração opostos Companhia Energética de Brasília – CEB em face da Decisão Reservada n.º 64/2020, negando-lhes provimento, ante a ausência de obscuridade, omissão ou contradição na deliberação plenária recorrida; conhecimento do documento de e-DOC 5B23D4E0-c, protocolado Stiu/DF, como adendo à representação de e-DOC 5FBD0ED3-c, na parte que trata do Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1 e do desenvolvimento dos contratos firmados com o BNDES após o Pregão Eletrônico n.º 42/2019-BNDES; ter por prejudicado o pedido de medida cautelar constante do documento a que alude o item I.b, para suspensão de “*eventual análise e execução da modelagem de desestatização da CEB Distribuição*”, tendo em vista que a Corte já apreciou, na essência, a demanda, de forma ampla, nos termos do item II da Decisão Reservada n.º 64/2020, prevalecendo, *in casu*, os mesmos fundamentos adotados naquela deliberação plenária; prazo de 5 (cinco) dias para que a CEB-Holding dê fiel cumprimento ao item III da Decisão Reservada n.º 64/2020; alerta à Cogedoc/TCDF quanto ao disposto no item VII da Decisão Reservada n.º 64/2020;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

desentranhamento do documento de e-DOC 34751BED-c destes autos, com a autuação de processo específico pela Segem/TCDF para análise do preenchimento dos requisitos de admissibilidade, posto a matéria ali reportada não haver sido encampada pelo órgão ministerial no Ofício n.º 029/2020-GP1P, bem como a juntada de cópia do e-DOC 5B23D4E0-c no feito a ser autuado para a devida análise. Ingresso de novo documento protocolizado pelo Stiu/DF. Ingresso de expediente da CEB-H requerendo cópia da documentação acostada aos autos pelo Stiu/DF após prolação da Decisão n.º 1.655/2020. Informação n.º 50/2020-2ª Digem. Despacho Singular n.º 477/2020-GCIM: conhecimento do e-DOC 21582647-c como adendo à representação inicial do Stiu/DF; determinação à CEB-H para que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe circunstanciados esclarecimentos sobre o novel documento apresentado pelo Stiu/DF, facultando o pronunciamento da PGDF no mesmo prazo. Manifestações da CEB-Holding. Novo documento protocolado pelo Stiu/DF, com pedido de medida cautelar. Pedido de cópia de peças processuais formulado pela CEB-Holding. Novos esclarecimentos trazidos pela CEB-Holding, com peticionamento para vista antecipada de qualquer outra representação, para que possa se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Decisão n.º 3.396/2020: conhecimento do documento de e-DOC BD145CC1-c, protocolado pelo Stiu/DF, como adendo à representação de e-DOC 5FBD0ED3-c; ter por prejudicados os pedidos constantes da primeira parte do item “i” e do item “iii” do e-DOC BD145CC1-c; indeferimento dos pedidos de medida cautelar insertos na segunda parte do item “i” e no item “ii” do e-DOC BD145CC1-c, ante o não atendimento, de forma simultânea, dos requisitos necessários à sua prolação; com esteio no art. 230, § 7º e 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, determinação à CEB-Holding para que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste esclarecimentos quanto ao teor do novel documento manejado pelo Stiu/DF, facultando à PGDF, na condição de representante do acionista majoritário Distrito Federal, pronunciar-se no mesmo prazo; deferimento do pedido de cópia de peças processuais formulado pela CEB; e retorno dos autos à Segem/TCDF, para que, transcorrido o prazo para cumprimento das diligências, promova exame de mérito da representação objeto dos autos em exame e de todos os seus adendos, em caráter urgente e prioritário. Manifestação da CEB. Novo documento protocolado pelo Stiu/DF requerendo urgência e prioridade no julgamento do mérito do processo. Ofícios n.ºs 13/2020-GAB DEP. ARLETE SAMPAIO-LEGIS e 14/2020-GAB DEP. ARLETE SAMPAIO-LEGIS. Pedidos de cópia de documentos processuais formulados pelo Stiu/DF e pela CEB. Despacho Singular n.º 654/2020-GCIM: fixação do dia 21.10.2020 para a realização de sustentação oral por parte do Stiu/DF, da CEB Holding e da PGDF; e autorização para fornecimento de cópia de peças dos autos aos interessados. **Nesta fase:** sustentação oral por parte do Stiu/DF, da CEB Holding e da PGDF, e deliberação plenária. Unidade instrutiva sugere ao Tribunal (Informação n.º 77/2020-DIGEM2): conhecer dos documentos juntados ao feito; considerar parcialmente procedente a representação no tocante à participação do conselheiro representante dos empregados nas deliberações sobre a alienação do controle acionário da CEB Distribuição S.A., bem como quanto ao acesso às informações disponibilizadas aos demais conselheiros da CEB-Holding; considerar que a documentação de que trata o item III da Decisão Reservada n.º 64/2020 não está sujeita ao regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital n.º 34.276/2013; alertar à CEB para que cumpra o deliberado pela CVM em relação ao conselheiro representante dos empregados da empresa, notadamente no que tange às questões relativas à alienação do controle acionário da CEB-D; dar ciência da decisão a ser exarada aos

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

interessados; e autorizar o arquivamento dos autos. Parecer divergente do MPJTCDF, que opina pela necessidade de autorização legislativa para a desestatização da CEB Distribuição S.A. (Parecer n.º 869/2020-GP1P). Fatos supervenientes: juntada nos autos, pela CEB, de parecer independente e de decisão judicial; adendos ao Parecer n.º 869/2020-GP1P, por intermédio dos Ofícios n.ºs 67/2020-GP1P e 70/2020-GP1P. VOTO parcialmente convergente com a Segem/TCDF.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Representação¹, com pedido de medida cautelar, formulada por diversos empregados² da CEB Distribuição S.A., versando sobre possíveis irregularidades atinentes à convocação para Assembleia de Acionistas da empresa, que tem por objeto a deliberação sobre a alteração do Plano de Negócios 2019/2023 e a captação de recursos associados com a alienação de participação acionária desta última (e-DOC 5FBD0ED3-c).

A Assembleia de Acionistas foi agendada para ocorrer no dia 19.06.2019, às 09h, conforme consta do edital de convocação correspondente (fl. 42 do e-DOC 5FBD0ED3-c).

Considerando que o presente processo foi encaminhado ao meu gabinete às 15h23 do dia 19.06.2019, diante da urgência da matéria, entendi necessário dar jurisdição ao presente feito, naquela oportunidade, por meio do **Despacho Singular n.º 338/2019-GCIM** (e-DOC 68AA75EB-e), de 19.06.2019, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994 e no art. 123 do Regimento Interno do TCDF, no sentido de: tomar conhecimento da Representação constante do e-DOC 5FBD0ED3-c, tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF; considerar prejudicada a medida cautelar pleiteada na exordial, tendo em conta que a assembleia de acionistas foi realizada na data prevista e que o Poder Judiciário denegou a prolação de liminar no âmbito do Processo n.º 0706217-31.2019.8.07.0018; fixar o prazo de 5 (cinco) dias para manifestação da jurisdicionada acerca dos fatos representados; dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao representante legal dos signatários da exordial; e autorizar o envio de cópia da representação e da deliberação monocrática à CEB Holding, a fim de auxiliar o cumprimento da diligência em tela, bem como o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins.

Por intermédio do Ofício n.º 3896/2019-GP (e-DOC C6F0CE1C-e), o Tribunal deu ciência do teor do Despacho Singular n.º 338/2019-GCIM ao Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, atual Diretor-Geral da CEB Holding e também da CEB Distribuição S/A..

Em 1º.07.2019, a Companhia Energética de Brasília – CEB protocolou nesta Corte o documento de e-DOC 9A6E77D6-c, em atenção ao disposto no item III da mencionada deliberação monocrática.

Na Sessão Ordinária n.º 5.140, de 02.07.2019, o Plenário referendou

¹ Protocolada no dia 17.06.2019, às 14h11min (fl. 01 do e-DOC 5FBD0ED3-c).

² Listados às fls. 14/21 do e-DOC 5FBD0ED3-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

o Despacho Singular n.º 338/2019-GCIM, nos termos da **Decisão n.º 2.223/2019** (e-DOC DA1FCA1B-e).

Posteriormente, no dia 15.07.2019, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF** apresentou requerimento para ingresso no feito como interessado, com fulcro no art. 119 do RI/TCDF, bem como para obtenção de cópia integral dos autos (e-DOC 5A02106B-c).

Em 23.07.2019, o Tribunal prolatou a **Decisão n.º 2.492/2019**, *in verbis*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do documento de e-DOC 9A6E77D6-c, remetido ao Tribunal pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em atenção ao disposto no item III do Despacho Singular n.º 338/2019-GCIM, referendado mediante a Decisão n.º 2.223/2019; b) do documento de e-DOC 5A02106B-c, protocolado nesta Corte pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF; II – com fulcro no art. 119, caput e § 4º, do RI/TCDF, deferir o pedido de habilitação do STIU/DF no processo como interessado, concedendo prazo de 15 (quinze) dias para que a referida entidade sindical tenha a oportunidade de se manifestar sobre a matéria tratada nos autos em exame, autorizando o pedido de cópia integral dos autos ao mencionado sindicato, com espeque nos arts. 129 e 131 do RI/TCDF, e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; III – dar ciência desta decisão ao STIU/DF, por intermédio do seu representante legal; IV – autorizar o retorno dos autos à Segem/TCDF, para as providências de sua alçada”.

Em 14.08.2019, os representantes trouxeram ao Tribunal documento complementar à peça inicial, nominado de “memorial”, requisitando que fosse juntado aos presentes autos (e-DOC F559397D-c).

No dia 16.08.2019, o STIU/DF se manifestou por intermédio do documento de e-DOC 22CF5C29-c, pugnando, no mérito, pela “*anulação dos efeitos da AGE 98 da CEB, quantos aos itens 1 e 2 deliberados, em razão das irregularidades apresentadas*”.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 41/2019-2ª Digem (e-DOC DF1DDE58-e), após contextualizar a matéria, manifestou-se sobre as alegações trazidas pelos Representantes e pelo STIU/DF, acerca de supostas irregularidades constantes dos procedimentos levados a efeito pela CEB Distribuição S/A., em cotejo como os argumentos apresentados pela Companhia, conforme a seguir reproduzido, com ajustes de forma:

II. MANIFESTAÇÕES DOS REPRESENTANTES E DO STIU/DF

10. Ressalta-se que a Representação inicial, formulada por Empregados da CEB Distribuição, em 17 de junho de 2019, foi



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

complementada por um novo documento em 14 de agosto e, também, ocorreu a habilitação do STIU/DF como interessado no processo, apresentando este as suas considerações em 16 de agosto.

11. Assim, apresentar-se-ão os principais pontos trazidos, tanto pelos Representantes quanto pelo STIU/DF.

II.a – Alegações dos Representantes³

12. Apresentada a cronologia dos fatos que envolvem a questão, começando com a aprovação da Lei Distrital nº 5.577/2015, que autorizou a alienação de participações acionárias da CEB, indicando que a receita das alienações deveria ser destinada à CEB Distribuição, para uso exclusivo em investimentos, pagamento de tributos e amortização de dívidas oriundas de empréstimos contratados até a data de publicação da lei, e finalizando com a convocação para a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a alienação do controle acionário da CEB Distribuição, os Representantes passaram a apontar as supostas irregularidades no processo.

II.a-1 - Descumprimento de determinações estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei 5.577/2015, principalmente acerca da necessidade de autorização legislativa para a alienação.

13. Iniciando sua argumentação, os Representantes afirmam que a principal irregularidade cometida pela CEB é o descumprimento de regras estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal e na Lei nº 5.577/2015. Na peça inicial da Representação expõe sobre o assunto nos seguintes termos⁴:

A Lei Orgânica, estabelece que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público, e que somente por lei específica poderá ser transformada ou privatizada uma das empresas integrantes do acervo patrimonial do DF, senão vejamos:

Art. 19. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público, e também ao seguinte:

(...)

XVIII - somente por lei específica pode ser:

- a) criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
- b) transformada, fundida, cindida, incorporada, privatizada ou extinta entidade de que trata a alínea a;

O representante legitimado para a tomada de decisão relativa aos atos que importem em transformação societária ou em privatização é a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Atualmente a vontade popular encontra-se firmada na Lei Distrital nº 5.577/2015, não cabendo ao acionista majoritário ou a qualquer dos acionistas minoritários decidir em sentido contrário.

(...)

Não cabe aos acionistas ou aos administradores a decisão de mudar o destino da lei vigente. **Permitir que a assembleia de acionistas delibere sobre tais questões equivale a revogar a própria**

³ Peças 3 e 25 – e-DOCs 5FBD0ED3-c e F559397D-c, respectivamente.

⁴ Peça 3 – e-DOC 5FBD0ED3-c (fls. 6/7 e 9).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

lei, uma acintosa usurpação da competência legislativa dos representantes do povo, insculpida na Lei Distrital nº 5.577/2015.

*Mais do que isso, o ato afronta a própria Lei Orgânica, que estabelece que somente por lei específica poderá ser **transformada, fundida, cindida, incorporada, privatizada** ou extinta **entidade da administração indireta do Distrito Federal**.*

***Permitir o contrário é tornar letra morta um mandamento expresso na legislação que rege o Distrito Federal**, novamente, usurpando a competência legislativa e relegando ao descaso a legítima vontade popular ali representada.*

14. Tendo tomado conhecimento do teor da manifestação da CEB, os Representantes apresentaram um adendo à peça inicial, reiterando, dentre outros argumentos, que a maior irregularidade seria o desrespeito às já mencionadas Normas Legais. Rebateu justificativa trazida pela Empresa Pública, acerca do Recurso Extraordinário - RE 5.626, em sede de repercussão geral MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029, que autorizaria a alienação de ações sem autorização legislativa⁵:

(...)

- As dificuldades financeiras enfrentadas pela CEB Distribuição são notórias, de amplo conhecimento público, não sendo objeto de discussão, nesse momento.

- Todavia, a sociedade tem o direito a uma discussão profunda, sendo o **único foro competente a Câmara Legislativa do Distrito Federal**.

- A Administração Pública esta subordinada ao princípio da legalidade, sendo lícito fazer somente o que a lei lhe permite ou determina.

- O objeto da presente representação é a **obrigatoriedade de submissão do processo decisório de venda da CEB Distribuição aos preceitos legais estabelecidos pela Lei Orgânica do DF**.

- A jurisdicionada invoca em sua manifestação de defesa (item 46) que tal obrigatoriedade deixou de existir em decorrência da decisão prolatada no Recurso Extraordinário - RE 5.626, em sede de repercussão geral MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029.

- Esta conclusão não encontra amparo nos princípios de direito que norteiam as regras de direito público.

- A esse propósito, observe-se que a CF/88 determina em seu artigo 37 os seguintes termos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

- Para a regulamentação das Sociedades anônimas foi promulgada a **Lei 13.303** de 30/06/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- Esse foi o **objeto da aventada decisão do Recurso Extraordinário - RE 5.626**, em sede de repercussão geral MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029, cujo resumo é:

Decisão: Apregoada em conjunto as ADI 5.624 (MC-Ref), MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029. Preliminarmente, o Tribunal reconheceu a legitimidade ativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF/CUT e a ilegitimidade ativa da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAEF. Votaram pelo referendo total da cautelar os Ministros Ricardo Lewandowski

⁵ Peça 25 – e-DOC 559397D-c (fls. 2/5).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

(Relator), Edson Fachin e Marco Aurélio, referendavam parcialmente a cautelar os Ministros Carmen Lucia, Rosa Weber, Gilmar Mendes e Dias Toffoli (Presidente) e não referendavam a medida cautelar Os Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Luiz Fux e Celso de Mello, nos termos e limites dos respectivos votos proferidos. No mérito, em razão de voto médio, o Tribunal referendou, em parte, a medida cautelar anteriormente parcialmente concedida pelo Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), **para conferir ao art. 29, caput, Inc. XVIII, da Lei nº 13.303/2016 interpretação conforme a Constituição Federal**, nos seguintes termos: i) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação; ii) **a exigência de autorização legislativa, todavia, não se aplica à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas**. Nesse caso, a operação pode ser realizada sem a necessidade de licitação, desde que siga procedimentos que observem os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição, respeitada, sempre, a exigência de necessária competitividade. Redigirá o acórdão o Ministro-Relator. Plenário, 06.06.2019.

- Para entender e delimitar o que pretendeu a Suprema Corte, é necessária a interpretação sistemática do conteúdo decisório em relação à autonomia dos entes federativos nos termos dispostos pela Constituição Federal e demais dispositivos jurídicos pertinentes.

- O princípio da **interpretação conforme a Constituição**, mencionado alhures, é aplicável quando a norma legal a ser interpretada apresenta mais de um sentido ou significado, devendo-se, nesse caso, dar-se preferência à interpretação que empreste o sentido que possibilite a sua conformidade com a Constituição.

- O STF vem entendendo que a interpretação conforme a Constituição não deve ser vista como um simples princípio de hermenêutica, mas sim como uma modalidade de decisão de controle de constitucionalidade de normas.

- De fato, a Constituição Federal não exige expressamente a autorização legislativa para a alienação de controle acionário de subsidiárias e controladas, **RAZÃO PELA QUAL HOVE A NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO POR PARTE DA SUPREMA CORTE**.

- **Todavia, não cabe a aplicação extensiva como efeito a conferir àquela decisão judicial efeito revogatório em face de dispositivo vigente na legislação local, sob pena de ofensa ao princípio da autonomia federativa.**

- Tanto que **não foi conferido efeito vinculante à supramencionada decisão**, cabendo análise caso a caso, conforme se depreende no texto resumido.

- **Se a Corte Suprema não estendeu os efeitos da sua própria decisão a todos os casos**, não compete a terceiros aplicá-los em detrimento de lei vigente, afastando a competência legislativa e judiciária do ente estatal, se for o caso.

- Pois, assim como compete ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição Federal e, em consequência, o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal, **é intuitivo e lógico que caberá ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal a guarda das disposições contidas na Lei Orgânica do Distrito Federal**, consoante se extrai do texto constitucional, senão vejamos:

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

- O Distrito Federal, pessoa jurídica de direito público interno, **é um ente federativo com capacidade de auto-organização, cuja regência se dá pela Lei Orgânica**, que tem a sua autonomia política assegurada nos termos da Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Verifique-se, a esse respeito, o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal, in verbis:

Art. 1º O Distrito Federal, no pleno exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, observador os princípios constitucionais, reger-se-á por esta Lei Orgânica.

- Para afastar a eficácia normativa do dispositivo vigente no art. 19, XVIII, b, da Lei Orgânica, somente duas alternativas jurídicas são possíveis:
 1. **A revogação da norma através de uma emenda a Lei Orgânica;**
 2. **A declaração de inconstitucionalidade da referida norma.**
- A primeira opção é o caminho legitimado pela sociedade.
- Para a segunda opção, resta a discussão judicial a ser enfrentada no foro legítimo, qual seja o TJDF ou caso se entenda diversamente, o próprio Supremo Tribunal Federal.
- Nessa esteira, a doutrina brasileira entende que em se tratando de controle concentrado de constitucionalidade pela via em abstrato, o controle sujeita-se a dupla fiscalização, **por meio de ADI no Tribunal de Justiça, quando o parâmetro for a Constituição Estadual ou a Lei Orgânica**, e pelo STF, quando o paradigma for a Constituição Federal.
- Inquestionável na presente situação que o parâmetro a ser desafiado é a Lei Distrital 5.577/2015 e a própria Lei Orgânica do Distrito Federal.
- Essa leitura encontra respaldo legal no art. 125 da Carta Magna, senão vejamos:

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- Nesse diapasão, **verifique-se o disposto no Regimento interno do TJDF** que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Tribunal e estabelece as competências e atribuições de seus órgãos e da Administração Superior, in verbis:

Art. 13. Compete ao Conselho Especial:

I - processar e julgar originariamente:

k) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo distrital em face da Lei Orgânica do Distrito Federal e as respectivas reclamações, para garantir a autoridade de suas decisões.

(...).

II.a-2 – A decisão pela alienação é desprovida de fundamentos e estudos técnicos. Existe a possibilidade de reversão da situação econômica da Empresa.

15. Prossequindo a sua arguição, os Representantes afirmam que a decisão pela venda do controle acionário da CEB Distribuição foi política, não estando presentes estudos que fundamentem, tecnicamente, seguir por esse caminho⁶:

A segunda irregularidade diz respeito às afirmações públicas levadas a público pelo governador, a evidenciarem uma tomada de decisão política e desprovida de fundamentos técnicos.

(...)

Lado outro, tem-se, pelos documentos em anexo, que desde a publicação da Lei 5.577/2015 até a **576ª ROCA** em 18/12/2018 foram realizados estudos técnicos para a execução da estratégia definida. E, de uma hora para outra, em menos de 5 meses de gestão, a Administração da Companhia, **sem apresentar nenhum estudo razoável**, decide abandonar todo esse planejamento. Isso não se afigura razoável.

⁶ Peça 3 – e-DOC 5FBD0ED3-c (fls. 6/8 e 10/11).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Os fatos merecem mais atenção ainda, diante da manifestação da Diretoria da CEB Distribuição, apresentada através da Nota Técnica SEI-GDF nº 1/2019 - CEB-D/DD (12) de 27/05/2019, em que se apresenta um diagnóstico com medidas que possibilitam o saneamento da companhia.

(...)

Pode-se elencar, ainda, o risco de prejuízo a sociedade brasileira com a alienação açodada que pretendem os acionistas. Ressalta-se que este é o desejo inequívoco dos acionistas minoritários, consoante se pode constatar em simples pesquisa nas atas das reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

A título de exemplo, vejamos a questão patrimonial. A CEB Distribuição é a legítima detentora do contrato de concessão e o maior ativo de todo o grupo CEB, conforme se verifica nos relatórios de administração.

Conforme registrado no último Relatório da Administração –DRE – 2018, a subsidiária é dona de vários terrenos, dentre os quais, a sua sede situada no SIA. Uma área de aproximadamente 200 mil metros quadrados, cujo valor será significativamente alterado com uma simples mudança de destinação.

Um outro ativo importante é o terreno em que está localizada a Subestação Brasília Norte, cuja dimensão permite o fracionamento do lote e a venda de uma razoável fração em área urbana de elevado valor comercial. (...).

Ora, apenas um dos terrenos é avaliado em R\$ 328 milhões, podendo com os demais se alcançar o valor aproximado de R\$ 400 milhões em venda destes ativos.

Já a previsão dos resultados das "medidas alternativas de capitalização da CEB Distribuição S.A", **cujo valor não consta na referida proposta da Administração para a AGE**, mas que, segundo retratado nos meios de comunicações seria de **arrecadação aproximada de R\$ 500 milhões** (13).

Nesse ponto, uma inevitável resposta se faz necessária, **se a empresa possui ativos disponíveis na ordem de R\$ 400 milhões, porque dispor do controle acionário, antes destes?**

16. Continuando, traz à cola dados das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2018, que explicam a variação negativa dos resultados de 2017 para 2018⁷:

Outro aspecto relevante, revelado nas demonstrações da companhia, dizem respeito ao último resultado econômico realizado. Conforme registro em notas explicativas (14) em 2018 o resultado da Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 33.678 mil, frente a um lucro de R\$ 29.522 em 31 de dezembro de 2017, reapresentado. Segundo os administradores, os seguintes fatores explicam essa diminuição:

- i. **Resultado depois da Parcela A** (custos não gerenciáveis) em 2018 superou em R\$ 61.3 milhões, o que efetivamente não foi repassado na tarifa de energia elétrica. **(maior custo da energia comprada)**
 - a. Os principais eventos que contribuíram para esse descasamento estão relacionados à Rede Básica de Brasília Leste **(R\$ - 42,8 milhões) não reconhecidos na CVA Rede Básica**; bem como as Perdas de Energia Elétrica que foram superiores em R\$ 23,1 milhões ao limite regulatório.
- ii. Resultado da Parcela B (custos gerenciáveis) de R\$ 370,4 milhões, contra o nível regulatório de R\$ R\$ 292,5 milhões, repassados na tarifa de energia, uma variação de 26,6%, R\$ 77,9 milhões.

⁷ Peça 3 – e-DOC 5FBD0ED3-c (fls. 11/12).

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

iii. Resultado financeiro foi deficitário em R\$ 118,1 milhões, uma variação de R\$ 68,2 milhões, 136,7% maior do que o valor repassado na tarifa pelo Agente Regulador (R\$ 49,9 milhões).

No exercício de 2018, a CEB Distribuição operou com seus custos de **Parcela A (compra de energia, transmissão e encargos setoriais)** e Parcela B (demais custos diretamente gerenciáveis pela distribuidora) **incompatíveis com a estrutura tarifária vigente, ocasionando seu desequilíbrio econômico-financeiro**, em relação aos critérios definidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL.

No que tange a Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorrida em outubro de 2016, a **ANEEL estabeleceu os percentuais de Perdas Técnicas na Distribuição de 7,46% sobre a Energia Injetada e de 7,05% para Perdas Não Técnicas** na Distribuição sobre o Mercado de Baixa Tensão - BT, equivalente a 3,84% da Energia Injetada.

Em 2018, a CEB apurou 12,58% de Perdas Totais (Técnicas e Não Técnicas sobre Energia Injetada) contra 11,30% no nível Regulatório. **Essa diferença resultou em um custo adicional na compra de energia de R\$ 23,1 milhões** sem a possibilidade de repasse ao consumidor.

A estimativa de perdas geradas pelas ligações clandestinas, encontradas em áreas irregulares, **perfazem o quantitativo de 14,5 GWh/mês**. A Companhia deverá atuar fortemente junto ao Poder Público Competente, a partir da oportunidade criada pelo § 2, do artigo 52 da Resolução Normativa 414/2010, para atendimento das unidades consumidoras localizadas nas referidas áreas irregulares, ocupadas predominantemente por população de baixa tensão.

Além disso, a Companhia apresentou um elevado grau de endividamento, provocando uma acentuação em suas despesas financeiras no mesmo período.

17. Finalizou seus argumentos sobre esse ponto, afirmando que existe a possibilidade de adoção de outras medidas que podem recuperar a Distribuidora. Por isso, entende que deve ser exigido da atual diretoria os estudos que levaram a recomendar a entrega do controle acionário⁸.

II.a-3 – O risco de caducidade não é imediato. Tem prazo para cumprimento das correções.

18. No adendo à Representação, os Empregados da CEB, ao tratar sobre a perda da concessão pela caducidade, reportaram a trecho do 4º Termo Aditivo ao Contrato firmado entre a CEB Distribuição e ANEEL⁹:

".. O Processo Administrativo a que se refere a Subcláusula Sétima desta Cláusula (possibilidade de aplicação da caducidade da concessão) **não será instaurado até que tenha sido dada plena ciência à DISTRIBUIDORA das Infrações incorridas, bem assim estabelecido Prazo compatível com o Cumprimento das Correções eventualmente determinadas se couberem, nos termos do Processo de Fiscalização da ANEEL.**" (grifos no original)

II.b – Alegações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente, e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente do Distrito Federal – STIU-DF¹⁰

19. O STIU-DF iniciou sua manifestação fazendo um histórico desde a constituição da CEB, em 1968, até sua transformação em

⁸ Peça 3 – e-DOC 5FBD0ED3-c (fl. 12) e Peça 25 – e-DOC 559397D-c (fl. 6).

⁹ Peça 25 – e-DOC 559397D-c (fl. 6).

¹⁰ Peça 26 – e-DOC 22CF5C29-c.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

holding, com a criação da CEB Distribuição, em 2006. Expôs sobre a Lei Distrital nº 5.577/2015, que autorizou a CEB alienar participação acionária em empresas do grupo, com a reversão da receita para a CEB Distribuição. Lembrou que a 95ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Companhia, de 10/05/2018, deliberou sobre a venda dessas subsidiárias, estabelecendo preço mínimo para cada uma, não sendo executada nenhuma dessas vendas em 2018. Fez um breve relato acerca do conteúdo da Nota Técnica SEI-GDF nº 1/2019 CEB-D/DD, destacando que em nenhum momento o documento menciona a hipótese de transferência do controle acionário da CEB Distribuição. Ressaltou que em 4/06/2019, logo após a assinatura da referida Nota, foi convocada a 98ª AGE, com a pauta, dentre outras, de alienação da participação acionária da CEB Distribuição. Em seguida, passou a descrever as supostas irregularidades no procedimento em debate¹¹.

20. Observa-se que o STIU/DF trouxe alegações bem semelhantes às já apresentada pelos Representantes.

II.b-1 - Descumprimento de determinações estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei 5.577/2015, principalmente acerca da necessidade de autorização legislativa para a alienação.

21. Transcreveu o artigo 19 da Lei Orgânica, que estaria sendo desrespeitado com o processo de alienação da CEB Distribuição, bem como apontou igual desobediência à Lei Distrital nº 5.577/2015. Assim como os Representantes, contestou a manifestação da CEB, entendendo que a decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 5624 não se aplica ao caso da CEB Distribuição¹².

II.b-2 – A decisão pela alienação é desprovida de fundamentos e estudos técnicos. Existe a possibilidade de reversão da situação econômica da Empresa.

22. Também nesse ponto o STIU/DF faz alegações similares às já expostas pelos Representantes, afirmando que a CEB tinha um Plano de Negócios que visava à recuperação da Empresa, que foi completamente abandonado sem justificativas técnicas¹³:

(...)

As análises e estudos que embasaram a elaboração dos Planos de Negócios mencionados acima foram feitas no sentido de cumprir as exigências do 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão da CEB Distribuição, principalmente quanto ao quesito da sustentabilidade econômico-financeira da empresa, motivo esse tão alegado pelo atual governo para a decisão de autorizar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição por decisão de Assembleia de Acionistas.

Frise-se que enquanto o Plano de Negócios 2017 a 2021, atualizado pelo Plano de Negócios 2019 a 2023, foi pensado e direcionado por estudos complexos contratados para cumprir com os objetivos da lei autorizativa e elaborados por uma consultoria, **a alteração do plano e a definição pela privatização da empresa foi tomada de forma precipitada e atabalhoada sem qualquer estudo ou consultoria que fundamente a decisão.**

A CEB em sua manifestação dá a entender que o poder de controle que exerce na companhia é ato discricionário da administração pública, que pode ser alterado conforme conveniência e oportunidade do gestor responsável no momento.

¹¹ Peça 26 – e-DOC 22CF5C29-c (fls. 01/06).

¹² Peça 26 – e-DOC 22CF5C29-c (fls. 07/10).

¹³ Peça 26 – e-DOC 22CF5C29-c (fls. 11/15).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Ocorre que o chamado poder discricionário da Administração Pública não significa salvo-conduto para qualquer ação. Ao contrário, importa na escolha, dentre várias, todas válidas e fundamentadas perante o ordenamento jurídico, da que melhor atende os critérios de conveniência e oportunidade.

O Plano de Negócios de uma companhia que presta serviço público essencial é uma operação complexa que demanda investimento público e movimenta uma estrutura de técnicos especializados. No caso da CEB, para dar cumprimento e executar um dos itens do Plano de Negócios, a companhia contratou de uma consultoria paga a preço de ouro para realizar o valuation e conduzir o processo de leilão das participações acionárias conforme autorização legal (ver atas em anexo). Ou seja, os cofres da companhia despenderam recursos públicos para a realização do Plano de Negócios que foi completamente abandonado sem justificativa plausível.

Portanto, o poder discricionário não autoriza a simples realização da vontade do administrador público ou do governo eleito. É necessário que a escolha do administrador público esteja fundamentada, coerente sempre demonstrando a relação entre o ato ou decisão com o atingimento das finalidades a que se propõe e, invariavelmente, observando os limites legais sejam de mérito ou processuais.

Ao contrário do esperado, o acionista controlador empurrou goela abaixo a decisão pela privatização sem apresentar razões ou estudos que comprovam a alteração desta decisão. Isto é, razões robustas capazes de confrontar ou jogar por terra todo o Plano de Negócios anterior, que estava em pleno andamento, tendo sido inclusive contratada e paga consultoria para precificar e conduzir a processo de leilão dos ativos autorizados por lei (contrato CERES conforme atas em anexo).

Tal contratação, caso prevaleça a alteração do plano de negócio, representará dano evidente ao erário público em razão de dispêndio a toa de recursos financeiros.

(...)

Somado a isso o Plano de Negócios da CEB 2017 a 2021, aprovado pelo Conselho de Administração aponta outras medidas visando à recuperação financeira da empresa que, se aplicado, impactará diretamente os resultados financeiros da CEB Distribuição.

Dentre eles destacamos: a adequação dos custos e despesas operacionais; redução do endividamento com consequente redução do serviço da dívida; monetização de ativos imóveis e capitalização da CEB Distribuição e a própria decisão pela alienação de ativos objeto da Lei Distrital nº 5.577/2015 aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas em 10 de maio de 2018, e que foi novamente reiterada no Plano de Negócios 2019 a 2023, aprovado em 18 de dezembro de 2018.

Mais recentemente, em 27 de maio de 2019, através da Nota Técnica SEI-GDF no 1/2019 - CEB-D/DD, a Diretoria da CEB Distribuição apresentou um diagnóstico da situação atual da empresa com medidas que possibilitam o saneamento da companhia, afirmando que os efeitos decorrentes das medidas adotadas para reversão deste quadro somente terão algum resultado a partir do segundo semestre de 2019, especificamente em relação à entrada em operação de Brasília Leste, aporte R\$ 1,3 bilhão no período de 2019 a 2023, sendo 873 milhões de aporte de recursos e R\$ 395 milhões da venda de terrenos, bem como a redução das perdas de energia elétrica para o nível regulatório e dos custos com PMSO.

Portanto, o prognóstico é de melhora nos resultados da companhia, e não o cenário de horror pintado pela CEB em sua manifestação.

Em relação ao endividamento, há necessidade a curto prazo de aporte de capital por meio da Holding, da ordem de R\$ 426 milhões para

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

adequar a estrutura de capital dentro dos parâmetros regulatórios a fim de que não ocorra a quebra do covenants pelo segundo ano consecutivo, o que provocaria o início do processo de extinção da concessão (caducidade).

Com relação a esse item o governo do Distrito Federal anunciou que fará o aporte ainda este ano, conforme noticiado pela imprensa (...).

A cobrança da dívida de aproximadamente R\$ 650 milhões com clientes é outra importante operação a curto prazo apontada para abater a dívida da empresa e reduzir o rombo da empresa para R\$ 350 milhões. Desse montante aproximadamente R\$ 200 milhões referem-se a dívida da Universidade de Brasília e R\$ 100 milhões do próprio Governo do Distrito Federal.

O reconhecimento dos créditos junto a UNB com proposta de liquidação da dívida a longo prazo, se formalizado por documento de reconhecimento de dívida com garantias reais, por exemplo, trariam efeito econômico importante para geração de Ebitda e redução da dívida líquida. Assim como o reconhecimento, pelo Tesouro GDF, de créditos da ordem de R\$ 70 milhões, sendo R\$ 40 milhões em precatórios e R\$ 30 milhões em ações de cobrança em trânsito em julgado. O combate às perdas comerciais, algo em torno de 66,3 mil ligações clandestinas, geram uma recuperação de caixa da ordem de R\$ 72 milhões/ano.

A revogação da Lei Distrital n° 4.632/2011, que prevê que o fornecimento de energia elétrica só poderá ser suspenso quando houver atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias, contrariando o que determina a Resolução Normativa 414/2010, que prevê notificação após o 15º dia de atraso e posterior suspensão, também é outra medida de impacto positivo nos resultados financeiros da companhia.

Um grande volume de sucata de materiais descartados pela companhia (transformadores sem funcionamento e de carros, cabos de cobre e de alumínio, além de centenas de postes) que se forem leiloados podem arrecadar algo em torno de R\$ 20 milhões reforçaria a receita da empresa.

Ou seja, existem possibilidades de adoção de medidas cabíveis de recuperação da empresa a curto, médio e longo prazo, portanto, deve-se exigir da atual diretoria da CEB os estudos que a levam a recomendar a entrega do controle acionário da CEB Distribuição sem antes se esgotarem as medidas apontadas pelos estudos realizados anteriormente com vistas a alcançar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

23. Continuando, trouxe dados das demonstrações financeiras intermediárias da Empresa, referentes ao 1º e 2º trimestres de 2019, que indicariam uma melhora nos números da CEB Distribuição¹⁴:

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2019 da CEB Distribuição, documento anexado pela CEB em sua manifestação (página 275), já apontam melhoras em alguns resultados comparados ao mesmo período de 2018, decorrente de acordos e negociações de dívidas. Por exemplo, em agosto de 2018 a empresa negociou uma proposta de parcelamento no Mercado de Curto Prazo - MCP com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. De acordo com a proposta o valor parcelado foi de R\$ 196.397, em 16 parcelas mensais, acrescidas de juros e atualização monetária. Em 31 de março de 2019 o saldo devedor da operação é de R\$ 114.871. O mesmo ocorreu com Itaipu Binacional. A Companhia renegociou a dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipu Binacional, com as Centrais Elétricas Brasileiras, referente as faturas dos meses de março a julho de 2018, no montante de US\$ 31.948. O valor total será amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30/11/2018. Em 31 de março de 2019 o

¹⁴ Peça 26 – e-DOC 22CF5C29-c (fls. 15/18).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

saldo devedor da operação é de R\$ 103.386. Em julho de 2018 a Companhia assinou contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre faturamento dos meses de outubro e novembro de 2017, com valores principais resultantes em R\$ 53.036 e R\$ 59.084 respectivamente. O valor residual de R\$ 111.840 será dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de setembro de 2018 com atualizações mensais por juros SELIC.

A receita operacional líquida de R\$ 604.177 aponta um crescimento quando comparada com o mesmo período de 2018 que foi de R\$ 547.738. Também observa-se uma pequena redução no custo total com a operação da empresa. Comparado com o mesmo período de 2018 cujo custo total foi de R\$ 68.737, em 2019 esse valor foi de R\$ 58.575. O mesmo vale para as Despesas Gerais Administrativas que em 2018 foram da ordem de R\$ 35.596, e no primeiro trimestre de 2019 foi de R\$ 30.058.

Já nas demonstrações financeiras intermediárias referentes a segundo trimestre, ou seja, o resultado final do primeiro semestre de 2019, com relação à valores a receber, a Companhia informa que vem adotando ações de cobrança para a redução da inadimplência por meio de reavisos, telemarketing ativo, negativação SERASA, protesto, parceria CEB DIS/ TJDFT-CEJUSC através do Acordo de Cooperação Técnica nº 014/2017 e suspensões de fornecimentos de energia elétrica por equipe própria. A expectativa para o terceiro trimestre de 2019 é que a Companhia intensifique seu processo de recuperação de créditos inadimplentes mediante contratação de empresa especializada para a atuação na suspensão de fornecimento de energia elétrica, bem como o lançamento do programa "Recupera" (negociação de dívidas vencidas) e constituição de convênio para recebimento de faturas via cartões de crédito ou débito.

A CEB Distribuição apresentou um lucro líquido de R\$ 3.644 mil em 30/06/2019, contra um prejuízo de R\$ 6.499 mil no mesmo período de 2018, o que representa um incremento em torno de 156% e um aumento de 4,31% com relação às receitas da Companhia no mesmo período, o que corrobora ainda mais para o aumento do EBTDA e a não quebra do covenant regulatório.

O EBTDA atingiu um patamar de R\$ 50.837 mil em 30/06/2019 e vem apresentando um crescimento esperado. O valor de Contas a Receber, sem atualização monetária, representa R\$ 618 milhões, com atualização monetária, esse montante sobe para mais de R\$ 1 bilhão. Com isso estima-se que não haverá quebra de covenant se a Diretoria Colegiada tomar medidas mais assertivas nas áreas de cobrança, corte e ligação.

O saldo de Caixa e Equivalentes apresentou um valor de R\$ 223.491 mil, um aumento de 116% com relação a 31/12/2018, demonstrando que a Companhia está honrando os seus compromissos com os fornecedores.

Para enfatizar o aspecto econômico-financeiro, destaca-se o valor dos terrenos, sem contar o CEB-SIA (Setor de Indústria e Abastecimento, onde a empresa tem terreno e sua sede), está na ordem de R\$ 900 milhões.

Como então podemos observar, a Companhia tem um potencial de caixa de aproximadamente R\$ 2 bilhões este ano.

Alguns aspectos financeiros negativos da Companhia no período mais recente da sua história podem ser atribuídos a fatores externos a ela e que impactam as concessionárias de energia elétrica como um todo. São eles: a crise hídrica que gera o risco hidrológico, o aumento do mercado livre que gera sobrecontratação, a crise econômica que gera a diminuição do mercado consumidor e aumento da inadimplência, entre outros.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Por exemplo, na Nota Explicativa nº 25.2 do 2TR encontramos a informação que nos resultados financeiros do primeiro semestre de 2019, o Custo total da Energia Elétrica e Encargos registrou um incremento de R\$ 40.136 (4,54%), quando comparado com o mesmo período do ano comparativo, tendo em vista os seguintes reflexos: a) ressarcimento em razão do nível de desconstrução via MCSD em 2019 estar abaixo do MCSD de 2018; b) reajustes da atualização dos contratos de energia elétrica; c) efeito do Risco Hidrológico que é precificado pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD; e d) redução da tarifa de MUST (Montante do Uso do Sistema de Transmissão) a partir de julho de 2018.

Outros aspectos podem ser qualificados como conjunturais tais como a não interligação das LT's da CEB na subestação VSB, impactando a Base Regulatória em R\$ 42,8 milhões e a inadimplência do próprio Governo do Distrito Federal enquanto consumidor de energia elétrica e cliente da distribuidora, o que gera perdas de receita e aumento dos indicadores de inadimplência.

Quanto à interligação da Rede Básica de Brasília Leste com a VSB Transmissora esta foi realizada em 29 de maio de 2019, estando a concessionária aguardando o reconhecimento da ANEEL e a consequente cessação do prejuízo causado no exercício de 2018, a que impactará positivamente os resultados financeiros da companhia.

A tendência de recuperação e sustentabilidade da CEB Distribuição se evidencia também no declínio das despesas operacionais (PMSO) em curso. Em 2018, conforme o Relatório da Administração, essa redução foi de 15%, o que corrobora com a projeção do Plano de Negócios 2019/2023 vigente até a 98ª AGE de 19/06/2019. Conforme projeção contida nele, as despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO) apontam para uma redução sistemática nos próximos cinco anos, confluindo para a meta regulatória já em 2021 e superando essa em mais de 20% no exercício de 2023 (418 milhões projetados para a tarifa contra 346 milhões a serem realizados).

II.b-3 – O risco de caducidade não é imediato. Tem prazo para cumprimento das correções.

24. Em argumento também análogo ao dos Representantes, o STIU/DF questionou a urgência da alienação do controle do CEB Distribuição, sob a justificativa do risco da caducidade da concessão¹⁵.

Além disso, a aparente urgência para a venda da empresa fundada na iminente perda do contrato de concessão não procede.

Isso porque, o termo Aditivo ao contrato de concessão estabelece que o Processo Administrativo de perda da concessão pela caducidade não será instaurado até que tenha sido dada plena ciência à Distribuidora das Infrações incorridas, sendo estabelecido prazo compatível com o Cumprimento das Correções eventualmente determinadas nos termos do Processo de Fiscalização da ANEEL.

Importante salientar que tal procedimento ainda não ocorreu exatamente porque a ANEEL está em tratativas com a empresa quanto aos ajustes necessários para que a caducidade não ocorra.

25. Por fim, o STIU/DF pede deferimento de sustentação oral quando do julgamento da presente Representação, bem como a anulação dos efeitos dos itens 1 e 2 da 98ª AGE¹⁶.

III. MANIFESTAÇÃO DA CEB¹⁷

26. A CEB iniciou suas alegações fazendo um histórico do

¹⁵ Peça 26 – e-DOC 22CF5C29-c (fl. 12).

¹⁶ Peça 26 – e-DOC 22CF5C29-c (fl. 19).

¹⁷ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

trâmite processual destes autos, desde a Representação até a determinação da Corte pela sua manifestação. Preliminarmente, informou que a CEB Distribuição, como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB é concessionária dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, nos termos do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999, firmado com a União, por meio da ANEEL¹⁸.

27. Afirmou que, em 2015, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2253/2015, determinou à União, via Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o estabelecimento de metas contratuais a serem cumpridas pelas concessionárias, sob pena de decretação imediata da caducidade da concessão. Informou que, opostos embargos de declaração pela Agência, o TCU, no Acórdão nº 2520/2015, autorizou o Poder Concedente a firmar contratos com regras um pouco mais maleáveis, ficando estabelecido que a caducidade ocorreria quando a concessionária, por dois anos consecutivos, contados da assinatura do contrato, descumprisse os índices setoriais e/ou econômicos, permanecendo somente o direito aos bens não amortizados. Asseverou que, ainda pelo Acórdão nº 2520/2015, o TCU autorizou, via ANEEL, as concessionárias a iniciar o processo de transferência da concessão, também denominado desinvestimento, antes mesmo de decretado o início do processo de caducidade, sob pena de tornar ilegal qualquer procedimento de alienação posterior ao referido ato¹⁹.

28. Em seguida, a CEB adentrou nos pontos trazidos pela Representação. Para melhor entendimento, apresentar-se-ão os argumentos a cada um dos itens destacados nas alegações dos Empregados da Empresa e do STIU/DF.

III.a – Sobre o suposto descumprimento de determinações estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei 5.577/2015, principalmente acerca da necessidade de autorização legislativa para a alienação.

29. Sobre eventual descumprimento da lei Distrital nº 5.577/2015, a CEB afirmou existir uma leitura equivocada por parte dos Representantes, já que se trata de uma lei autorizativa e não vinculante²⁰:

39. Não demanda maiores perquirições jurídicas para entender que a **Lei não traz em seu bojo o caráter vinculante** quanto ao seu cumprimento, **pelo contrário**, no "caput" do art. 19 a norma legal deixa clara a **autorização** da Companhia Energética de Brasília - CEB quanto à alienação.

40. Insustentável juridicamente a tese dos representantes quanto ao caráter obrigatório/vinculante da Lei, o que torna insubsistente a irresignação pretendida.

30. Ainda sobre a referida Norma, a CEB afirmou que se tornou inexecutável, notadamente quanto ao cumprimento do Plano de Negócios anteriormente aprovado, em razão de o seu art. 2º, inciso III, indicar que o produto da venda das alienações das participações acionárias da Companhia, no que se refere à parte direcionada ao pagamento de dívidas, somente poderia ser utilizado para amortização de empréstimos contratados até a data de publicação da Lei. Em seguida apresentou tabelas que

¹⁸ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fls. 2/3).

¹⁹ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fl. 4).

²⁰ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fls.14/15).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

demonstrariam que os maiores montantes dos débitos são posteriores à promulgação do Rendimento em debate²¹.

31. No que tange ao possível desrespeito à Lei Orgânica do DF, a CEB se pronunciou nos seguintes termos²²:

45. No que diz respeito a eventual afronta à Lei Orgânica do Distrito Federal - LODE de que somente por lei específica poderá ser transformada, fundida, cindida privatizada ou extinta pela administração pública indireta.

46. Tal argumento caiu por terra no julgamento do Recurso Extraordinário - RE 5.626, em sede de repercussão geral MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029 quanto assim deliberou, "verbis":

"Decisão: Apreçada em conjunto as ADI 5.624 (MC-Ref), MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029. Preliminarmente, o Tribunal reconheceu a legitimidade ativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF/CUT e a ilegitimidade ativa da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAEF. Votaram pelo referendo total da cautelar os Ministros Ricardo Lewandowski (Relator), Edson Fachin e Marco Aurélio, referendavam parcialmente a cautelar os Ministros Carmen Lucia, Rosa Weber, Gilmar Mendes e Dias Toffoli (Presidente) e não referendavam a medida cautelar os Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Luiz Fux e Celso de Mello, nos termos e limites dos respectivos votos proferidos. No mérito, em razão de voto médio, o Tribunal referendou, em parte, a medida cautelar anteriormente parcialmente concedida pelo Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), para conferir ao art. 29, caput, Inc. XVIII, da Lei nº 13.303/2016 interpretação conforme a Constituição Federal, nos seguintes termos: i) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação; e ii) a exigência de autorização legislativa, todavia, não se aplica a alienação do controle de suas subsidiárias e controladas. Nesse caso, a operação pode ser realizada sem a necessidade de licitação, desde que siga procedimentos que observem os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição, respeitada, sempre, a exigência de necessária competitividade. Redigirá o acórdão o Ministro-Relator. Plenário, 06.06.2019"

47. A CEB Distribuição S/A é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB estando inserida, portanto, na decisão da Suprema Corte quanto a não necessidade legislativa de alienação.

48. Ademais, ainda que assim não fosse, a Lei Distrital 383, de 16.12.1992, em seu art. 32 autorizou o Governo do Distrito Federal alienar ações disponíveis que tiver no capital social da CEB.

49. Desta forma, resta insubsistente a representação quanto à necessidade de Lei autorizativa para alienação da CEB Distribuição S/A, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB.

III.b – Sobre a decisão pela alienação ser desprovida de fundamentos e estudos técnicos e de existir possibilidade de reversão da situação econômica da Empresa.

32. Acerca desse ponto, a Companhia apresentou argumentos pautados, principalmente, na piora da situação econômico-financeira e na urgência das medidas a serem adotadas, já que a despeito das providências que vem sendo tomadas nos diversos Planos de Negócios feitos com a ANEEL desde 2013, não conseguiu sanar o

²¹ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fls.15/20).

²² Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fls.20/21).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

problema²³:

18. Visando a escorreita manifestação dos resultados financeiros da CEB Distribuição S/A será apresentada mediante tópicos específicos, tudo no intuito de facilitar o trabalho desta Corte de Contas.

Resultado do Balanço de 2018

- Parecer do Auditor Independente: incerteza quanto a continuidade operacional da CEB-DIS;
- Prejuízo de R\$ 33,7 milhões;
- Dívida bruta de R\$ 1 bilhão;
- Dívida Líquida de R\$ 870 milhões;
- Dívida Líquida/Debitada = 9,72 vezes (para uma empresa equilibrada este valor seria = 2,5 vezes);
- Estrutura de capital desequilibrada = 92% de passivo e somente 8% capital próprio;
- Resultado negativo de R\$ 207 Milhões acima do nível regulatório;
- Passivo atuarial da Faceb de R\$ 450 milhões (não considerado na dívida de R\$ 1 bilhão acima), a ser equalizado;
- Contas a pagar vencido de R\$ 85 milhões;

Resultado do Primeiro trimestre de 2019

- Prejuízo de R\$ 29 milhões;
- Ebtida de R\$ 8,5 milhões
- Estrutura de capital desequilibrada= 93% de passivo e somente 7% capital próprio

19. Como consequência dos resultados econômico-financeiros negativos apurados no exercício de 2018, foram descumpridas as condições obrigatórias do Contrato de Concessão, no que diz respeito ao quesito da sustentabilidade econômico-financeira. (Cláusula Sétima Contrato de Concessão CEB Distribuição S/A e Decreto Federal nº 8.461/2015, art. 1, § 4º, art. 2º, I e art. 4º) De acordo com o referido contrato, **o descumprimento por dois anos consecutivos enseja a extinção da concessão**. O Resultado negativo do primeiro trimestre/2019, agravando ainda mais a situação, trouxe as seguintes consequências e riscos para a Companhia, a saber:

- Notificação por meio do **Ofício da ANEEL nº 128/2019-DIR/Aneel**, de 29/04/2019, na qual informa que vem acompanhando a situação da empresa desde 2013. A época foi apresentado um Plano de Ação que demonstrasse, por meio de modelagem econômico-financeira, como a empresa pretendia equacionar o desequilíbrio. Em outubro de 2013, por meio da carta nº 391/2013 —DD, a Distribuidora encaminhou a 1ª versão do Plano, atualizando-o posteriormente, em 30/07/2014, mediante a carta nº 205/2014-DD. A ANEEL por intermédio da Nota Técnica nº 157/2015-SFF/ANEEL, de 09 de junho de 2015, concluiu pela insubsistência do Plano, uma vez que os resultados projetados não estavam fundamentados adequadamente e que, a época, a CEB-DIS apresentava inadimplência setorial de R\$ 184 milhões. Em 09/12/2015, foi assinado o Contrato de Concessão, a qual inseriu novas cláusulas relativas ao acompanhamento do desempenho econômico-financeiro para o período transitório de 5 anos, com vistas a recuperar a eficiência na gestão econômico-financeira da Empresa. Na análise dos dados econômicos que a ANEEL vem monitorando desde 2016 até o último trimestre de 2018, a autarquia observou piora nos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira a partir de setembro/2017, tendo sido alcançado, em setembro de 2018, EBITDA ajustado inferior a QRR (quotas de depreciação e amortização) do contrato de concessão, alertando que o não cumprimento do contrato de concessão poderá acarretar a extinção da concessão. A ANEEL destacou, ainda, que do ponto de vista técnico, a CEB-DIS formalizou um plano de melhorias e providências com a Superintendência de Fiscalização dos

²³ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fls.5/13 e 21/22).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Serviços de Eletricidade - SFE, o qual se constatou melhorias com boa evolução física do cronograma de obras e ações propostas para a qualidade dos indicadores DEC e FEC, de julho a outubro/2018, porém ressaltou a necessidade de que a empresa intensificasse a vigilância dos indicadores de qualidade, que a partir de agosto/18, apresentavam tendência de pioras. Pela referida carta a ANEEL convocou reunião com a Diretoria da CEB-DIS, com a participação do Presidente da Holding, reunião esta ocorrida em 16/05/2019, onde a ANEEL fez nova apresentação dos resultados, demonstrando a deterioração da situação econômico-financeira dos últimos anos;

- O descumprimento das condições obrigatórias do contrato de concessão, no que diz respeito à sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos enseja, como já mencionado, a extinção da concessão, já ao final de 2019;
- O resultado a ser apurado ao final do exercício/2019, com a quebra dos covenants por dois períodos consecutivos, levará a empresa a ser precificada como empresa em processo de extinção, e seu balanço valorado por R\$ 1,00 (um real), para fins de alienação;
- O cumprimento do quanto recomendado no Acórdão do TCU nº 2520/2015 Plenário, de Relatoria do Min. JOSÉ MUCIO MONTEIRO, o qual, dentre outros fatores, recomendou ao MME e à ANEEL que observassem o cumprimento estrito e imediato do Contrato de Concessão no que pertine à sua extinção, em caso de quebra de covenants regulatórios por dois períodos consecutivos, destacando-se inclusive a seguinte:

"60. Uma das soluções possíveis, senão a única para esses controladores, será o início imediato do processo de alienação do controle acionário, no caso de estatais, a privatização. Processo que poderá ser salutar às contas desses entes, haja vista o ingresso de recursos financeiros com a alienação das concessões, bem como o estancamento dos aportes anuais que a maior parte desses entes tem realizado para evitar a insolvência dessas empresas, e positivo ao consumidor, que terá melhora na prestação do serviço público em razão da assunção de concessionário com capacidade de realização de investimentos.

61. Conforme item 9.6 do acórdão 2.253/2015 - Plenário, a transferência do controle deverá ser concluída antes do segundo descumprimento consecutivo das metas anuais, DEC1, FEC1 ou inequação de sustentabilidade financeira, que ensejará o início automático do processo de declaração de caducidade, quando se torna ilegal a alienação da concessão pelo mau concessionário."

70. Em relação ao item 9.7.2, entende-se que a Autarquia deverá regulamentar, para cada ciclo revisional de cinco anos, metas e objetivos a serem alcançados pelas concessionárias materializados em critérios objetivos que mensurem a eficiência com relação a qualidade do serviço prestado à gestão econômico-financeiro, os quais, caso infringidos, ensejarão o início automático do processo de caducidade da concessão."

- Com a divulgação das demonstrações financeiras de 2018, além da quebra de covenants regulatórios pela primeira vez em 2018, foram também descumpridas cláusulas restritivas da terceira emissão de debêntures lançada recentemente (em outubro de 2018), tendo o agente fiduciário da operação de captação dos referidos recursos, a Oliveira Trust, por meio da **Carta OT -14811**, de 15/03/2019, declarado vencimento antecipado da dívida de R\$ 200 milhões, por descumprimento de obrigações não pecuniárias, processo que levou à necessidade de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas-AGD, por parte do agente fiduciário, em 07/05/2019. Além do descumprimento das **obrigações não pecuniárias (não envio, ao agente fiduciário de via original do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em garantia e outras avenças; não celebração de aditamento**

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

ao contrato de cessão referente aos meses de novembro/18, dezembro/18 e janeiro/19, para fins de atualização dos direitos creditórios objeto da cessão fiduciária, na forma da cláusula 2.3.6 do instrumento; não envio ao agente fiduciário de declaração do contrato de cessão atestando os direitos creditórios), verificou-se também **quebra de covenants de obrigações pecuniárias**, em virtude do não cumprimento dos índices financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD), previstos no inciso da cláusula 6.1.1 da escritura de emissão, **exclusivamente em relação ao exercício encerrado em 31/12/2018 (resultado do quarto trimestre/2018)**. Além disso, havia necessidade de renegociação do ICSD pactuado originalmente para o exercício de 2019, já que pelas projeções econômico-financeiras seriam descumpridas em todos os trimestres de 2019, o que dificultou sobremaneira as negociações, tendo a AGD sido suspensa, para apresentação de nova proposta de índices financeiros compatíveis com a realidade da empresa. Após apresentada a proposta da empresa de adequação do contrato, os debenturistas, em função de todas as alterações necessárias em relação à escritura de emissão de debêntures originalmente pactuada, exigiram, para não decretação do vencimento antecipado da dívida, o pagamento de waiver fee de 1,5% do valor da emissão. Após sucessivas reuniões, diversas teleconferências entre CED-DIS e Debenturistas, com a participação do agente fiduciário em algumas destas reuniões, a maioria dos Debenturistas aprovou a não decretação do vencimento antecipado da dívida de R\$ 200 milhões, mediante o pagamento de waiver fee de 1% sobre o valor da emissão.

20. Além disso, como pode ser percebido, o resultado do primeiro trimestre de 2019, continua acumulando prejuízos decorrentes de investimentos de obras em atraso, alto endividamento junto a instituições financeiras, perdas de energia acima do nível regulatório, risco de déficit atuariais elevados junto a FACEB e despesas operacionais acima dos níveis regulatórios estabelecidos pela ANEEL. Embora a atual administração esteja adotando medidas para reversão deste quadro, os efeitos decorrentes somente terão algum resultado a partir do segundo semestre de 2019, insuficientes, portanto, para o cumprimento do contrato de concessão.

21. Em relação ao alto endividamento, há necessidade a curto prazo de **aporte de capital por parte da Holding, da ordem de R\$ 426 milhões**, dos quais estão incluídos o aporte regulatório compulsório em 30/06/2019, de R\$ 81.2 milhões em razão do descumprimento de covenants em 2018, do índice mínimo de sustentabilidade regulatória e o restante, já solicitados por meio das cartas acima mencionadas, como forma de buscar melhorar a estrutura de capital dentro dos parâmetros regulatórios 2019.

22. Nesse sentido, o Conselho de Administração aprovou **Plano de Adequação ao Plano de Negócio do período de 2019 a 2023**, anexo, ajustando algumas premissas, principalmente relativas ao exercício de 2019, com destaque, para a necessidade do aporte de capital acima referido, realocação da alienação do Terreno do Noroeste para 2020, face não existir nenhum plano de venda que viabilizasse a tempo sua conclusão, o término das obras necessárias, medidas de combate às perdas de energia, a adequação do PMSO, estratégia de comercialização de energia excedente, podendo esta última ser revista em função do comportamento do mercado e da projeção do PLD.

23. Entretanto, ao analisar o plano de negócios durante todo o período de 2019 a 2023, **há necessidade de aporte de recursos da ordem de 1.3 bilhões**, sendo R\$ 873 milhões de aporte de capital (R\$ 426,6 milhões em 2019, R\$ 106,4 milhões em 2021, R\$ 178,4 milhões em 2022 e R\$ 162,4 milhões em 2023), e R\$ 395 milhões da venda de terrenos, para cobertura de necessidade de recursos em 2020, sendo R\$ 691 milhões para investimento e R\$ 577 milhões para capital de giro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

24. Uma das alternativas previstas no Plano de Negócio para cobertura parcial da necessidade de recursos acima mencionado, seria a venda das participações em negócios de geração, **que são empresas lucrativas e autossustentáveis**. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício/2018 comprovam tais afirmações.

25. Acrescente-se, ainda, que, mesmo não estando consideradas no Plano de Adequação ao Plano de Negócio, algumas medidas, ainda que implementadas, poderiam compensar em parte eventuais frustrações das medidas ajustadas, como no caso da comercialização de energia, embora sua realização seja de difícil materialização pela dependência de fatores exógenos à gestão da Companhia, a saber:

- Reconhecimento dos créditos junto a UNB (faturas de energia elétrica em atraso) mediante negociação, com proposta de liquidação à longo prazo formalizado por protocolo de reconhecimento de dívida com garantias reais (efeito econômico importante para geração de EBITDA e redução da dívida líquida);
- Reconhecimento pelo Tesouro do GDF de créditos da ordem de R\$ 70 milhões, sendo R\$ 40 milhões em precatórios e R\$ 30 milhões em ações de cobrança com trânsito em julgado (efeito econômico importante para geração de EBITDA e redução da dívida);
- Combate às Perdas Comerciais - 66,3 mil ligações clandestinas - R\$ 72 milhões ano;
- Combate à inadimplência com a revogação da Lei Distrital nº 4.632, de 23 de agosto de 2011, que impõe à Companhia a suspensão do fornecimento de energia somente após 60 dias (ingerência sobre gestão da empresa) e não 30 dias conforme regra ANEEL.

26. Importa destacar que a CEB Distribuição assinou aditivo ao contrato de concessão em 2015, prorrogando-o por 30 anos, com vencimento em 2045, mediante condições de sustentabilidade econômico-financeira e manutenção da qualidade dos serviços.

27. Como mencionado, **a CEB-DIS quebrou pela primeira vez os covenants de sustentabilidade econômico-financeira em 2018 e os riscos de quebra dos covenants do segundo período consecutivo já em 2019 é elevadíssimo, considerando que restam praticamente seis meses para término do exercício.**

28. Além disso, A CEB-DIS, conforme Plano de Negócio de 2019 a 2023, tem forte dependência de recursos a curto e médio prazo decorrente da elevada alavancagem financeira, custos operacionais acima dos níveis regulatórios, que não são compatíveis de serem reduzidos a curto prazo.

29. Como visto, a gravidade da situação e o curto espaço de tempo que temos para reverter os resultados econômico-financeiros, **faz-se necessário a conjunção de esforços na viabilização de todas as medidas acima mencionadas e constantes do Plano de Adequação ao PN 2019 a 2023, para que não ocorra a quebra dos covenants pelo segundo ano consecutivo com o consequente início do processo de extinção da concessão (caducidade) e as consequências decorrentes.**

30. Nesse sentido, **devido à gravidade da situação, considerando os riscos iminentes de quebra dos covenants regulatórios pelo segundo período consecutivo em 2019, com o consequente início do processo de caducidade da concessão, já notificado pelo órgão regulador por meio do Ofício nº 128/2019- DIR ANEEL, bem como a elevada necessidade de recursos no período de 2019 a 2023, da ordem de R\$ 1,3 bilhões, de difícil materialização e que requer aporte por parte do acionista, recomendou ao Conselho de Administração da CEB Distribuição, avaliar a viabilidade de aporte de capital na Companhia, de forma tempestiva, considerando a opção de alienação e/ou transferência do Controle da CEB-DIS para fins de alienação de parte de suas ações, encaminhando a decisão ao**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

acionista controlador, para apreciação em Assembleia Geral de Acionistas, o que de fato ocorreu, conforme Ata da AGE 98º dos Acionistas da Companhia Energética de Brasília - CEB.

31. Estes fatos e dados, por si só, configuram não uma decisão de oportunidade e conveniência por parte da Administração, mas um dever, sob pena de ver decretada, pelo Poder Concedente, a caducidade do Contrato de Concessão, com consequências até mesmo incalculáveis para os cofres públicos do Distrito Federal.

32. Isso porque, **no processo de caducidade apenas é indenizado os ativos não amortizados, sendo que todas as dívidas, inclusive dos empregados da CEB Distribuição S/A e FACEB são alocadas junto ao Acionista Majoritário.**

(...)

50. Quanto à alegação de que a venda de terrenos da CEB Distribuição S/A seria solução da pretensão colocada na representação não se vislumbra tempo razoável para sua alienação. Além do mais, este ponto específico não resolveria, por si só, a recuperação financeira da subsidiária CEB Distribuição S/A.

51. Ora, seria um quanto tanto ingênuo, após ter-se apresentado um quadro completo da realidade econômico-financeira da empresa, supor que esta única alternativa (alienação de terrenos) unicamente, seria o bastante. Ademais, deve-se levar em consideração que um dos terrenos em questão é de difícil alienação, sem mencionar que eventual "fracionamento" do lote para uma venda razoável depende, inicialmente, de lei autorizativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, além das burocracias normais que tais avenças demandam.

52. Depois destas premissas, os imóveis vão a leilão público o que, não significa dizer, que haverá arrematante. Com isso, o fator tempo vai se encerrando para que a ANEEL, oportunamente, decrete a caducidade da concessão.

53. O argumento seria válido se tal providência, com as outras já mencionadas nesta manifestação, tivessem sido tomadas, fato que inexistente.

54. É equivocada a declaração de que a empresa possui ativos na ordem de R\$ 400 milhões, e nesse caso, "por que dispor do controle acionário da CEB Distribuição S/A".

55. Primeiro, o ativo disponível, caso alienado, não foi considerado a dedução do ganho de capital. A representação, ao fazer tal afirmação, não considera fatos relevantes e contábeis. Portanto, a alegação é desprovida de melhores considerações.

III.c – Sobre o fato de o risco de caducidade não ser imediato, por ter prazo para cumprimento das correções.

33. Salienta-se que esse ponto foi levantado pelos representantes após a manifestação da CEB. Desse modo, não houve contraponto específico por parte da Empresa. Assim, traz-se ao debate partes dos argumentos da Companhia que provocaram as alegações dos seus Empregados e do STIU/DF acerca do tema.

34. Em sua manifestação, a CEB afirmou que, em 2015, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2253/2015, determinou à ANEEL, o estabelecimento de metas contratuais a serem cumpridas pelas concessionárias, sob pena de decretação imediata da caducidade da concessão. Informou que, opostos embargos de declaração pela Agência, o TCU, no Acórdão nº 2520/2015, autorizou o Poder Concedente a firmar contratos com regras um pouco mais maleáveis, ficando estabelecido que a caducidade ocorreria quando a concessionária, por dois anos consecutivos, contados da assinatura do contrato, descumprisse os índices setoriais e/ou econômicos, permanecendo somente o direito

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

aos bens não amortizados. Asseverou que, ainda pelo Acórdão nº 2520/2015, o TCU autorizou, via Agência Reguladora, as concessionárias a iniciar o processo de transferência da concessão, também denominado desinvestimento, antes mesmo de decretado o início do processo de caducidade, sob pena de tornar ilegal qualquer procedimento de alienação posterior ao referido ato²⁴.

35. Mais à frente, a Companhia voltou a mencionar a questão nos seguintes termos²⁵:

- O cumprimento do quanto recomendado no Acórdão do TCU nº 2520/2015 Plenário, de Relatoria do Min. JOSÉ MUCIO MONTEIRO, o qual, dentre outros fatores, recomendou ao MME e à ANEEL que observassem o cumprimento estrito e imediato do Contrato de Concessão no que pertine à sua extinção, em caso de quebra de covenants regulatórios por dois períodos consecutivos, destacando-se inclusive a seguinte:

"60. Uma das soluções possíveis, senão a única para esses controladores, será o início imediato do processo de alienação do controle acionário, no caso de estatais, a privatização. Processo que poderá ser salutar às contas desses entes, haja vista o ingresso de recursos financeiros com a alienação das concessões, bem como o estancamento dos aportes anuais que a maior parte desses entes tem realizado para evitar a insolvência dessas empresas, e positivo ao consumidor, que terá melhora na prestação do serviço público em razão da assunção de concessionário com capacidade de realização de investimentos.

61. Conforme item 9.6 do acórdão 2.253/2015 - Plenário, a transferência do controle deverá ser concluída antes do segundo descumprimento consecutivo das metas anuais, DEC1, FEC1 ou inequação de sustentabilidade financeira, que ensejará o início automático do processo de declaração de caducidade, quando se torna ilegal a alienação da concessão pelo mau concessionário."

70. Em relação ao item 9.7.2, entende-se que a Autarquia deverá regulamentar, para cada ciclo revisional de cinco anos, metas e objetivos a serem alcançados pelas concessionárias materializados em critérios objetivos que mensurem a eficiência com relação a qualidade do serviço prestado à gestão econômico-financeiro, os quais, caso infringidos, ensejarão o início automático do processo de caducidade da concessão."

(...)

32. Isso porque, no processo de caducidade apenas é indenizado os ativos não amortizados, sendo que todas as dívidas, inclusive dos empregados da CEB Distribuição S/A e FACEB são alocadas junto ao Acionista Majoritário.

36. Por fim, A CEB requer a improcedência da Representação, o deferimento de sustentação oral quando do julgamento do feito, bem como que os presentes autos sejam convertidos em sigilosos, em razão das informações prestadas e dos documentos anexados²⁶.

IV. ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO

37. Observa-se que tanto a Representação quanto a manifestação do STIU/DF apontam, como supostas irregularidades nos procedimentos de alienação do controle acionário a CEB Distribuição, as seguintes: descumprimento de regras estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei nº 5.577/2015; decisão desprovida

²⁴ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fl. 4).

²⁵ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fls. 7/8 e 13).

²⁶ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (fl.23).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

de fundamentos e estudos técnicos; e risco de caducidade não ser imediato.

38. Apresentados os argumentos dos Representantes e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF, bem como a manifestação da CEB, passa-se à análise do mérito de cada um dos pontos.

39. Ressalta-se mais uma vez que as alegações dos Representantes e do STIU/DF são praticamente as mesmas. Dessa forma, para facilitar a elaboração da presente análise, a partir deste momento, sempre que for feita menção aos argumentos comuns aos dois, serão tratados como REPRESENTANTES.

IV.a – Acerca de suposto descumprimento de determinações estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei 5.577/2015, principalmente sobre a necessidade de autorização legislativa para a alienação.

40. Inicia-se a análise tratando do suposto descumprimento da Lei Distrital nº 5.577/2015. Resumindo os argumentos sobre este ponto, transcritos nos itens II.a-1 e II.b-1 desta Informação, os Representantes alegam que foi aprovada pela Câmara Legislativa do DF, ente legitimado para tal, Lei que versa sobre o tema. Desse modo, não caberia aos acionistas e/ou administradores da Companhia decidir em sentido contrário.

41. Em sua manifestação²⁷, a CEB argumentou que a Norma em questão é autorizativa. Portanto, não teria o caráter vinculante. Além disso, teria perdido o caráter de oportunidade, já que foi limitado o pagamento das dívidas da CEB Distribuição às contraídas até a promulgação da Lei.

42. Estritamente quanto à questão legal, compreende-se que assiste razão à CEB. Realmente, resta claro que a Lei Distrital nº 5.577/2015 é uma norma autorizativa, não estando exposta nenhuma determinação à Companhia para que daquela forma agisse. De acordo com o Professor Sérgio Resende de Barros, “autorizativa é a lei que – por não poder determinar – limita-se a autorizar o Poder Executivo a executar atos que já lhe estão autorizados pela Constituição, pois estão dentro da competência constitucional desse Poder²⁸”.

43. Entende-se que, caso a Câmara Legislativa do DF tivesse a intenção de vincular o ato não teria se utilizado desse expediente, mas sim de regramento próprio para se efetivar a determinação.

44. Quanto à questão de oportunidade, observou-se nas informações trazidas pela CEB²⁹ que os maiores valores da dívida da Empresa são de empréstimos contraídos após a publicação da referida Lei, o que impossibilitaria a sua quitação com recursos oriundos das alienações ali autorizadas. Compreende-se que tem sentido a afirmação da Companhia, pois, nesse caso, a venda das demais subsidiárias não teria como resolver um dos seus maiores problemas, que é o alto endividamento.

45. Sobre a alegação dos Representantes, acerca de

²⁷ Item III.a desta Informação.

²⁸ Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/leis-autorizativas.cont>. Acesso em 06/09/2019.

²⁹ Peça 14 – e-DOC 9A6E77D6-c (quadros às fls.15/20).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

desobediência à Lei Orgânica do DF, que obrigaria autorização legislativa para a alienação do controle acionário da CEB Distribuição, a CEB trouxe a Decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoada em conjunto as ADIs 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029, que conferiu ao art. 29, caput, Inc. XVIII, da Lei nº 13.303/2016 interpretação conforme a Constituição Federal, de que a exigência de autorização legislativa não se aplica a alienação do controle de subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista³⁰.

46. Conhecida a manifestação da CEB, os Representantes contestaram a aplicabilidade do referido julgamento do STF ao caso em exame, em razão, principalmente, do seguinte: não foi conferido efeito vinculante à decisão; e para afastar a eficácia normativa do dispositivo vigente no art. 19, XVIII, b, da Lei Orgânica, somente emenda ou declaração de inconstitucionalidade da Norma, esse último de prerrogativa do TJDF, em atenção ao princípio da autonomia federativa³¹.

47. Também nesse ponto, concorda-se com os argumentos da CEB. Ao tratar sobre a questão de repercussão geral em seus julgados, o Supremo Tribunal Federal expressa nos seguintes termos³²:

A Emenda Constitucional nº 45/2004 incluiu a necessidade de a questão constitucional trazida nos recursos extraordinários possuir repercussão geral para que fosse analisada pelo Supremo Tribunal Federal. O instituto foi regulamentado mediante alterações no Código de Processo Civil e no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

As características do instituto demandam comunicação mais direta entre os órgãos do Poder Judiciário, principalmente no compartilhamento de informações sobre os temas em julgamento e feitos sobrestados e na sistematização das decisões e das ações necessárias à plena efetividade e à uniformização de procedimentos.

Nesse sentido, essa sistematização de informações destina-se a auxiliar a padronização de procedimentos no âmbito do Supremo Tribunal Federal e nos demais órgãos do Poder Judiciário, de forma a atender os objetivos da reforma constitucional e a garantir a racionalidade dos trabalhos e a segurança dos jurisdicionados, destinatários maiores da mudança que ora se opera.

(...)

A existência da repercussão geral da questão constitucional suscitada é requisito necessário para o conhecimento de todos os recursos extraordinários, inclusive em matéria penal.

Exige-se demonstração da repercussão geral, sob pena de inadmissão do recurso extraordinário.

(...).

48. Observa-se, então, que o fato do julgado ser de um Recurso Extraordinário lhe compete repercussão geral. Assim, deve ser aplicado ao caso em debate.

49. Também, não merecem prosperar as alegações trazidas pelos Representantes acerca da eficácia normativa do dispositivo vigente no art. 19, XVIII, b, da Lei Orgânica, bem como de desrespeito ao princípio da autonomia federativa.

50. Ao julgar as mencionadas ADI, o STF o fez para esclarecer

³⁰ Item III.a desta Informação.

³¹ Item II.a-1 desta Informação.

³² Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>. Acesso em 06/09/2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

pontos da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, **do Distrito Federal** e dos Municípios. Portanto, uma Norma que deve ser respeitada pela CEB.

51. As dúvidas suscitadas diziam respeito à alienação de ativos dos mencionados entes e de suas subsidiárias, notadamente no que tange à questão de autorização legislativa para sua consecução.

52. Não se discute aqui o disposto no art. 19, XVIII, b, da Lei Orgânica do Distrito Federal, pois ali faz referência expressa a autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, **não** fazendo menção a subsidiárias e controladas.

53. Compreende-se que o STF não usurpou dos poderes do TJDF, e nem foi ferido o princípio da autonomia federativa, já que a Lei Orgânica do Distrito Federal não veta a alienação do controle acionário de subsidiárias, que é onde se enquadra a CEB Distribuição.

54. Assim, o caso da alienação de ações da CEB estaria sujeito à aplicação das disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, dentre elas as que motivaram o já mencionado julgamento do Supremo Tribunal Federal.

55. Ante todo o exposto, entende-se que não foram comprovadas as irregularidades levantadas pelos Representantes acerca do tratado neste item, sobre o desrespeito à Lei nº 5.577/2015 e à Lei Orgânica do DF, no processo de alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

56. Todavia, ressalta-se que, em consulta ao sítio do Supremo Tribunal Federal, verificou-se que ainda não foi publicado o acórdão referente à decisão do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoada em conjunto as ADIs 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029.

57. Dessa forma, entende-se ser conveniente determinar à CEB que se abstenha de tomar qualquer medida que venha a ultimar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição até que seja publicado o mencionado acórdão.

IV.b – Sobre a decisão pela alienação ser desprovida de fundamentos e estudos técnicos e de existir possibilidade de reversão da situação econômica da Empresa.

58. Observa-se que os Representantes, em seus argumentos, em nenhum momento negaram a difícil situação econômico-financeira que se encontra a CEB Distribuição. Entretanto, alegaram que o cenário pode ser revertido sem a alienação do controle acionário, bastando seguir os Planos de Negócios elaborados pela Empresa e que, agora, estão sendo abandonados sem justificativas. Afirmaram, ainda, que, de acordo com os dados do ano de 2019, ocorreu uma melhora nos números da Companhia.

59. A CEB contestou, afirmando que, em razão do risco de se perder a concessão, não resta outra alternativa, senão a alienação do controle acionário da CEB Distribuição. Em síntese, asseverou que as medidas até aqui adotadas não vem surtindo o efeito desejado.

60. Inicialmente, compreende-se importante fazer um breve histórico do que já foi tratado pelo Tribunal acerca da situação econômico-financeira da CEB Distribuição.

61. Ressalta-se que em 2014, no âmbito do Processo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

5.432/2013³³, realizou-se Auditoria Operacional na referida Companhia, constatando-se, já naquela oportunidade, que a CEB Distribuição enfrentava dificuldades no aspecto econômico-financeiro.

62. Em atenção a diversas deliberações da Corte, a Empresa adotou diversas medidas no sentido de se tentar reverter a situação. Instaurou-se o Processo TCDF nº 25.150/2017, com o intuito de monitorar, dentre outras, a efetividade das referidas providências.

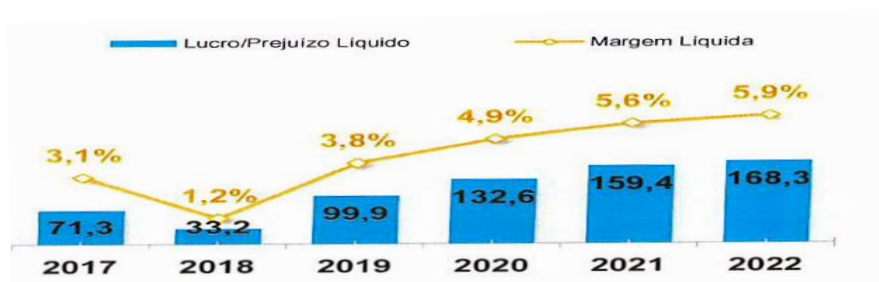
63. Realizadas duas fases do referido acompanhamento, uma no final de 2017³⁴ e outra no início do segundo semestre de 2019³⁵, observou-se que a despeito das providências que vem sendo tomadas pela CEB Distribuição, tanto no seu Plano ANEEL, de 2015, quanto nos Planos de Negócios dos anos subsequentes, a situação econômico-financeira vem se agravando.

64. Entende-se conveniente trazer a estes autos, excertos do Relatório do Segundo Monitoramento de Auditoria, elaborado no início do segundo semestre deste ano, e que tratam, especificamente, da situação econômico-financeira da Companhia³⁶:

59. Para tal, procede-se ao exame sob dois aspectos. Primeiramente, realiza-se uma avaliação de alguns indicadores, relevantes no ponto de vista econômico-financeiro, tecendo um comparativo entre o previsto no Plano de Negócio da Companhia e o que efetivamente aconteceu nestes dois períodos. Depois, passa-se a examinar o atendimento às premissas estabelecidas no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, análise de suma importância, haja vista as consequências que poderão advir de seu descumprimento.

60. No Plano de Negócio da Companhia, fez-se a seguinte estimativa sobre os seus lucros, bem como a respeito da margem líquida desses resultados para os períodos de 2017 a 2022:

Figura 1 – Lucro/Prejuízo Líquido de 2017 a 2022



Fonte: PT 05, e-DOC B6F27FAD-c (fl. 40)

61. Compulsando essa previsão com os resultados efetivamente alcançados nos anos de 2017 e 2018, observa-se que não foram atingidas as metas estabelecidas no referido Plano. Quanto ao Lucro/Prejuízo, verificou-se a seguinte situação:

Figura 2 – Comparativo entre lucro previsto e alcançado em 2017/2018.

³³ Relatório Final de Auditoria (e-DOC 8D09D2AF, fls. 202/259), referendado pela Decisão nº 468/2015.

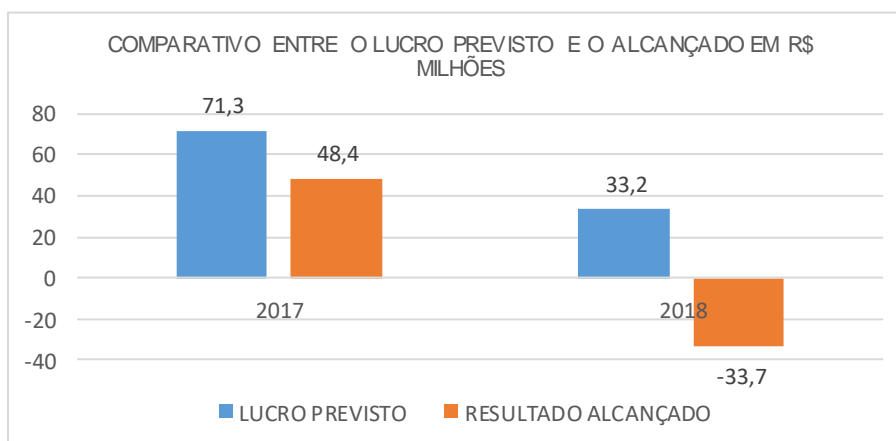
³⁴ Processo 25.150/2017 – Peça 25 – e-DOC C1C71433-e, referendado pela Decisão nº 64/2018.

³⁵ Processo 25.150/2017 – Peça 25 – e-DOC 583EEA1A-e, ainda não julgado.

³⁶ Processo 25.150/2017 – Peça 25 – e-DOC 583EEA1A-e (fls. 17/22).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

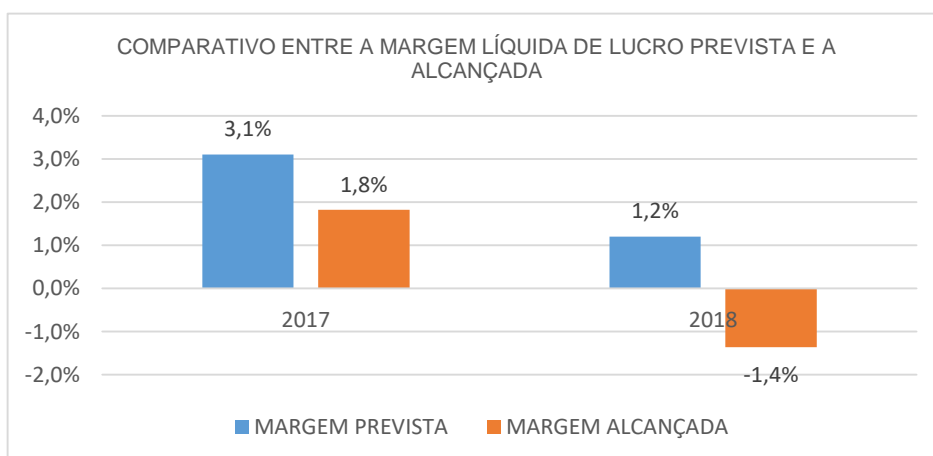
Proc.: 14.174/19e



62. Vê-se que, apesar do resultado positivo de 2017, a meta não foi atingida, chegando o resultado a menos de 70% do previsto. Em 2018 a situação ficou ainda mais difícil, sendo que a Companhia não só deixou de cumprir o estabelecido, como registrou prejuízo de 33,7 milhões.

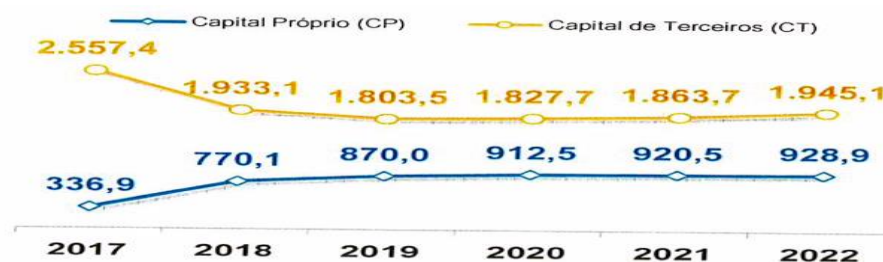
63. Consequentemente, a Margem Líquida de Lucro também não atingiu os índices planejados:

Figura 3 – Comparativo entre margem líquida de lucro prevista e alcançada em 2017/2018.



64. Quanto à Estrutura de Capital, a CEB Distribuição previu no mencionado Plano de Negócio que ocorreria uma mudança em sua trajetória em razão do crescimento do Patrimônio Líquido. Dessa forma, projetou a sua evolução nos seguintes parâmetros:

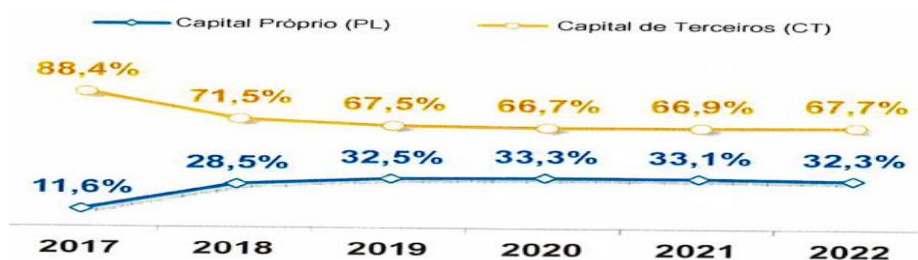
Figura 4 – Estrutura de Capital de 2017 a 2022





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

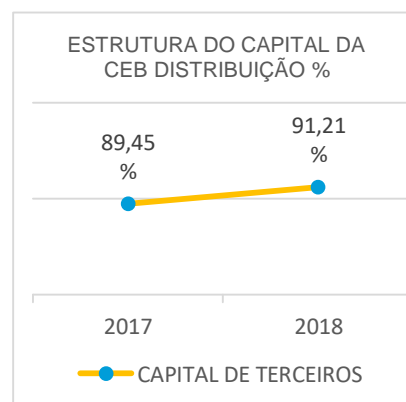
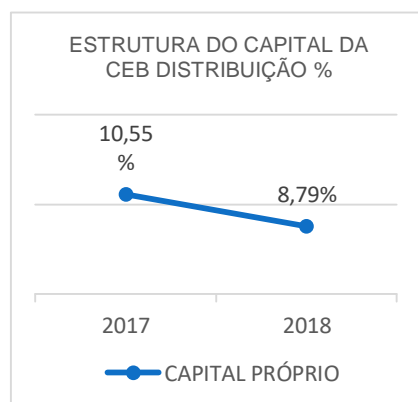
Proc.: 14.174/19e



Fonte: PT 05, e-DOC B6F27FAD-c (fl. 40)

65. Também nesse caso, constatou-se que as metas do Plano ficaram longe de serem atendidas. Do exame aos já mencionados Relatórios de Administração dos anos de 2017 e 2018, chegou-se aos seguintes números:

Figura 5 – Estrutura de Capital 2017/2018 (R\$ milhões e %)



66. Observa-se que em 2018, longe do que se previa no Plano de Negócio, a dependência do Capital de Terceiros atingiu patamares muito elevados, passando de 90%. Ressalta-se que a estimativa da CEB Distribuição é que se chegasse ao referido ano com pouco mais de 70% de participação de Capital de Terceiros.

67. Outro dado que chamou negativamente a atenção em 2018 foi o descompasso entre os custos com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros – PMSO realizados pela Companhia, com o limite estabelecido pela Agência Reguladora. Enquanto o nível regulatório indicado pela ANEEL era de **R\$ 292,5 milhões**, a CEB Distribuição atingiu a quantia de **R\$**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

370,4 milhões para esses custos.

68. Ressalta-se que o descumprimento dessa premissa ocasiona um descasamento entre as despesas e as receitas, pois a diferença entre o estabelecido pela Agência e o efetivamente gasto pela Distribuidora, nesse caso de **R\$ 77,6 milhões**, não pode ser repassado à tarifa cobrada do consumidor, afetando diretamente o resultado da Companhia.

69. Observa-se, nos números analisados, a confirmação de um indicativo percebido quando da realização do 1º Monitoramento da presente Auditoria, em 2017, de uma piora substancial dos indicadores econômico-financeiros da Companhia já naquele ano.

70. Destaca-se, ainda, as graves consequências que poderão advir para a CEB Distribuição caso não ocorra uma mudança brusca e urgente em seus números. A Subcláusula Décima Quarta, do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, firmado entre a Companhia e a Agência Reguladora em 2015, estabelece:

Subcláusula Décima Quarta – Para o período a partir do sexto ano civil subsequente à celebração deste Contrato, a Inadimplência da Concessionária decorrente do Descumprimento de Critérios de Eficiência com relação à Continuidade do Fornecimento ou à Gestão Econômico-Financeira implicará a abertura do Processo de Caducidade, respeitadas as disposições deste Contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório, observando:

I – que o Descumprimento dos Parâmetros Mínimos de Sustentabilidade Econômico-Financeira por dois anos consecutivos, conforme regulação da ANEEL, caracterizará a inadimplência em relação à Gestão Econômico-Financeira; e

(...)

Parágrafo Primeiro – A ANEEL estabelecerá os Parâmetros Mínimos de que trata o Inciso I desta Subcláusula anteriormente ao início de Períodos Preferencialmente Quinquenais, sendo que a fixação dos Novos Parâmetros observará, dentre outros, a necessidade de LAJIDA Positivo e de Capacidade de Realização de Investimentos Mínimos e de Gerenciamento da Dívida.

(...).

71. Sobre o mesmo ponto, a Cláusula Décima Oitava determina:

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Além das disposições anteriores deste Contrato, a Concessionária deverá observar, pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as Condições de Prorrogação estabelecidas nos Anexos II e III.

Subcláusula Primeira – O descumprimento de uma das Condições de Prorrogação dispostas nos Anexos II e III por dois anos consecutivos ou de quaisquer das Condições ao final do período de cinco anos, acarretará a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições deste Contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Subcláusula Segunda – As demais Regulações de Qualidade e Econômico-Financeiras permanecem válidas e aplicam-se à CONCESSIONÁRIA concomitantemente às disposições dos Anexos II e III.

72. Salienta-se que o Anexo II do mencionado Termo Aditivo trata especificamente sobre continuidade do fornecimento, trazendo os limites estabelecidos para o DEC e FEC, já tratados neste Relatório de Monitoramento.

73. Neste ponto, examina-se o contido no Anexo III, que versa sobre os parâmetros mínimos para prorrogação da Concessão, no que concerne à eficiência na gestão econômica e financeira. Assim, o citado Anexo ao Quarto Termo Aditivo estabelece:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

CLÁUSULA PRIMEIRA – PARÂMETROS MÍNIMOS

Os parâmetros Mínimos de Sustentabilidade Econômica e Financeira citados na Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima ficam definidos, para os primeiros cinco anos, a contar do início do ano civil subsequente ao de vigência do presente Aditivo, pela seguinte Condição:

Geração Operacional de Caixa – Investimentos de Reposição – Juros da Dívida ≥ 0 ;

onde:

Geração Operacional de Caixa: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) ajustado por eventos não Recorrentes;

Investimentos de Reposição: Quota de Reintegração Regulatória (QRR); e

Juros da Dívida: Dívida Líquida $\times (1,1 \times \text{SELIC})$.

(...)

Subcláusula Segunda – O atendimento do Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira dependerá da observância das seguintes Inequações:

(I) LAJIDA ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);

(II) [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);

(...)

Subcláusula Terceira – A verificação das Inequações pertinentes aos respectivos prazos ocorrerá a cada doze meses a contar do início do ano civil subsequente ao de vigência do presente Aditivo.

(...).

74. Avaliando o cumprimento da condição estabelecida na Subcláusula Primeira, observa-se que em 2018 a CEB Distribuição não atendeu ao deliberado em contrato, ficando o resultado dessa inequação em R\$ 75,9 milhões negativos. Tal fato não somente obriga a Controladora repassar à Companhia esse valor até 30 de junho de 2019, como também coloca em risco a concessão, já que não pode repetir o descumprimento por dois anos consecutivos, sob pena de abertura de processo de caducidade.

Tabela 1 – Avaliação da Inequação [LAJIDA (-) QRR (-) Juros da Dívida] ≥ 0

	Resultado 2018 (R\$ milhões)
LAJIDA	51,587
QRR	68,317
Dívida Líquida $\times (1,1 \times \text{SELIC})$	59,174
[LAJIDA (-) QRR (-) Juros da Dívida] ≥ 0	-75,904

Fonte: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2018 – e-DOC 08C137F0-c – fl. 9.

75. Quanto à Subcláusula Segunda do Anexo III, vemos que, apesar do LAJIDA ter ficado positivo em 2018, a segunda inequação [LAJIDA (-) QRR ≥ 0], que inclusive deixa de fora os juros da dívida, também não foi atendida, resultando, também, dados negativos:

Tabela 2 – Avaliação da Inequação [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0

	Resultado 2018 (R\$ milhões)
LAJIDA	51,587
QRR	68,317
[LAJIDA (-) QRR] ≥ 0	-16,730

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Fonte: Resposta Complementar à Nota de Monitoramento nº 02 – e-DOC BB2A9D4F-c.

76. Vê-se que a difícil situação econômico-financeira da CEB Distribuição está colocando a Empresa em risco real de perder a concessão. Destaca-se que isso foi verificado desde a realização da Auditoria em 2014 e confirmado no 1º Monitoramento em 2017, resultando em deliberações desta Corte sobre o tema nas Decisões nº 468/2015 e 64/2018. Entretanto, constata-se que as medidas adotadas não têm sido suficientes para resolver a situação, que vem se agravando ano a ano.

77. Compreende-se que até pontos que foram observados como críticos no decorrer da Auditoria e sobre os quais ocorreram sensível melhora, como o atendimento aos índices de continuidade (DEC e FEC), podem voltar a preocupar, já que a dificuldade econômico-financeira da Empresa pode prejudicar investimentos necessários à manutenção da qualidade do fornecimento de energia.

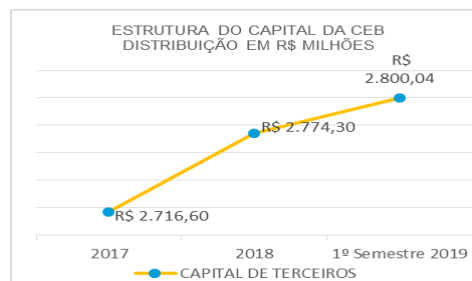
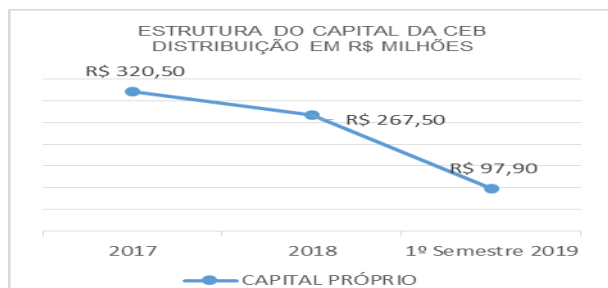
78. Assim, entende-se que a CEB Distribuição deve fazer meticulosa avaliação da situação, com o propósito de implementar medidas que venham a alterar de forma significativa os rumos da Empresa, de forma a evitar consequências drásticas, como a perda da concessão.

65. Da análise realizada naqueles autos, e que podem ser aplicadas também a este, depreende-se que a situação vem se agravando ano a ano, e oferecendo riscos à continuidade da concessão.

66. Do exame das Demonstrações Financeiras Intermediárias, do 1º e 2º trimestres de 2019³⁷, observa-se, sim, conforme levantado pelos Representantes, uma leve melhora, com a reversão no prejuízo no 2º trimestre, registrando um lucro líquido de 3.644 milhões, o que resulta numa margem líquida de 0,57%.

67. Entretanto, compreende-se que é um dado muito tênue para se demonstrar uma recuperação que permita uma mudança de rumo na situação da Empresa. Por outro lado, observa-se pontos que se referem ao acordo com a ANEEL, constantes da Cláusula Décima Oitava, do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, que apontam para novo descumprimento, conforme pode ser verificado às folhas 8/9 das Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30 de junho de 2019³⁸.

68. Outro índice que chamou atenção na referida demonstração, foi o novo aumento, do que já era muito alto em dezembro de 2018, da dependência de capital de terceiros ao final do 1º semestre de 2019, passando de 91,21% para 96,50%:

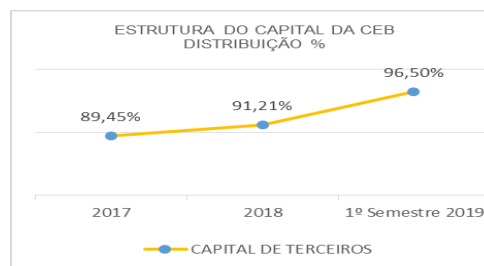
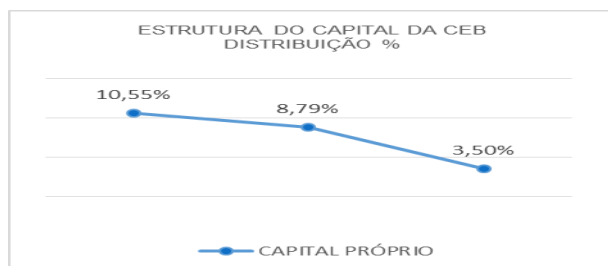


³⁷ e-DOCs 0A5F6D1D-c e B7553FE4-c (associados aos autos).

³⁸ e-DOC B7553FE4-c.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e



69. Vê-se que situação é grave, demonstrando uma dependência quase que completa da CEB Distribuição em relação ao capital de terceiros. Diante do exposto, observa-se uma necessidade premente de adoção de medidas que busquem resolver o problema.

70. Os Representantes também levantaram a questão de possível venda de imóveis de propriedade da Companhia, que poderia levantar recursos suficientes para melhorar os números da Empresa.

71. Nas justificativas apresentadas pela CEB, informou-se que a efetivação dessas vendas seria complexa, em razão de ser necessária a alteração de destinação de uso para que se conseguisse a negociação, com exigência de tramitação legislativa. Além disso, asseveraram que somente essa venda não solucionaria o problema.

72. Quanto a esse ponto, observa-se que essa possibilidade já constava nos Planos de Negócios que buscavam a recuperação da CEB Distribuição, sem que fosse concretizada, demonstrando, assim, a complexidade do processo.

73. Feitas as colocações acerca da situação econômico-financeira da CEB Distribuição, passa-se à análise do argumento central dos Representantes, que consideram a alienação do controle acionário ser desprovida de fundamentos e estudos técnicos, além de existir possibilidade de reversão da situação econômica da Empresa.

74. Quanto à possibilidade de reversão da situação econômica da CEB Distribuição sem a alienação do controle acionário, ressalta-se ser impossível afirmar de forma peremptória se é ou não é possível. Destaca-se não se tratar de uma questão matemática que permita uma declaração exata.

75. Entretanto, compreende-se que não deve ser encoberto o fato de que, desde 2015, a CEB Distribuição já colocou em prática Planos de Reestruturação e Planos de Negócios, sem que obtivesse êxito em sua empreitada.

76. Pelo contrário, a despeito da implementação de diversas ações desses Planos, a situação tem se complicado, chegando, agora, a um risco iminente de perda da concessão por quebra de cláusulas contratuais com a Agência Reguladora.

77. Salienta-se o entendimento de que a decisão a ser tomada, desde que obedecidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, cabe à direção da Empresa.

78. Acerca da alegada falta de fundamentos e de estudos técnicos para a alienação do controle acionário da Empresa, compreende-se que não merece prosperar. Afinal, desde 2015 a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Empresa vem empreendendo esforços no sentido de alterar o quadro ruim em que se encontra. Entende-se que não é uma decisão tomada de forma abrupta, sem análise prévia.

79. *Além disso, ressalta-se que foi somente iniciado o processo de alienação. Nada foi definido acerca dos detalhes do que virá a ser o procedimento de venda das ações. Em consulta ao sítio da CEB, verificou-se que a Empresa firmou contrato com o BNDES, com o objetivo de estruturar o projeto de alienação da CEB Distribuição. Salienta-se a informação de que “o processo de aferição do valor da Companhia só terá início a partir do Contrato da CEB com o BNDES, que contará com especialistas para esse fim”³⁹.*

80. *Frisa-se, ainda, que a efetivação do processo de alienação que porventura vier a acontecer, poderá ser acompanhado por este Tribunal, visando o pleno atendimento ao que prescreve o artigo 37 da Constituição Federal.*

81. *Ante todo o exposto, entende-se que não foram observadas irregularidades também nesse ponto, não assistindo razão aos Representantes.*

IV.c – Sobre o fato de o risco de caducidade não ser imediato, por ter prazo para cumprimento das correções.

82. *Acerca desse ponto, compreende-se importante fazer a análise abordando a questão levantada pelos Representantes por mais de uma perspectiva. Inicialmente, têm plenas razões quando falam que o risco de caducidade não é imediato, por ter prazo para cumprimento das correções.*

83. *Realmente, isso é garantido no artigo 38, § 2º da Lei nº 8.987/1995:*

§ 2º A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

84. *Desse modo, resta claro que a caducidade não é declarada de forma imediata. Existe todo um processo em que é dado ao concessionário o direito de defesa.*

85. *Entretanto, a questão merece ser avaliada também por outro ponto de vista, este trazido pela CEB em sua manifestação, que é a necessidade de alienação do controle antes do início de processo de caducidade, sob pena de tornar irregular a transação.*

86. *A CEB argumentou que o Tribunal de Contas da União, ao analisar recurso da ANEEL no âmbito do Processo TCU nº 3.379/2015-9, proferiu o Acórdão 2520/2015, decidindo nesse sentido, em ratificação ao Acórdão 2253/2015. Isso tornaria premente o processo de alienação do controle acionário da CEB Distribuição, pois o risco do início do processo de caducidade é iminente e o adiamento das providências poderia trazer consequências legais e financeiras para a Companhia.*

87. *Da análise do tema, vê-se que assiste razão à CEB, pois, a despeito de o processo de caducidade assegurar o direito de ampla defesa, a decisão do TCU estabelece que o procedimento de alienação do controle acionário que se iniciar após a instauração do referido processo é ilegal.*

88. *Traz-se ao debate os possíveis problemas que poderão advir caso os procedimentos de alienação do controle acionário*

³⁹Disponível em: <https://www.ceb.com.br/index.php/noticias/574-ceb-e-bndes-firmam-contrato-para-modelagem-da-alienacao-do-controle-acionario-da-ceb-distribuicao>. Acesso em 06/09/2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

sejam tomados posteriormente ao início do processo de caducidade.

89. Por meio do Acórdão nº 2253/2015, o TCU, ao tratar a questão resolveu⁴⁰:

(...)

9.6. dar ciência ao MME e à Aneel que a alienação de controle acionário de empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica após o início de processo de declaração de caducidade, nos termos dos §§ 1º a 4º do art. 4º do Decreto 8.461/2015, não é compatível com o art. 6º da Lei 8.987/1995 nem com o art. 7º da Lei 12.783/2013;

(...).

90. Do exame do voto condutor da citada deliberação, compreende-se melhor o entendimento daquela Corte⁴¹:

(...)

221. O modelo abre espaço para comportamento oportunista do concessionário que pode não realizar quaisquer investimentos e, ainda, reduzir ao máximo os gastos operativos no sistema, em detrimento da prestação adequada do serviço, maximizando seus ganhos. Esse concessionário pode, por fim, alienar seu controle acionário e obter novamente vantagens financeiras, sem ter, de fato, prestado um serviço adequado no período compreendido entre a renovação e a alienação do controle.

222. Na prática, o modelo permite que o consumidor fique exposto à má qualidade da prestação do serviço e os §§1º ao 4º do art. 4º do Decreto 8.461/2015, além de prolongarem essa exposição do consumidor, eliminam importante incentivo à prestação do serviço adequado em afronta ao art. 6º da Lei 8.987/1995 e ao art. 7º da Lei 12.783/2013.

223. Perceba-se que se o dispositivo fosse o contrário e impedisse a alienação da concessão após o início do processo de caducidade, haveria grande interesse da concessionária em realizar investimentos imediatos, para impedir o início do processo de caducidade, ou se movimentar de pronto para a alienação de seu controle acionário. Ambas possibilidades seriam benéficas ao consumidor e diminuiriam seu tempo de exposição a serviço inadequado.

224. Ademais, permitir às prestadoras de serviço que não atingirem a qualidade mínima estabelecida, com processo iniciado de declaração de caducidade, alienar suas participações, possibilitando-lhes a obtenção de vantagens financeiras é premiar mau comportamento. Por outro lado, a realização de licitação permitiria à União a obtenção, para si ou para o sistema, dessas vantagens financeiras que serão usufruídas pela concessionária alienante.

225. Por essas razões entende-se que os § 1º, § 3º e § 4º do art. 4º do Decreto 8.461/2015 não estão em acordo com o art. 6º da Lei 8.987/1995 e o art. 7º da Lei 12.783/2013. Devendo-se cientificar o MME e a Aneel que a alienação do controle acionário de empresas detentoras de concessões de distribuição de energia após o início do processo de declaração de caducidade, dentro das circunstâncias previstas nos referidos dispositivos, é ilegal.

91. O assunto voltou a ser tratado no voto condutor do Acórdão 2520/2015, que, no mesmo processo, tratou de Embargos de Declaração da ANEEL⁴²:

61. Conforme item 9.6 do Acórdão 2.253/2015--Plenário, a transferência do controle deverá ser concluída antes do segundo descumprimento

⁴⁰ Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/337920159.PROC/%20DTRELEVANCIA%20desc.%20NUMACORDAOINT%20desc/2/%20?uid=18e94720-ce69-11e9-9b90-97d2f33037f4>. Acesso em 06/09/2019.

⁴¹ Ibid.

⁴² Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/337920159.PROC/%20DTRELEVANCIA%20desc.%20NUMACORDAOINT%20desc/1/%20?uid=18e94720-ce69-11e9-9b90-97d2f33037f4>. Acesso em 06/09/2019.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

consecutivo das metas anuais, DECI, FECI ou inequação de sustentabilidade financeira, que ensejará o início automático do processo de declaração de caducidade, quando se torna ilegal a alienação da concessão pelo mau concessionário.

62. Portanto, as concessionárias que descumprirem as metas traçadas nos dois primeiros anos ficarão impossibilitadas de alienar seu controle a partir de janeiro de 2018. Tal fato implica na necessidade de início imediato dos preparativos para a privatização ou alienação dessas concessões, sob pena de perderem as concessões e terem direito unicamente às indenizações relativas aos bens não amortizados.

92. Ressalta-se que não se discute aqui a conveniência ou não da alienação do controle acionário que, entende-se, é uma decisão a ser tomada pela CEB, desde que respeitadas as determinações constantes do artigo 37 da Constituição Federal.

93. Entretanto, deve-se ter ciência que caso a alienação do controle acionário seja feita após o início do processo de caducidade, será considerada ilegal.

V. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

94. Destaca-se que os presentes autos foram autuados, inicialmente, para tratar de representação, com pedido de liminar, formulada por diversos empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB, acerca de possíveis irregularidades atinentes à convocação para assembleia de acionistas da empresa, que teve por objeto, dentre outros, a deliberação sobre a alteração do Plano de Negócios 2019/2023 e a captação de recursos associados com a alienação de participação acionária da CEB Distribuição.

95. Prejudicada a liminar, em razão de ter se passado a referida assembleia, a Corte determinou a CEB que se manifestasse sobre supostas irregularidades apontadas pelos Representantes no processo de alienação. Ressalta-se que, posteriormente, foi autorizada a entrada do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF, como interessado no processo.

96. Ressalta-se que as supostas irregularidades apontadas pelos Representantes e pelo STIU/DF foram semelhantes e, por isso, analisadas em conjunto pelo Corpo Técnico.

97. Acerca de suposto descumprimento de determinações estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei 5.577/2015, principalmente sobre a necessidade de autorização legislativa para a alienação do controle acionário da CEB Distribuição, entendeu-se que não foram comprovadas as irregularidades levantadas pelos Representantes.

98. Quanto à Lei Distrital nº 5.577/2015, resta claro que é uma regra autorizativa, não tendo o caráter vinculante. Sobre a necessidade de autorização legislativa, que seria preceituada no artigo 19 da Lei Orgânica do DF, também não cabe a aplicação, já que a Norma faz essa determinação para Empresas Públicas e não suas subsidiárias, como é o caso da CEB Distribuição.

99. Permanecia uma dúvida interpretativa sobre esse assunto, que foi dissipada com a Decisão do STF no julgamento do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoada em conjunto as ADI 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029, que conferiu ao art. 29, caput, Inc. XVIII, da Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

nº 13.303/2016, interpretação conforme a Constituição Federal, de que a exigência de autorização legislativa não se aplica a alienação do controle de subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.

100. *Destaca-se que, conforme debatido nos parágrafos 46 a 48 desta Informação, o fato do julgado em questão ser de um Recurso Extraordinário já lhe compete repercussão geral.*

101. *Todavia, ressalta-se que, em consulta ao sítio do Supremo Tribunal Federal, verificou-se que ainda não foi publicado o acórdão referente à decisão do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoadada em conjunto as ADI 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029. Dessa forma, entende-se ser conveniente determinar à CEB que se abstenha de tomar qualquer medida que venha a ultimar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição até que seja publicado o mencionado acórdão.*

102. *Sobre a decisão pela alienação ser desprovida de fundamentos e estudos técnicos e de existir possibilidade de reversão da situação econômica da Empresa, após a análise dos fatos, entendeu-se que não foram observadas irregularidades nos procedimentos.*

103. *Quanto ao fato do risco de caducidade não ser imediato, por ter prazo para cumprimento das correções, observou-se que após aberto o processo de caducidade, existe, sim, o prazo para exercício de ampla defesa.*

104. *Entretanto, assiste razão à CEB acerca da questão de riscos de prejuízos caso a opção seja pela alienação e o procedimento não se dê antes da instauração do processo de caducidade, já que o Acórdão 2253/2015, do TCU, considerou ilegal a venda após o início do referido processo.*

105. *Ante todo o exposto, depreendeu-se que não foram observadas irregularidades por parte da CEB nos procedimentos que visam à possível alienação do controle acionário da CEB Distribuição.*

106. *Destaca-se, mais uma vez, o entendimento de que a decisão a ser tomada, desde que obedecidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, cabe à direção da Empresa.*

107. *Frisa-se, ainda, que a efetivação do processo de alienação que porventura vier a acontecer, poderá ser acompanhado por este Tribunal, visando o pleno atendimento ao que prescreve a Constituição Federal.*

108. *Destaca-se a solicitação da CEB, em sua manifestação, para que os autos sejam classificados como sigilosos, em razão de conterem informações gerenciais/contábeis sensíveis ao mercado.*

Assim, o presente processo foi classificado como sigiloso, sujeito à confirmação pelo Plenário, nos termos do art. 3º, III c/c art. 9º, I, § 3º da Resolução TCDF nº 207/2010.

109. *Ressalta-se, ainda, que tanto a CEB quanto o STIU/DF, em suas manifestações, solicitaram o deferimento de sustentação oral quando do julgamento da representação.*

Diante disso sugeriu-se ao egrégio Plenário a adoção das seguintes medidas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

- I. tomar conhecimento da Representação inicial e complementar dos Empregados da CEB (peças 3 e 25), das alegações do STIU/DF (peça 26), bem como da manifestação da CEB (peça 14);*
- II. ratificar o caráter sigiloso conferido aos autos, nos termos do art. 9º, I, § 3º da Resolução TCDF nº 207/2010;*
- III. deliberar sobre os pedidos de sustentação oral formulados pelo STIU/DF e pela CEB quando do julgamento da matéria;*
- IV. considerar improcedentes as representações dos Empregados da CEB e do STIU/DF;*
- V. determinar à CEB que se abstenha de tomar qualquer medida que venha a ultimar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição até que seja publicado o acórdão referente à decisão do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoadada em conjunto as ADI 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029;*
- VI. autorizar:*
 - a) a ciência da Decisão que vier a ser prolatada aos Representantes e ao STIU/DF, nas pessoas dos advogados constituídos, bem como à CEB;*
 - b) o retorno dos autos à SEGEM para fins de arquivamento.*

As análises e as sugestões formuladas pelo auditor de controle externo mereceram a concordância do diretor-substituto da Segunda Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – 2ª Digem e do titular da Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF (e-DOC EF785434-e).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, mediante o Parecer n.º 592/2019-G1P (e-DOC 647E938A-e), da lavra do ilustre Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, após empreender breve relato dos fatos e tecer suas considerações acerca da matéria, opinou de forma divergente do corpo instrutivo, assim:

- “17. De início, o MPC/DF destaca sua discordância com as sugestões emanadas da Unidade Técnica na substancial Informação nº 41/2019-DIGEM2 (e-DOC DF1DDE58).*
- 18. Conforme relatado alhures, o ponto nodal da controvérsia cinge-se na alegação de irregularidades na proposta de alienação do controle acionário da CEB Distribuidora, subsidiária integral da CEB – Companhia Elétrica de Brasília.*
- 19. Antes de analisar de forma mais detida as alegações dos empregados da CEB e do STIU/DF, cumpre ressaltar que os principais argumentos lançados em ambas as peças são muito semelhantes, motivo pelo qual o presente parecer fará uma abordagem única das razões ora apresentadas.*
- 20. Nesse sentido, é possível identificar que tanto os empregados da CEB como os do STIU/DF apontam como sendo as principais irregularidades no processo de alienação societária da Distribuidora os seguintes pontos: (i) descumprimento das determinações*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei 5.577/2015; (ii) decisão política e desprovida de fundamentos técnicos na condução do processo de alienação do controle acionário e (iii) inexistência de caducidade imediata pelo não cumprimento das condições estabelecidas no contrato de concessão.

21. Por fim, por uma questão meramente didática, os empregados da CEB e o STIUDF serão, doravante, denominados “requerentes”, salvo quando for necessária a individualização.

DA ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI ORGÂNICA DO DF E NA LEI 5.577/2015

22. No tópico em tela, as alegações dos requerentes podem ser sintetizadas a partir dos seguintes excertos apresentados pelos empregados da CEB⁴³:

A primeira e principal irregularidade diz respeito ao descumprimento das determinações estabelecidas na Lei Orgânica do DF e, em especial as previstas na Lei nº 5.577/2015)

(...)

A Lei Orgânica, estabelece que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse político, e que somente por lei específica poderá ser transformada ou privatizada uma das empresas integrantes do acervo patrimonial do DF, senão vejamos:

Art. 19. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público, e também ao seguinte:

XVIII - somente por Lei específica pode ser: criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; transformada, fundida, cindida, incorporada, privatizada ou extinta entidade de que trata a alínea a;

O representante legitimado para a tomada de decisão relativa aos atos que importem em transformação societária ou em privatização é a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Atualmente a vontade popular encontra-se firmada na Lei Distrital nº 5.577/2015, no cabendo ao acionista majoritário ou a qualquer dos acionistas minoritários decidir em sentido contrário.

(...)

Não cabe aos acionistas ou aos administradores a decisão de mudar o destino da lei vigente. Permitir que a assembleia de acionistas delibere sobre tais questões equivale a revogar a própria lei, uma acintosa usurpação da competência legislativa dos representantes do povo, insculpida na Lei Distrital nº 5.577/2015.

Mais do que isso, o ato afronta a própria Lei Orgânica, que estabelece que somente por lei específica poderá ser transformada, fundida, cindida, incorporada, privatizada ou extinta entidade da

⁴³ eDOC 5FBD0ED3-c



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

administração indireta do Distrito Federal. (eDOC 5FBD0ED3 – representantes CEB)

Não apenas não existe a referida lei específica que autorize a alienação da CEB Distribuição S.A., como existe uma lei (Lei Distrital no 5.577/2015) que expressamente prevê destinação de recursos provenientes de outras operações de alienação de ações para fortalecer a CEB Distribuição S.A.

Ou seja, o que a Diretoria da CEB e seu controlador acionário, o Governo do Distrito Federal, buscam com a venda da CEB Distribuição S.A. é a total subversão da vontade expressa do legislador distrital, tornando-se, portanto, em ato absolutamente ilegal.

A "venda" está sendo perpetrada com manifesta ilegitimidade, por encontrar-se em flagrante desacordo com a Lei Distrital nº 5.577/2015 e da Lei Orgânica do Distrito Federal que trata da venda de entidades pertencentes a Administração Pública.

... a inclusão dos itens "1" e "2", contraria tanto a Lei Distrital no 5.577/2015 quanto a Lei Orgânica do Distrito Federal ao pretender por a venda uma empresa sem o cumprimento dos requisitos legais e, mais, em contrariedade expressa ao disposto em lei anteriormente aprovada pela Câmara Distrital. (eDOC 22CF5C29 - STIUDF)

23. O Sindicato também traz argumentos que merecem ser destacados:

Desse modo, a inclusão dos itens "1" e "2", contraria tanto a Lei Distrital no 5.577/2015 quanto a Lei Orgânica do Distrito Federal ao pretender pôr a venda uma empresa sem o cumprimento dos requisitos legais e, mais, em contrariedade expressa ao disposto em lei anteriormente aprovada pela Câmara Distrital.

Ademais, ao contrário do que faz parecer crer a CEB, não se aplica ao caso a decisão do STF nos autos da ADI 5624. Isso porque, no caso analisado pela Suprema Corte não havia lei específica distrital determinando a necessidade de autorização legislativa.

No presente caso deve prevalecer a lei específica, Lei Orgânica do Distrito Federal, pois o legislador do DF entendeu por bem fixar tais requisitos para a venda de estatais distritais, para além daqueles estabelecidos na Lei Geral das Estatais analisada pelo STF.

Com efeito, a Lei 13303/2016 não é específica quanto a necessidade de autorização legislativa, tendo o STF se utilizado da técnica de interpretação conforme para exarar decisão nos autos da ADI 5624.

Por outro lado, a Lei Orgânica do Distrito Federal é bastante clara e não deixou outra opção ao gestor das companhias distritais, que devem, obrigatoriamente, submeter a vontade de desestatização ao poder legislativo local, opção que privilegia a participação popular. Portanto, uma simples leitura da certidão de julgamento - frise-se que a decisão ainda não conta com acórdão publicado - é suficiente para a conclusão de que a mesma não se aplica as estatais distritais, que devem seguir legislação própria especial

24. Por sua vez, a CEB-Holding impugnou as alegações dos requerentes aduzindo que “existe uma leitura equivocada dos representantes” quanto ao suposto descumprimento da Lei 5.577/2015, haja vista tratar-se de lei apenas autorizativa, e não vinculante.

25. Assim, conclui a jurisdicionada aduzindo que: “a Lei não traz em seu bojo o caráter vinculante quanto ao seu cumprimento, pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

contrário, no "caput" do art. 1º a norma legal deixa clara a autorização da Companhia Energética de Brasília - CEB quanto a alienação.", o que seria suficiente para afastar as alegações dos requerentes.

26. Com a devida venia, entendo que assiste razão aos requerentes.

27. A análise do caráter autorizativo da Lei 5.577/2015, como quer a jurisdicionada, não pode se dar de forma estanque, sendo essencial buscar o sentido teleológico e sistemático da norma no ordenamento jurídico.

28. Vejamos o teor da aludida lei:

Art. 1º Fica a Companhia Energética de Brasília - CEB autorizada a alienar sua participação acionária nas empresas abaixo, observadas as regras previstas em seus atos constitutivos e nos acordos de acionistas:

I - Companhia Brasiliense de Gás;

II - CEB Lajeado S.A.;

III - Corumbá Concessões S.A.;

IV - Energética Corumbá III S.A.;

V - BSB Energética S.A. Parágrafo único. Fica a CEB Participações S.A. autorizada a alienar a sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEBCEMIG.

Art. 2º A receita oriunda das alienações de que trata esta Lei deve ser aplicada pela CEB Distribuição S.A., exclusivamente, em:

I - investimentos;

II - pagamento de tributos;

III - amortização de dívidas oriundas de empréstimos contraídos até a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo deve encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no prazo de 90 dias da publicação desta Lei, cronograma financeiro, para o período de 2016 a 2020, de aplicação de recursos de que trata o caput, considerando o atendimento ao critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira definido no aditivo contratual de prorrogação da concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

29. Veja que a referida lei autoriza a CEB alienar sua participação acionária apenas em relação às empresas elencadas no artigo 1º, excluindo-se daquele rol a CEB Distribuidora, sendo manifesta a vontade do legislador de resguardá-la, tanto que direciona a receita das alienações das demais empresas à Distribuidora para realizar investimentos, pagar tributos e amortizar dívidas.

30. A Lei 5.577/2015, mais do que autorizar a CEB a fazer algo, busca salvaguardar os interesses da Distribuidora, o que não poderia ser diferente, pois trata-se da maior e mais importante empresa subsidiária que integra a holding, seja por possuir enorme volume de negócios, seja por prestar serviços públicos essenciais à população



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

do Distrito Federal.

31. Portanto, a Lei 5.577/2015, apesar de autorizar a CEB a alienar sua participação acionária nas empresas indicadas no artigo 1º, busca efetivamente escudar a Distribuidora de ações que coloquem risco a sua própria existência, pois essa é vontade estampada na norma, merecendo acolhida a tese exordial de que a “lei não autoriza a alienação”³.

32. Ademais, a Lei 5.577/2015 deve ser analisada de forma contextualizada com a Lei Orgânica do Distrito Federal, que em seu artigo 19, incisos XVIII e XIX, assim dispõe:

Art. 19. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público, e também ao seguinte: (...)

XVIII – somente por lei específica pode ser:

a) criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

b) transformada, fundida, cindida, incorporada, privatizada ou extinta entidade de que trata a alínea a;

XIX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

33. Como se pode observar, a Lei Orgânica do Distrito Federal, precisamente no inciso XIX do artigo 19, é expressa quanto à necessidade de autorização legislativa no caso de criação de subsidiárias.

34. Nesse sentido, por força do princípio do paralelismo das formas, se é necessária a autorização legislativa para criação de subsidiárias de sociedade de economia mista, o mesmo caminho deve ser adotado em caso de extinção. É o que nos ensina o professor prof. Paulo Bonavides, ao sugerir que “um ato jurídico só se modificará mediante o emprego de formas idênticas àquelas para elaborá-lo⁴⁴”.

35. Portanto, no presente caso a alienação do controle acionário da CEB Distribuidora deve ser precedida de autorização legislativa, sob pena de desrespeito às Leis Orgânica, 5.577/2015 e ao princípio do paralelismo das formas.

36. De outro lado, quanto à alegação defensiva de que a ADI nº 5.624 teria afastado a necessidade de autorização legislativa para alienar o controle acionário da Distribuidora, com a máxima venia, entendo que não assiste razão à jurisdicionada, uma vez que tal precedente é inespecífico à hipótese dos autos.

37. Com efeito, a alienação do controle acionário da CEB Distribuidora, na forma como quer a jurisdicionada, apenas favorece a utilização de meios escusos de vendas de empresas públicas, pois bastará ao controlador ‘fatiar’ a empresa através da criação de subsidiárias e aliená-las sem nenhum controle mais rigoroso, em

⁴⁴ BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 18ª edição, Malheiros editores, são Paulo, 2006, p. 206



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

flagrante burla à legislação pátria, notadamente aos artigos 19, XVIII e XIX da Lei Orgânica do DF e 37, XIX e XX da Constituição Federal.

38. Ademais, a alienação do controle acionário da CEB Distribuidora, principal empresa da CEB Holding, poderá resultar na aniquilação da própria CEB (principal), pois esta não terá como cumprir integralmente o seu objeto social com a venda de empresas subsidiárias que atuam em áreas sensíveis à população do Distrito Federal. A ADI 5624 não pode ser aplicada ao presente caso, pois não aborda a questão sob o contexto aqui analisado, sem falar que a Lei Orgânica do Distrito Federal possui um espectro de controle mais amplo e rigoroso do que aquele abordado na ADI, ao exigir lei específica e autorização legislativa em caso de alienação de subsidiária.

39. O fato é que o Poder Executivo não possui competência exclusiva para dar fim às empresas públicas, às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, sendo condição para a alienação do controle acionário da CEB Distribuidora a autorização do Poder Legislativo e a produção de lei específica. Sobre o tema em questão, convém citar os ensinamentos do prof. Carlos Ari Sundfeld, mencionado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, na ADI 5624:

“(...) o Direito Constitucional Brasileiro impõe a concordância prévia do Legislativo para todas as alterações na estrutura da Administração que envolvam aquisição ou perda da personalidade governamental. Deveras, é necessária autorização legal tanto para o surgimento de uma nova organização governamental como para seu desaparecimento. (...) Nenhum espanto deve causar a assertiva segundo a qual a alienação do controle público sobre a empresa estatal produz o seu imediato desaparecimento. A afirmação é juridicamente exata: é que a medida suprime a personalidade governamental do ente, o qual deixa de ser uma ‘empresa estatal’, transformando-se em ‘empresa ordinária’. Por isso, a empresa estatal efetivamente desaparece, remanescendo uma simples empresa, despida de status governamental” (Sundfeld, Carlos Ari. Reforma do Estado e empresas estatais. A participação privada nas empresas estatais. In Sundfeld, Carlos Ari. Direito Administrativo econômico, São Paulo: Malheiros, 2006, p. 266 – ADI 5624)

40. De fato, a venda de ações do controle acionário de uma empresa subsidiária acarreta o seu desaparecimento, reforçando a necessidade de aplicação de controles rígidos, como é o caso da Lei Orgânica do DF, que impõe lei específica para venda de empresas públicas e sociedades de economia mista e autorização legislativa para venda de subsidiárias (paralelismo das formas). Pensar de forma diversa, como quer a jurisdicionada, apenas favorece o incremento de meios artificiosos na venda de empresas subsidiárias, o que não pode ser cancelado por este eg. Tribunal de Contas.

41. Cumpre destacar, ainda, as alegações dos requerentes de que “no presente caso deve prevalecer a lei específica, Lei Orgânica do Distrito Federal, pois o legislador do DF entendeu por bem fixar tais requisitos para a venda de estatais distritais, para além daqueles estabelecidos na Lei Geral das Estatais analisada pelo Supremo Tribunal Federal”.

42. De fato, a alienação da maior e principal subsidiária do grupo CEB vulnera a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Constituição



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Federal, que impõem regramentos rígidos para a extinção de empresa pública e sociedade de economia mista, tornando inaplicável a ADI 5624 no presente feito.

43. Logo, encontrando-se a jurisdicionada sujeita aos comandos mais amplos e rigorosos da Lei Orgânica, os efeitos da decisão proferida em Ação Declaratória de Inconstitucionalidade não vincula sua atuação, pois trata-se de precedente que não se amolda ao caso concreto, motivo pelo qual entendo que não merecem prosperar as alegações de irregularidade no processo de alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CEB DISTRIBUIDORA. POSSIBILIDADE DE REVERSÃO DO QUADRO DEFICITÁRIO. ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DESPROVIDA DE FUNDAMENTOS TÉCNICOS. CADUCIDADE.

44. Os requerentes são categóricos ao afirmarem que a alienação do controle acionário da CEB Distribuidora é açodada e desprovida de fundamentos técnicos, existindo “a possibilidade de outras medidas hábeis a recuperar a Distribuidora”.

45. A manifestação de inconformismo dos requerentes pode ser extraída das razões apresentadas pela STIUDF⁴⁵, senão vejamos:

(...)

46. Prosseguem os requerentes aduzindo que os demonstrativos financeiros intermediários referentes ao primeiro trimestre de 2019 da CEB apontam melhoras “em alguns resultados comparados ao mesmo período de 2018, decorrentes de acordos e renegociações de dívidas. E continuam em suas razões:

(...)

47. Note-se, portanto, que o cenário apresentado pelos requerentes é de prosperidade com a execução do Plano de Negócios 2017 a 2021, com possibilidade de reversão do quadro deficitário que se encontra atualmente a CEB Distribuidora.

48. A CEB, entretanto, pensa diferente. Aliás, temos aqui posições diametralmente opostas quanto aos Planos de Negócios, com realidades, visões e números distintos. O ponto em comum parece residir no fato de que a CEB Distribuidora atravessa uma crise econômicofinanceira.

49. Para dar o contraponto às alegações dos requerentes, importante trazer à baila os principais argumentos da CEB sobre as perspectivas de recuperação da Distribuidora, inclusive quanto ao prazo estabelecido pelo Poder Concedente (União/Aneel) para cumprimento das medidas corretivas.

50. Nesse sentido, peço venia para transcrever trechos da manifestação da CEB Holding:

(...)

51. Como se observa das razões ora apresentadas, a CEB pautou-se em balanços patrimoniais e demonstrativos financeiros para comprovar a crise financeira que atravessa a Distribuidora,

⁴⁵ eDOC 22CF5C29



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

ressaltando ainda a remota chance de cumprimento das metas anuais impostas pelo Poder Concedente, o que poderá levar à extinção contratual.

52. Com efeito, não é novidade que a CEB Distribuidora enfrenta problemas econômico-financeiros, aliás, sobre esse ponto não há divergência no presente feito.

53. O ponto que merece destaque, apesar dos resultados financeiros negativos, é a melhora nos dois primeiros trimestres do corrente ano, o que, à toda evidência, contraria as alegações da CEB Holding. E essa melhora foi corroborada com as informações prestadas pela área técnica, senão vejamos:

66. Do exame das Demonstrações Financeiras Intermediárias, do 1º e 2º trimestres de 2019, observa-se, sim, conforme levantado pelos Representantes, uma leve melhora, com a reversão no prejuízo no 2º trimestre, registrando um lucro líquido de 3.644 milhões, o que resulta numa margem líquida de 0,57% (peça 27).

54. É bem verdade que a corpo técnico considerou tratar-se de “dado muito tênue para se demonstrar uma recuperação que permita uma mudança de rumo na situação da Empresa”, mas o fato é que tal melhora acaba por corroborar as alegações dos requerentes no sentido de que existem outras medidas capazes de recuperar a Distribuidora, sendo descabida a privatização de um dos maiores patrimônios da sociedade do Distrito Federal que é a CEB Distribuidora.

55. Outro ponto a ser considerado é que o Plano de Negócios 2017/2021, segundo os requerentes, vinha logrando êxito, bem como tinha potencial para sanar as dívidas da subsidiária. Vejamos o que disseram os requerentes:

(...)

56. Com efeito, apesar da difícil situação financeira da CEB Distribuidora, os esforços para cumprir as ações previstas no Plano de Negócios de 2017/2021 resultaram numa sensível melhora econômico-financeira da Distribuidora, com recuperação nos dois primeiros trimestres de 2019.

57. A alteração para o Plano de Negócios 2019/2023, na forma como implementada pela CEB, de fato carece de maiores estudos e debates com a sociedade brasileira. Ora, a extinção de uma empresa pública que presta serviços de relevante função social, como é o caso da CEB Distribuidora, deve ser precedida de profundos estudos sobre os impactos da privatização na população do Distrito Federal, que deve inclusive ser chamada ao debate, afinal é a principal acionista da Distribuidora e maior interessada no seu destino. Isso sem falar na imprescindível discussão do tema no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme exige a Lei Orgânica, no artigo 19, XVIII e XIX.

58. A jurisdicionada expôs a situação financeira da Distribuidora, mas não foi capaz de trazer aos autos outros elementos igualmente relevantes para definir os rumos da subsidiária, como, por exemplo, a existência de um rigoroso estudo sobre os reflexos de uma eventual privatização da CEB Distribuidora no dia a dia do consumidor final. A delegação de serviço público a terceiros deve garantir à população a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

continuidade do atendimento satisfatório aos usuários do sistema de distribuição de energia elétrica do DF, no entanto, a CEB não apresenta estudos ou propostas nesse sentido, o demonstra o açodamento na alienação da subsidiária.

59. Vale lembrar que eventual privatização concederá à empresa vencedora a gestão de um mercado sem concorrência, o que certamente puxará o desempenho da iniciativa privada para baixo. A questão é saber como se dará o controle estatal para que os serviços públicos sejam prestados com eficiência e sem significativa variação dos padrões técnicos exigidos, aspecto também ignorado pela CEB.

60. Surpreende que em meio ao debate sobre a extinção da CEB Distribuidora não tenha sido tratado aspectos relacionados aos padrões mínimos de segurança a serem observados pelo eventual concessionário, de modo a garantir a integridade da população em geral. Não se sabe qual será (ou se terá) o investimento financeiro na Distribuidora, a fim de torná-la mais moderna e pronta para atender aos interesses do consumidor final. Nem mesmo há projeção de melhoria e expansão dos serviços em caso de privatização, o que é inaceitável, data venia.

61. Outro ponto preocupante é o preço da tarifa a ser praticada pelo prestador de serviços, que deve pautar-se em padrões de razoabilidade, de modo a evitar lucros extraordinários em prejuízo dos usuários. Contudo, mais uma vez, não há informações por parte da jurisdicionada nesse sentido.

62. Todas essas questões são essenciais para o desiderato de uma eventual privatização, sobretudo quando se traça o destino de uma empresa que atualmente presta serviço público de altíssima relevância social. A extinção da Distribuidora deve ser vista com enorme cautela por este eg. Tribunal de Contas, inclusive pelos reflexos negativos advindos de uma privatização cuja empresa privada terá em suas mãos o monopólio da distribuição de energia no Distrito Federal, o que é deveras preocupante se considerarmos que o seu 'interesse primário' é o lucro.

63. Vale lembrar, por necessário, o que ocorreu no Estado de Goiás, em que a privatização da Distribuidora de energia apresentou piora na prestação dos serviços e ainda elevou o valor da tarifa, deixando o consumidor final desamparado.

64. Embora a percuente área técnica tenha feito um relato do histórico de processos de auditoria que tramitam neste Tribunal de Contas, que revelam a dificuldade financeira da CEB Distribuição, com devido respeito, reitero que nada há de novo nessas informações, pois é fato público e notório que a subsidiária enfrenta crise financeira.

65. O que há de novidade, repita-se, é a recuperação das contas nos dois primeiros trimestres, rechaçando as alegações da jurisdicionada quanto à impossibilidade de reversão da situação econômica da Distribuidora.

66. Com todas as vênias, a falta de estudos e debates mais amplos sobre o terreno arenoso da privatização corroboram as alegações dos requerentes de que a alienação do controle acionário da CEB Distribuidora é desprovida de fundamentos técnicos sólidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

67. *Por derradeiro, quanto ao prazo imposto pelo Poder Concedente, conforme alegado pela CEB, importante destacar os argumentos dos requerentes no sentido de que eventual perda da concessão pela caducidade deve ser analisada sob a ótica do 4º Termo Aditivo, firmado pela distribuidora com a ANEEL, que assim dispõe:*

".. O Processo Administrativo a que se refere a Subcláusula Sétima desta Cláusula (possibilidade de aplicação da caducidade da concessão) não será instaurado até que tenha sido dada plena ciência à DISTRIBUIDORA das infrações incorridas, bem assim estabelecido Prazo compatível com o Cumprimento das Correções eventualmente determinadas se couberem, nos termos do Processo de Fiscalização do ANEEL."

68. *De fato, o risco de caducidade não é imediato, na forma do 4º Termo Aditivo e também do artigo 38, § 2º da Lei nº 8.987/1995, uma vez que será assegurado o direito de ampla defesa antes de iniciar eventual processo de extinção contratual, fazendo-se necessário, conforme salientado pela própria CEB, "a conjunção de esforços na viabilidade de todas as medidas acima mencionadas e constantes do Plano de Adequação ao PN 2019 a 2023, sobretudo no aporte de recurso da ordem de R\$ 426 milhões, para que não ocorra a quebra de covenants pelo segundo ano consecutivo..."6 .*

69. *A recuperação da CEB Distribuidora transcende a análise monocular da privatização, havendo outros meios hábeis a sanar os problemas da Distribuidora, conforme demonstrado pelos requerentes. Além do que não é crível pensar em recuperação financeira de uma empresa pública prestadora de serviços essenciais sem um bom atendimento ao consumidor final, que, em última análise, é agente ativo na resolução da crise financeira. Tal fato, contudo, infelizmente parece não ser considerado no processo de recuperação da Distribuidora.*

70. *A sinalização de uma possível desestatização, in casu, peca pela falta de subsídios técnicos que demonstrem os impactos que essa medida poderá causar à população do Distrito Federal, contrariando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, impondo-se, pois, o acolhimento das alegações exordiais.*

71. *Diante do exposto, o Órgão Ministerial **diverge** das sugestões do Corpo Técnico, pugnando ao eg. Tribunal que julgue procedentes as representações dos empregados da CEB e do STIUDF, tendo em vista as apontadas irregularidades apontadas nas representações."* (grifos do original).

Nos termos do Despacho Singular n.º 581/2019-GCIM (e-DOC 5B0FF2B4), foram deferidos os pedidos para realização de sustentação oral aos representantes legais da CEB e do STIU/DF, sendo fixada a data de 22.10.2019 para o exercício das manifestações orais, nos termos do § 1º do art. 136 do Regimento Interno desta Casa.

Os interessados foram devidamente notificados, nos termos do art. 136, § 2º, do RITCDF, conforme consta dos Ofícios n.ºs 6.823/2019-GP e 6.824/2019-GP (e-DOC AD33DD74-e e 7EB51045-e, respectivamente).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Na Sessão Reservada n.º 1.289, de 22.10.2019, após a realização das sustentações orais, foi exarada a **Decisão Reservada n.º 197/2019** (e-DOC AF316655-e), cuja ementa e o inteiro teor seguem reproduzidos abaixo:

“EMENTA: Representação, com pedido de medida cautelar, formulada por empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB e da CEB Distribuição S.A., sobre possíveis irregularidades ocorridas na convocação de Assembleia de Acionistas da empresa, que tem por objeto deliberar sobre alteração do Plano de Negócios 2019/2023 e a captação de recursos associados com a alienação de participação acionária da CEB Distribuição S.A.

Inicialmente, a Dra. CLARA LIS COELHO DE ANDRADE, OAB/RJ 185.778, representante legal do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente do Distrito Federal - STIU/DF, dirigindo-se à Presidente da sessão, suscitou questão de ordem consubstanciada na possibilidade de retirada da chancela de sigilo atribuída aos autos, sob o argumento de tratar-se de matéria de conhecimento público, e ainda da inexistência, nos autos, de documentos que justifiquem a manutenção do sigilo.- O Tribunal, por unanimidade, acolheu o pleito e retirou a chancela de sigilo anteriormente imposta ao processo.

Posteriormente, o Dr. MURILO BOUZADA DE BARROS, OAB/DF 11.467, Consultor Jurídico da Companhia Energética de Brasília, comunicou ao Relator, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, que, devido à complexidade da matéria, foram juntados, pela defesa, documentos de caráter sigiloso, especialmente no que se refere à alienação de controle acionário, e arguiu a necessidade de reavaliar a decisão.- O Relator posicionou-se no sentido de que a alegação do defendente não se justifica, porque, na presente fase processual, não se discute qualquer proposta que possa ser defasada, para assim fundamentar nova atribuição de caráter sigiloso aos autos.

O representante do Ministério Público junto à Corte, Procurador-Geral em exercício, com esteio no art. 136, § 4º, primeira parte, do RI/TCDF, reiterou os termos do Parecer nº 592/2019-G1P, constante dos autos.

Sustentações orais de defesa realizadas, nesta assentada, pelo Dr. JORGE LUIZ LEITÃO DA SILVA, OAB/DF 27.349, autor da representação; pela Dra. CLARA LIS COELHO DE ANDRADE, OAB/RJ 185.778, representante legal do STIU/DF, e pelo Dr. MURILO BOUZADA DE BARROS, OAB/DF 11.467, Consultor Jurídico da Companhia Energética de Brasília.

DECISÃO Nº 197/2019

O Tribunal, por unanimidade, aprovou solicitação do Relator, no sentido de que fosse adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao seu gabinete, à vista dos argumentos apresentados pelos defendentes, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para juntada de memoriais”.

No dia 31.10.2019, o Plenário prolatou a **Decisão n.º 3.822/2019** (e-DOC A6B8E747-e), *in verbis*:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – indeferir a questão de ordem suscitada pelo patrono da Companhia Energética de Brasília – CEB durante a sustentação oral realizada na Sessão Reservada n.º 1.289, de 22.10.2019, acerca da aventada necessidade de se intimar o Distrito Federal a se manifestar no feito; II – dar ciência desta decisão aos signatários da exordial, ao STIU/DF e à CEB, por intermédio dos seus representantes legais; III – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Exmo. Governador do Distrito Federal, por intermédio da Casa Civil do Distrito Federal – Caci/DF; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins”.

O Stiu/DF, a CEB-Holding e os representantes acostaram ao feito os memoriais de e-DOC 438C8E87-c, CF9EBD5A-c e 67ED344F-c, respectivamente.

No dia 20.11.2019 o Stiu/DF protocolou o documento de e-DOC EA0448FE-c, contendo *“Alguns fatos novos a respeito dos indicadores de qualidade e econômicos-financeiros da CEB Distribuição”*, que seriam *“essenciais ao esclarecimento da demanda tratada nestes autos”*.

Em 26.11.2019, o mesmo sindicato, por intermédio do documento de e-DOC F1ECAAE2-c, requereu a concessão de medida cautelares, para que a Corte determine a suspensão do Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1, celebrado entre a CEB-Holding, o Distrito Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e determine que a CEB-Holding solicite a suspensão do Pregão Eletrônico n.º 42/2019-BNDES, lançado pelo BNDES, até que *“o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada nestes autos”*.

A 2ª Digem/TCDF examinou os termos do novel documento juntado pelo Stiu/DF mediante a Informação n.º 66/2019-2ª Digem (e-DOC 14358FB4-e), tendo sugerido ao Plenário:

“I. não conhecer da representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF (peça 67), tendo em vista o não atendimento do requisito previsto no art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF;

II. autorizar:

a) a ciência da Decisão que vier a ser prolatada ao representante do STIU/DF;

b) o retorno dos autos à SEGEM para as providências de estilo”.

O titular da Segem/TCDF, por intermédio de cota aditiva de e-DOC 983959AA-e, propôs *“solução alternativa”* no sentido de *“sobrestar a apreciação da Representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente do Distrito Federal - STIU/DF (peça 67) até que o Tribunal decida quanto ao mérito da Representação (peça 03) conhecida por meio da Despacho Singular nº 338/2019 - GCIM, referendado pela Decisão nº 2223/2019”*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Na Sessão Ordinária n.º 5.183, de 05.12.2019, submeti o processo ao descortino do Colegiado para deliberação acerca do novel documento carreado ao feito pelo Stiu/DF e para exame de mérito da exordial.

Na ocasião, apresentei o voto de e-DOC 3E1D91F5-e, tendo o e. Conselheiro Paulo Tadeu pedido vista dos autos, adiando o julgamento da matéria, nos termos da Decisão n.º 4.241/2019 (e-DOC A459FA87-e).

Em 05.12.2019, às 16h, deu entrada em meu Gabinete o documento de e-DOC 461E70D1-c, protocolado pelo Distrito Federal, por intermédio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, requerendo o *“seu ingresso no presente feito, na qualidade de controlador majoritário da CEB e indireto da CEB Distribuição S/A”*.

O ente estatal requereu, também, *“a intimação de todos os atos do processo, inclusive para realização de sustentação oral ao tempo do julgamento pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal”*.

Apesar de o aludido expediente, subscrito pela Procuradora-Geral do Distrito Federal, ter ingressado em meu Gabinete somente depois de iniciada a Sessão Ordinária n.º 5.183, inviabilizando, assim, a apreciação prévia do documento por este Relator, fato é que o referido requerimento foi protocolado no Tribunal às 13h21 do dia 05.12.2019, anteriormente, portanto, à realização da sessão plenária.

Nessas circunstâncias, tive por necessário chamar o feito a ordem, de modo a dar adequada jurisdição ao pleito formulado pelo Distrito Federal, considerando que a possibilidade de ingresso no processo como interessado privilegia a efetivação dos postulados constitucionais do contraditório e da ampla defesa, pois evita que o Estado-juiz decida sem franquear previamente amplas e reais possibilidades de participação àqueles que sentirão, de alguma forma, os efeitos de sua decisão.

Ainda, no dia 09.12.2019, a CEB-Holding, mediante expediente subscrito pelo seu consultor jurídico (e-DOC CF44DDD4-c), Dr. Murilo Bouzada de Barros, demandou cópia do inteiro teor das peças de e-DOC EA0448FE-c e F1ECAAE2-c, e da Informação n.º 66/2019-2ª Digem, *“para que a jurisdicionada possa manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, em atenção aos princípios da ampla defesa e contraditório e, igualmente, ao princípio da “não-surpresa” ao dedicar à parte a manifestação de documentos que não teve acesso antes o julgamento de mérito”*.

Diante disso, submeti os autos a julgamento na Sessão Ordinária n.º 5.184, de 10.12.2019, oportunidade em que o Tribunal, acolhendo a proposta deste Relator, prolatou a **Decisão n.º 4.274/2019** (e-DOC 2BE10108-e), *in verbis*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do documento de e-DOC 461E70D1-c, protocolado nesta Corte às 13h21 do dia 05.12.2019, por meio do qual o Distrito Federal, por intermédio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, requereu o seu ingresso no feito, na qualidade de controlador majoritário da CEB-Holding e indireto da CEB Distribuição S.A., e a oportunidade de realizar sustentação oral quando do julgamento do processo; b) do expediente de e-DOC CF44DDD4-c, apresentado em 09.12.2019 pela Companhia Energética de Brasília – CEB, por intermédio do seu consultor

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

jurídico, requerendo cópia do inteiro teor das peças de e-DOCs EA0448FE-c e F1ECAAE2- c, bem como da Informação n.º 66/2019-2ª Digem (e-DOC 14358FB4-e), para que a jurisdicionada possa se pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias; II – com fulcro no art. 119, caput e § 4º, do RI/TCDF, deferir o pedido de habilitação do Distrito Federal no processo como interessado, autorizando o fornecimento de cópia integral dos autos à PGDF, e concedendo prazo de 15 (quinze) dias para que o ente estatal tenha a oportunidade de se manifestar sobre a matéria tratada nos autos em exame, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; III – informar à PGDF que o Órgão Central do Sistema Jurídico do Distrito Federal será oportunamente notificado da data a ser fixada para a realização de sustentação oral, na forma do art. 136, § 2º, do Regimento Interno desta Corte; IV – em decorrência do disposto nos itens I.a, II e III supra: a) tornar sem efeito a Decisão n.º 4.241/2019; b) determinar à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI/TCDF que exclua a peça de e-DOC 3E1D91F5-e do sistema e-TCDF; V – com esteio nos arts. 129 e 131 do RI/TCDF, e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, deferir o pedido a que alude o item I.b, autorizando o fornecimento de cópia das peças processuais requeridas pela CEB, fixando prazo de 5 (cinco) dias para que a Companhia possa se manifestar sobre o teor dos documentos de e-DOCs EA0448FE-c e F1ECAAE2-c; VI – dar ciência desta decisão à PGDF, bem como aos signatários da exordial, ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal - STIU/DF e à CEB-Holding, por intermédio dos seus representantes legais; VII – autorizar o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências de sua alçada” (grifos acrescentados).

Posteriormente, a CEB, mediante o documento de e-DOC F87B7E5B-c, requereu a prorrogação de prazo por 5 (cinco) dias, para atender ao disposto no item V do *decisum* supratranscrito.

Em 21.01.2020, a Companhia se manifestou por meio do expediente de e-DOC B14DEFE2-c

A PGDF, apesar de ter recebido cópia das peças processuais (recibo de e-DOC 90E2C580-e), não se pronunciou nos autos.

No dia 30.01.2020, o Stiu/DF protocolou na Corte nova representação (e-DOC 5635497B-c), com novo pedido de medida cautelar.

A área instrutiva, por intermédio da Informação n.º 10/2020-2ª Digem (e-DOC 6CA3729A-e), manifestou-se sobre o teor e quanto à admissibilidade da novel representação.

O MPJTCDF opinou mediante o Parecer n.º 88/2020 (e-DOC EDA85A47-e).

No dia 06.02.2020, a CEB ingressou com o documento de e-DOC 9CE84CDB-c, requerendo, em suma, “antes mesmo de qualquer decisão” do TCDF, “vista da nova ‘representação’ do Sindicato (5635497B-c) e o prazo de 05 (cinco) dias para a CEB manifestar a respeito do referido documento”.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Em 02.03.2020, após o presente feito ter constado do Extrato de Pauta n.º 12/2020, publicado no DODF do dia 28.02.2020, a Companhia protocolou nesta Corte o documento de e-DOC 45B72A36-c, requerendo a juntada do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADI 5624/DF.

Na Sessão Reservada n.º 1.315, de 10.03.2020, o Plenário exarou a **Decisão Reservada n.º 64/2020** (e-DOC 91BF5D8D-e), com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 66/2019-2ª Digem (e-DOC 14358FB4-e); b) da cota aditiva do titular da Segem/TCDF (e-DOC 983959AAe); c) da Informação n.º 10/2020-2ª Digem (e-DOC 6CA3729A-e); d) do Parecer n.º 88/2020 (e-DOC EDA85A47-e); e) como adendos à exordial, dos documentos de: i) e-DOC F1ECAAE2-c, manejado pelo Stiu/DF em 26.11.2019; ii) e-DOC 5635497B-c, apresentado pelo referido sindicato em 30.01.2020; f) do expediente de e-DOC 9CE84CDB-c, apresentado em 06.02.2020 pela Companhia Energética de Brasília – CEB, por intermédio do seu consultor jurídico, requerendo cópia da peça de e-DOC 5635497Bc, bem como prazo de 5 (cinco) dias para que a Companhia possa se manifestar a respeito do referido documento; II – denegar os pedidos de medida cautelar constantes do documento de e-DOC F1ECAAE2-c, por não restar configurada a presença, de forma simultânea, dos requisitos necessários para a sua prolação; III – no que pertine ao expediente a que alude o item I.ii, com fulcro no art. 277, § 3º, do RI/TCDF, determinar à CEB-Holding que, no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhe, ao Gabinete do Relator, cópia, em meio digital, dos documentos instrutórios que subsidiaram a celebração do Contrato de Estruturação de Projeto n.º 19.2.0511.1, e que foram objeto de pedido de cópia pelo Stiu/DF, para análise e deliberação acerca da incidência ou não, naquela documentação, do regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital n.º 34.276/2013; IV – com espeque no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, determinar à CEB-Holding que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre o teor da peça de e-DOC 5635497B-c, tendo em vista que já o fez em relação ao documento de e-DOC F1ECAAE2-c (por intermédio do documento de e-DOC B14DEFEE2-c); V – em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conceder prazo de 10 (dez) dias ao Distrito Federal para que, por intermédio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, tenha a oportunidade de se manifestar acerca dos fatos narrados nos expedientes de e-DOC F1ECAAE2-c e 5635497Bc; VI – com fulcro no art. 9º, § 3, da Resolução n.º 207/2010- TCDF, não confirmar a classificação dos autos como sigiloso, atribuída provisoriamente pela unidade instrutiva, ante a ausência de elementos que justifiquem, in casu, a excepcionalidade do princípio constitucional da transparência; VII – determinar à Cogedoc/TCDF que dê tratamento restrito aos documentos que vierem a ser protocolados nesta Corte em atenção ao item III; VIII – dar ciência desta decisão à PGDF, bem como aos signatários da exordial, ao STIU/DF e à CEB-Holding, por intermédio dos seus representantes legais; IX – autorizar: a) o envio de cópia do documento de e-DOC 5635497B-c à CEB-Holding e à PGDF, para subsidiar o cumprimento dos itens III e IV; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências de sua alçada”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Em 16.03.2020, A Companhia Energética de Brasília – CEB opôs embargos de declaração (e-DOC 7D314125-c), em face do aludido *decisum*.

Posteriormente, por meio do Ofício n.º 29/2020-G1P (e-DOC 5EFFB5A7-e), o MPJTCDF encaminhou a este Relator o documento de e-DOC 34751BED-c, remetido ao órgão ministerial pelo Stiu/DF.

No dia 18.05.2020, o mencionado sindicato protocolou na Corte o expediente de e-DOC 5B23D4E0-c, contendo pedidos de medidas cautelares.

Em 20.05.2020, o Tribunal proferiu a **Decisão n.º 1.655/2020** (e-DOC F9295C72-e), a seguir reproduzida:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos embargos de declaração opostos pela Companhia Energética de Brasília – CEB (e-DOC 7D314125-c), em face da Decisão Reservada n.º 64/2020, negando-lhes provimento, ante a ausência de obscuridade, omissão ou contradição na deliberação plenária recorrida; b) do documento de e-DOC 5B23D4E0-c, protocolado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – Stiu/DF, como adendo à representação de e-DOC 5FBD0ED3-c, na parte que trata do Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1 e do desenvolvimento dos contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES após o Pregão Eletrônico n.º 42/2019- BNDES; II – ter por prejudicado o pedido de medida cautelar constante do documento a que alude o item I.b, para suspensão de “eventual análise e execução da modelagem de desestatização da CEB Distribuição”, tendo em vista que a Corte já apreciou, na essência, a demanda, de forma ampla, nos termos do item II da Decisão Reservada n.º 64/2020, prevalecendo, in casu, os mesmos fundamentos adotados naquela deliberação plenária; III – fixar novo prazo de 5 (cinco) dias para que a CEB-Holding dê fiel cumprimento ao item III da Decisão Reservada n.º 64/2020; IV – em decorrência do item III, alertar a Cogedoc/TCDF quanto ao disposto no item VII da Decisão Reservada n.º 64/2020; V – determinar o desentranhamento do documento de e-DOC 34751BED-c dos autos em exame, com a autuação de processo específico pela Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade para análise do preenchimento dos requisitos de admissibilidade, posto a matéria ali reportada não haver sido encampada pelo órgão ministerial no Ofício n.º 029/2020-GP1P, bem como a juntada de cópia do e-DOC 5B23D4E0-c no feito a ser autuado, para a devida análise; VI – dar ciência desta decisão ao Stiu/DF e à CEBHolding, por intermédio dos seus representantes legais, bem como ao Distrito Federal, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF; VII – autorizar o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências devidas”

No dia 21.07.2020, o Stiu/DF apresentou aditamento à representação por ele formulada (e-DOC 21582647-c).

Em harmonia com as proposições oferecidas pela Segem/TCDF no bojo da Informação n.º 50/2020-2ª Digem (e-DOC C1640E6F-e), com fundamento no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

artigo 40 da Lei Complementar n.º 01/1994 e no art. 123 c/c o art. 230, § 9º, e art. 248, inciso V, todos do Regimento Interno desta Corte, decidi mediante o **Despacho Singular n.º 477/2020-GCIM** (e-DOC 1E863316-e) por:

“I. conhecer

a) do documento apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – Stiu/DF (peça 153; e-DOC 21582647-c) como adendo à Representação inicial;

b) da Informação n.º 50/2020-DIGEM2 (e-DOC C1640E6F-e);

c) do peticionamento de cópia da peça 153 formulado pelo representante legal da CEB-H (e-DOC B99A1FAF-c);

II. determinar à Companhia Energética de Brasília – CEB-Holding, com esteio no art. 230, § 7º c/c o art. 248, inc. V, do RI/TCDF, que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe circunstanciados esclarecimentos sobre o teor do aditamento à exordial em tela;

III. autorizar:

a) a ciência desta deliberação monocrática aos Representantes e ao STIU/DF, nas pessoas dos advogados constituídos, bem como à CEB Holding e à PGDF;

b) a disponibilização de cópia da Informação n.º 50/2020-DIGEM2 e do adendo a exordial de peça 153 à Companhia Energética de Brasília – CEB Holding, para subsidiar o atendimento ao item II, bem como ao Distrito Federal, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, caso tenha interesse;

c) o retorno dos autos à Segem/TCDF para adoção das providências pertinentes”.

Posteriormente, em 14.08.2020, foram juntados a estes autos dois documentos constando manifestação da CEB (e-DOC F2B6C9DE-c e e-DOC FF429E48-c).

Na mesma data, antes que fosse possível a análise de mérito do feito, juntou-se aos autos mais um requerimento do Stiu/DF, contendo novo pedido de medida cautelar.

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 69/2020-2ª Digem (e-DOC F077C34B-e), discorreu sobre o teor e quanto à admissibilidade da novel peça protocolada pelo Stiu/DF.

Na Sessão Ordinária n.º 5.222, de 19.08.2020, esta Corte de Contas prolatou a **Decisão n.º 3.396/2020** (e-DOC 09BB25A9-e), *in verbis*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do documento de e-DOC BD145CC1-c, protocolado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – Stiu/DF, como adendo à representação de e-DOC 5FBD0ED3-c; b) do pedido

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

de cópia de peças processuais formulado pela Companhia Energética de Brasília – CEB (e-DOC 64F97BA4- c); c) do documento de e-DOC 3BCA8D03-c, apresentado pela CEB; II – ter por prejudicados os pedidos constantes da primeira parte do item “i” e do item “iii” do e-DOC BD145CC1-c; III – denegar os pedidos de medida cautelar insertos na segunda parte do item “i” e no item “ii” do e-DOC BD145CC1-c, ante o não atendimento, de forma simultânea, dos requisitos necessários à sua prolação; IV – com esteio no art. 230, § § 7º e 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, determinar à CEB-Holding que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste esclarecimentos quanto ao teor do documento a que alude o item I.a, facultando à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, na condição de representante do acionista majoritário Distrito Federal, pronunciar-se no mesmo prazo; V – deferir o pedido a que alude o item I.b, com espeque no art. 131 do RI/TCDF; VI – denegar o pedido constante do expediente referenciado no item I.c, ante a ausência de previsão no RI/TCDF e na Lei Orgânica deste Tribunal; VII – dar ciência desta decisão ao Stiu/DF e à CEB Holding, por intermédio dos seus representantes legais, bem como ao Distrito Federal, por meio da PGDF; VIII – autorizar: a) o envio de cópia do e-DOC BD145CC1-c à CEB-Holding e à PGDF, para subsidiar o cumprimento do item IV; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para que, transcorrido o prazo fixado no item IV, promova exame de mérito da representação objeto dos autos em exame e de todos os seus adendos, em caráter urgente e prioritário.”

Em atenção à deliberação supratranscrita, a CEB protocolou no Tribunal, em 28.08.2020, o documento de e-DOC 9C7675CF-c, juntamente com os anexos de e-DOC 2B6BB4CB-c e 23EC45B3-c.

O Stiu/DF, em 24.09.2020, ingressou com o documento de e-DOC F0C6A3B0-c, requerendo: “i. Seja certificado o decurso de prazo para manifestação da PGDF em relação ao documento e-DOC BD145CC1-c; ii. A imediata remessa do processo ao SEGEM, para que este proceda à nova instrução processual em razão (i) do Parecer Independente do Prof. Dr. Gilberto Bercovicci que se junta ao processo; (ii) da íntegra do acórdão do Supremo Tribunal Federal no referendo da medida cautelar da ADI 5.624/DF; e (iii) das argumentações que se apresentaram naquela petição, quais sejam a) usurpação de competência da Câmara Legislativa Distrital à luz da Lei Orgânica do Distrito Federal; b) desvio de finalidade em relação ao o Acórdão do STF na medida cautelar da ADI 5.624/DF – com a urgência e prioridade já reconhecidas por todos os Conselheiros desta Corte de Contas; iii. Ato contínuo, que seja o processo em questão incluído em pauta, com a mesma urgência e prioridade acima mencionadas, para julgamento de seu mérito em caráter definitivo”.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A Segem/TCDF, em atendimento ao item VIII.b da Decisão n.º 3.396/2020, por meio da Informação n.º 77/2020-DIGEM2 (e-DOC 45794F71-e), manifestou-se conforme a seguir reproduzido, no que pertine, com ajustes de forma:

“(…)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

37. *Transcrita a análise das peças iniciais das Representações, passa-se ao exame das documentações complementares que foram juntadas posteriormente ao processo.*

38. *Especificamente acerca do que foi analisado e proposto na Informação nº 41/2019 – DIGEM2, cabe lembrar que foi sugerido à Corte determinar à CEB que se abstivesse de tomar qualquer medida que viesse a ultimar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição até que fosse publicado o acórdão referente à decisão do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoadada em conjunto as ADI 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029.*

39. *Ocorre que, em 02/03/2020, a CEB juntou aos presentes autos a publicação do referido documento⁴⁶. Em consulta ao sítio do STF, confirmou-se que a publicação se deu em 29/11/2019, às folhas 16/18 do DJ⁴⁷. Desse modo, torna-se prejudicada a sugestão feita, à época, pelo Corpo Técnico.*

II. DOCUMENTO DO STIU-DF CONTENDO INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES – PEÇA 61, e-DOC EA0448FE-c.

40. *Em 20/11/2019, o STIU-DF juntou aos autos documentos contendo novas informações, que, segundo alegado, seriam essenciais para o esclarecimento da demanda tratada neste processo⁴⁸:*

O primeiro diz respeito a decisão no bojo do processo de avaliação e execução do plano de melhorias da CEB Distribuição acerca da qualidade dos serviços prestados a comunidade relativamente aos exercícios de 2018-2019.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 702/2019-SFE/ANEEL (doc. 1), através de seus especialistas em regulação recomendou:

*"Recomenda-se o **arquivamento do processo** de acompanhamento do Plano de Melhorias e Providências da CEB-DIS **por considerar satisfatório os resultados alcançados.**"*

Corroborando para a demonstração da plena recuperação da empresa, os dados recentemente publicados nas Demonstrações Financeiras intermediárias do 3º trimestre (doc. 2) da empresa são claríssimos.

Os dados consolidados dão conta de que a CEB Distribuição, responsável por 97% do faturamento do grupo, volta a lucrar e fatura R\$ 39,7 mi neste exercício. Tais dados estão sendo amplamente divulgados na mídia (doc. 3).

Portanto, os novos documentos comprovam o cumprimento do contrato de concessão tanto no que diz respeito a qualidade dos serviços prestados a comunidade quanto no que diz respeito a saúde financeira da empresa.

Importante ressaltar que a população do DF corre sérios riscos quanto a qualidade dos serviços prestados pela distribuidora de energia caso esta venha a ser privatizada. Isso porque, a empresa ENEL, controladora da antiga Celg D que foi privatizada recentemente, é a cotada para assumir a direção da CEB - diante da proximidade com os ativos de distribuição que o grupo controla no Goiás - tendo inclusive já realizado reuniões com o Governador do DF e com o presidente da CEB a respeito do assunto (doc. 4).

⁴⁶ Peça 114, e-DOC 45B72A36-c.

⁴⁷ https://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE_20191128_261.pdf

⁴⁸ Peça 61, e-DOC EA0448FE-c (fls. 01/02).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

A Enel acaba de ser multada em R\$ 62 mi por falhas no atendimento comercial à população do Goiás (doc. 5), além do que, foi aberta uma CPI na Assembleia Legislativa do Goiás para investigar a precariedade do serviço prestado pela empresa estrangeira e o aumento de tarifas ocorrido após a privatização da Celg D (doc. 6).

O STIU-DF considera tais fatos novos importantes para o deslinde da controvérsia posta nestes autos, colocando uma pá de cal sobre os argumentos da CEB Holding no sentido de que a CEB Distribuição é empresa deficitária, que está quebrando cláusulas do contrato de concessão e por isso necessita ser vendida.

Está mais que demonstrado, através de dados e documentos oficiais - da ANEEL e da própria empresa - que a CEB Distribuição é empresa em plena recuperação, com resultados excelentes se comparado as empresas do setor.

Diante do exposto, requer a juntada dos documentos anexos e o provimento integral dos pedidos formulados na denúncia e reiterados pelo sindicato ora requerente.

41. Conforme apontado no texto transcrito no parágrafo retro, o STIU-DF anexou ao Ofício alguns documentos para corroborar suas afirmações. Assim, far-se-á a análise do Corpo Técnico separando por assunto de cada DOC.

II.a – Acerca do arquivamento, pela ANEEL, do Plano de Melhorias e Providências da CEB-DIS, por considerar satisfatório os resultados alcançados (DOC 01⁴⁹).

42. O STIU-DF trouxe aos autos cópia do Ofício nº 702/2019-SFE/ANEEL, tendo como anexo a Nota Técnica nº 150/2019—SFE/ANEEL, que em síntese, informam à CEB o arquivamento, pela ANEEL, do processo de avaliação da execução e cumprimento do Plano de Melhorias e Providências apresentado pela CEB Distribuição, para restabelecer a qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, no que tange aos indicadores de continuidade, no período de 2018/2019.

II.a-1 – Manifestação da CEB sobre o item.

43. Ao pronunciar-se sobre a questão, a CEB o fez nos seguintes termos⁵⁰:

Trata-se de fiscalização no Plano de Melhorias e Providências da **CEB - DIS** relativamente aos indicadores operacionais.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 150/2019-SFE/ANEEL, opina pelo arquivamento do processo administrativo 48500.004239/2017-09, considerando o término da fiscalização relativamente ao Plano de Melhorias e Providências da CEB Distribuição S/A em que se analisou os **índices operacionais** indicadores do **DEC e FEC**.

O documento anexado pela "terceira interessada" não tem qualquer correlação material com o objeto da "denúncia", posto que não se está discutindo os índices operacionais e sim financeiros.

Da simples leitura da Nota Técnica nº 150/2019-SFE/ANEEL, ainda que perfunctória, encontra-se demonstrado a apuração dos índices

⁴⁹ Peça 61, e-DOC EA0448FE-c (fls. 03/13).

⁵⁰ Peça 99, e-DOC B14DEFE2-c (fls. 39/40).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

operacionais, ou seja, visando manter a qualidade na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Fato que a ANEEL exige que as concessionárias mantenham um padrão de continuidade e, para tal, edita limites para Os indicadores coletivos de continuidade, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), embora a "quebra" de tais índices também podem decretar o processo de "caducidade" da concessão.

Desta forma, fica impugnada referida "Nota Técnica" posto que não existe correlação com o objeto da denúncia.

II.a-2 – Análise do Corpo Técnico.

44. Do exame desse ponto, observa-se que a CEB tem razão em suas afirmações. Em nenhum momento, neste processo, discutiu-se sobre os indicadores de continuidade DEC e FEC, até porque, à época da Representação e análises os referidos indicadores estavam sendo cumpridos.

45. Diante disso, entende-se que os fatos trazidos pelo STIU-DF neste item, por não fazerem parte da questão em debate, não devem ser objeto de discussão nestes autos.

46. Entretanto, é importante deixar registrado que, observando as Demonstrações Financeiras de 2019, verificou-se que não foram cumpridas as metas estabelecidas pela ANEEL acerca dos mencionados indicadores, fato que deve ser objeto de adoção de providências pela CEB-D, já que a ocorrência não pode se repetir por três anos consecutivos, sob pena de abertura de processo de caducidade, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, firmado entre a Companhia e a Agência Reguladora em 2015.

Tabela 2 – Comparativo entre a meta e o realizado de DEC e FEC

	2017		2018		2019		2020	2021
	RES. 6.092/16	Realizado	RES. 6.092/16	Realizado	RES. 6.092/16	Realizado	RES. 6.092/16	RES. 6.092/16
DEC (horas)	9,46	8,43	9,24	8,56	8,62	9,16	8,27	7,61
FEC (interrupções)	7,91	7,10	7,57	6,03	6,91	7,51	6,36	5,79

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2019 (e-DOC 9EEDBB4A-e – Pág. 10)

II.b – Sobre a recuperação econômico-financeira da Empresa (DOCs 02 e 03⁵¹)

47. Sobre esse ponto, o STIU-DF asseverou que a CEB Distribuição está em plena recuperação financeira. Para corroborar sua afirmação, anexou as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 3º trimestre de 2019, além de matéria da imprensa em que é divulgado um lucro de R\$ 39,7 milhões.

48. Diante disso, entende que a Companhia está cumprindo o contrato de concessão firmado com a Agência Reguladora do setor.

⁵¹ Peça 61, e-DOC EA0448FE-c (fls. 14/66).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

II.b-1 – Manifestação da CEB sobre o item.

49. Sobre esse ponto, a CEB teceu as seguintes considerações⁵²:

Conforme se observa do próprio documento trata-se de demonstrações intermediárias referente ao período em que menciona.

Da leitura do referido documento consta-se que em junho os índices econômicos apresentados ainda eram inadequados, ou seja, insuficientes para a sustentabilidade econômico-financeira da CEB Distribuição S/A.

O diferimento do pagamento do ICMS para o exercício de 2020, referente ao exercício de 2019, é uma medida apenas flexibilizadora para mitigar do desequilíbrio econômico-financeiro da CEB para o exercício de 2019, até alienação de controle acionário, o que não significa dizer que a empresa (CEB Distribuição S/A) se encontra financeira equalizada.

*A conclusão ofertada pela empresa RUSSEL BEDFORD indica que não se trata de um trabalho de auditoria, mas apenas revisão com base nas Demonstrações Intermediárias, dando **ÊNFASE** de que não houve alteração na continuidade da Concessão e Operacionalização, o que dependerá de eventos futuros.*

*Desta forma, o documento anexado apenas ratificada a situação econômico-financeira da CEB Distribuição S/A cujo sucesso dependerá de eventos futuros, conforme consignado nas **Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de setembro de 2019**, sem prejuízo das obrigações do diferimento do ICMS para o exercício de 2020, referentes ao exercício de 2019.*

(sic, destaques originais)

II.b-2 – Análise do Corpo Técnico.

50. Sobre esse ponto, considerando que já foram publicadas as *Demonstrações Financeiras anuais de 2019*, entende-se importante atualizar os dados da análise que foi levada a efeito na Informação nº 41/2019, o que permitirá à Corte avaliar melhor a situação.

51. Inicialmente, registra-se que, realmente, ocorreu uma reversão no resultado da CEB-D em 2019. Do exame da Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos, constante das *Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019*⁵³, observa-se que a Empresa, depois de ter apresentado em 2018 um prejuízo no valor de R\$ 33.678 milhões, em 2019 passou a ter lucro de R\$ 41.892 milhões.

52. Entretanto, compreende-se ser relevante trazer os esclarecimentos feitos pela Companhia quanto ao resultado apurado, nas *Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019*.

53. A CEB-D afirmou que o reflexo positivo no resultado financeiro de 2019, em comparação ao mesmo período anterior, decorreu, principalmente, dos efeitos das receitas financeiras geradas pelo Programa Recupera e da redução das despesas financeiras, sobretudo pela estratégia de postergação do ICMS, privilegiando amortizações de Passivos mais onerosos, como os

⁵² Peça 99, e-DOC B14DEFE2-c (fls. 40/41).

⁵³ e-DOC 9EEDBB4A-e (Págs. 03/04).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

parcelamentos de ITAIPU e do Mercado de Curto Prazo – MCP⁵⁴.

54. Quanto ao primeiro ponto, informou-se no Relatório da Administração de 2019, que no Programa de Recuperação de Créditos – RECUPERA foram renegociados R\$ 103,0 milhões, dos quais resultou em um impacto de caixa de aproximadamente R\$ 22,0 milhões em 2019, sendo que a diferença, aproximadamente R\$ 80 milhões, foi renegociada em diferentes condições oferecidas pela Distribuidora⁵⁵.

55. Sobre o segundo ponto, observou-se que foram liquidados em 2019, de forma antecipada, saldos residuais de parcelamento de Mercado de Curto Prazo – MCP (R\$ 79.112 milhões) e Itaipu Binacional (R\$ 70.819 milhões)⁵⁶, o que permitiu uma queda nas despesas financeiras, impactando o resultado final. E isso somente foi possível em razão de um acordo firmado com o Governo do Distrito Federal, que prorrogou parte do pagamento do ICMS de 2019 para 2020, conforme pode ser visto na tabela a seguir⁵⁷:

Tabela 03 – Diferimento do ICMS

Mês	ICMS apurado	ICMS pago	ICMS diferido	Novo vencimento
Março/2019	60.840	22.840	38.000	09/01/2020
Abril/2019	61.086	30.000	31.086	10/02/2020
Mai/2019	64.828	30.000	34.828	09/03/2020
Junho/2019	62.004	30.000	32.004	10/04/2020
Julho/2019	56.147	30.000	26.147	11/05/2020
Agosto/2019	61.949	30.000	31.949	10/06/2020
Setembro/2019	67.924	30.000	37.924	10/07/2020
Outubro/2019	68.235	30.000	38.235	10/07/2020
Novembro/2019	71.158	30.000	41.157	10/07/2020
TOTAL	574.171	262.840	311.330	

56. Observa-se que o pagamento de um valor considerável, de R\$ 311,33 milhões foi prorrogado para liquidação em 2020, o que, com certeza impactará o resultado deste ano. Ressalta-se que a CEB-D, nas Notas Explicativas, esclareceu a medida nos seguintes termos⁵⁸:

Essa medida de flexibilização tem sido adotada para mitigar o desequilíbrio financeiro da Companhia, que vem implantando alternativas para a sustentabilidade econômico-financeira, prevista em seu Estatuto Social, bem como no Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL e Resolução

⁵⁴ e-DOC 9EEDBB4A-e (Págs. 11/12).

⁵⁵ e-DOC 9E5AA68B-e (Pág. 04).

⁵⁶ e-DOC 9EEDBB4A-e (Págs. 45/46).

⁵⁷ Fonte: e-DOC 9EEDBB4A-e (Pág. 47).

⁵⁸ e-DOC 9EEDBB4A-e (Pág. 47).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Normativa nº 787/2017-ANEEL, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 1.4.

Até a data de aprovação destas Demonstrações Financeiras, a Companhia está adimplente perante os ICMS diferidos.

57. Diante dos fatos, depreende-se que a CEB-D adotou essa providência para que fossem cumpridos os termos do Contrato de Concessão, de forma a impedir a abertura do processo de caducidade, o que foi conseguido, conforme será visto a seguir.

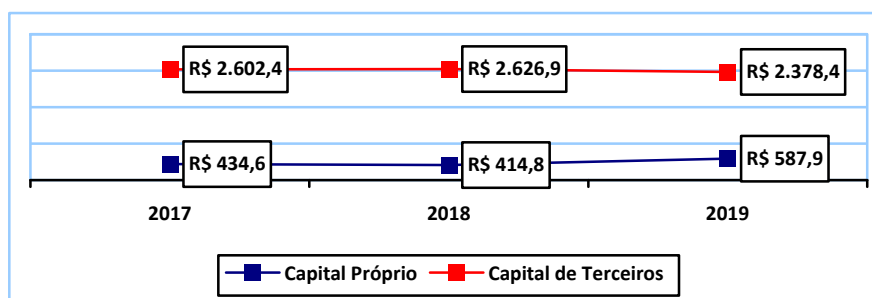
58. Relembra-se, conforme análise feita nos parágrafos 58/81 da Informação nº 41/2019-DIGEM2, transcrita no parágrafo 36 desta Instrução, que a CEB-D, em 2018, descumpriu os parâmetros mínimos de sustentabilidade econômica e financeira, estabelecidos no Anexo III do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, firmado entre a Companhia e a ANEEL em 2015, já que o resultado da inequação “[LAJIDA (-) QRR (-) Juros da Dívida]” ficou negativo em mais de R\$ 70 milhões.

59. Destaca-se que a repetição da ocorrência em 2019 poderia provocar a abertura do processo de caducidade da concessão. Entretanto, conforme pode ser visto nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, isso não aconteceu, pois o resultado da referida inequação foi revertido, ficando positivo em R\$ 28,841 milhões.

60. Ressalta-se, ainda, que em 2019 a Controladora aportou R\$ 173 milhões na CEB DIS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, sendo R\$ 81,2 milhões em junho/19 e R\$ 91,9 milhões em dezembro/19, o que também contribuiu para uma melhora nos números da Companhia.

61. Implementadas essas e outras medidas, ocorreu, também, uma leve redução na dependência do capital de terceiros, conforme pode ser visto nos gráficos abaixo⁵⁹:

Estrutura do capital da CEB – Distribuição em R\$ milhões

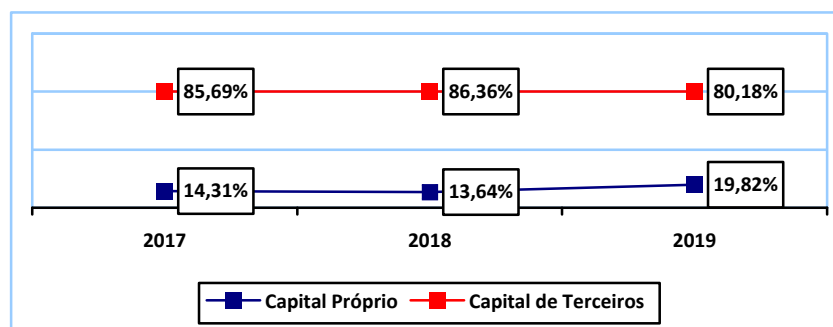


Estrutura do capital da CEB – Distribuição %

⁵⁹ Fonte: Balanço Patrimonial para os Exercícios Findos, constante das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 (e-DOC 9EEDBB4A-e - Pág. 2). Ressalta-se que os números de 2017 e 2018 são reapresentados, o que justifica as alterações dos dados referentes à estrutura de capital, em relação à análise feita na Informação nº 41/2019-DIGEM2.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e



62. Da avaliação dos novos dados, observa-se que ocorreram melhoras nos números da CEB-D. E é inegável que a estratégia adotada foi muito importante, e surtiu o efeito esperado, já que permitiu o cumprimento dos termos do Contrato de Concessão, evitando a possibilidade de abertura do processo de caducidade e dando uma margem de mais um exercício para a Companhia buscar uma reversão do quadro.

63. Entretanto, a situação ainda é muito complexa. Ressalta-se que uma das medidas que mais impactaram a obtenção de um resultado positivo em 2019 foi a negociação com o Governo do Distrito Federal que permitiu o diferimento do pagamento de parte do ICMS referente aos meses de março a novembro de 2019.

64. Somente com essa ação, a CED-D deixou de desembolsar, em 2019, mais de R\$ 300 milhões. Contudo, trata-se apenas de um adiamento do problema, pois a despesa deverá ser paga em sua totalidade em 2020, o que irá afetar sobremaneira os resultados deste ano.

65. Desse modo, entende-se que persiste a difícil situação econômico-financeira da CEB-D, não sendo os novos dados apresentados suficientes para alterar o entendimento do Corpo Técnico acerca desse ponto, já expresso na Informação nº 41/2019-DIGEM2.

II.c – Sobre o interesse da ENEL na aquisição da CEB-D, bem como o desempenho daquela Empresa na distribuição de Energia Elétrica em Goiás (DOCs 04, 05 e 06⁶⁰).

66. Acerca desse ponto, o STIU-DF declarou que a Empresa ENEL, que adquiriu a antiga Companhia Elétrica do Estado de Goiás – CELG-D, é cotada para assumir a direção da CEB-D, tendo, inclusive, já realizado reuniões com o Governador do DF e com o Presidente da Companhia.

67. Afirmou que, caso isso ocorra, a população do DF corre riscos quanto à qualidade dos serviços prestados, já que a ENEL vem tendo sérios problemas de desempenho na distribuição de energia em Goiás. Isso já provocou a aplicação de multas no valor de R\$ 62 milhões pela Agência Reguladora, além de ter sido aberta uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, para investigação da questão.

II.c-1 – Manifestação da CEB sobre o item.

⁶⁰ Peça 61, e-DOC EA0448FE-c (fls. 67/82).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

68. Sobre esse ponto a CEB-D manifestou-se⁶¹:

Os documentos anexados pela "terceira interessada" (STIU/DF) são matérias jornalísticas sem qualquer efeito vinculante ou provida de conteúdo de conhecimento de mérito, não fazendo prova contra terceiros. Ademais, documentos firmados por terceiros somente fazem prova para quem os produziu, pelo que ficam impugnados.

II.c-2 – Análise do Corpo Técnico.

69. Inicialmente, quanto às afirmações da CEB-D, concorda-se que matérias jornalísticas não servem como prova. Entretanto, não é isso que se busca neste momento, pois ainda não está sendo avaliado o processo concreto de alienação da CEB-D, mas sim os levantamentos prévios para tal. E, ressalta-se, qualquer informação é muito importante, pois pode servir de ponto de partida para uma investigação que forneça dados mais aprofundados.

70. E quanto a esse ponto, destaca-se que as informações trazidas pelo STIU-DF têm fundamento no que se refere à qualidade dos serviços prestados pela ENEL no Estado de Goiás.

71. Em razão da precariedade no fornecimento de energia, realmente foi aberta uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO, para apuração dos fatos. Em 12 de março de 2020, a Comissão entregou os resultados do trabalho ao Ministério Público de Goiás – MP-GO, para continuidade das providências⁶².

72. Também, verificando o Ranking da Continuidade dos Serviços, divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, observa-se que a ENEL Goiás obteve o pior desempenho de todas as concessionárias em 2018⁶³ e o segundo pior desempenho em 2019⁶⁴.

73. Destaca-se que não se está, neste momento, debatendo sobre uma compra da CEB-D pela ENEL, já que não existe nenhum dado concreto que possa confirmar a informação da existência de qualquer negociação nesse sentido.

74. Entretanto, como está em curso esse procedimento de levantamento prévio, entende-se importante que se tenha um pleno conhecimento sobre as condições operacionais de qualquer um dos possíveis interessados no projeto. Afinal, não se justificaria a substituição do controle da CEB-D por uma empresa que possa apresentar problemas e trazer danos à população do Distrito Federal.

75. Salienta-se, contudo, que a efetivação do processo de alienação que porventura vier a acontecer, poderá ser acompanhado por este Tribunal, visando o pleno atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Desse modo, compreende-se que não cabe a antecipação do debate nestes autos.

III. NOVA REPRESENTAÇÃO DO STIU-DF, CONHECIDA COMO ADENDO À PEÇA INICIAL – PEÇA 67, e-DOC F1ECAAE2-C.

⁶¹ Peça 99, e-DOC B14DEF2-c (fl. 39).

⁶² <https://portal.al.go.leg.br/noticias/109016/deputados-henrique-arantes-e-cairo-salim-entregam-relatorio-da-cpi-da-enel-a-autoridades-do-mp-e-mpf>

⁶³ <https://www.aneel.gov.br/ranking-2018>

⁶⁴ <https://www.aneel.gov.br/ranking-2019>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

76. Em 26/11/2019, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF entrou com nova Representação no TCDF.

77. Inicialmente, o STIU-DF expôs os argumentos de sua nova petição⁶⁵:

Como se sabe, e foi amplamente veiculado pela mídia (doc. 1), em decorrência do definido na referida Assembleia de acionistas, a CEB Holding, jurisdicionada nestes autos, firmou com o GDF e o BNDES um contrato para que o Banco realize atos para fixar a modelagem de privatização da CEB Distribuição.

O objeto do contrato, que não foi publicizado em Diário Oficial, foi conhecido pela entidade ora peticionante após requerimento de informações protocolizado com base na Lei de Acesso à Informação. (doc. 2)

Portanto, apesar desta Corte de Contas ainda estar analisando a viabilidade e a legalidade da privatização nos moldes escolhidos pela Jurisdicionada, fato é que já estão sendo praticados atos administrativos no sentido da concretização da privatização.

Notadamente, com evidente prejuízo ao erário - vez que há previsão de dispêndio de dinheiro público em quantia vultosa - foi publicado o Pregão 42/2019 pelo BNDES que tem como objeto (doc. 3):

OBJETO: Contratação de serviços necessários para a desestatização da CEB Distribuição, detentora do contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica no âmbito do Distrito Federal, conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

De acordo com previsão editalícia, a sessão pública de leilão será realizada em 26/11/2019, com a homologação da licitação poucos dias depois, conforme previsão das cláusulas dos Itens 5 e 7 do Edital (Doc. 4).

Diante do iminente perigo de homologação de leilão que visa contratação de serviços para a privatização cujo processo está sendo questionado nestes autos, necessária a urgente atuação desta Corte de Contas **no sentido de suspender o Contrato firmado entre a Jurisdicionada, o GDF e o BNDES**, mormente a execução do referido contrato através do Pregão Eletrônico 42/2019 do BNDES.

Com a assinatura do contrato e a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico 42/2019 do BNDES resta comprovado o fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, e de risco de ineficácia da decisão de mérito que venha a ser tomada pelos Conselheiros no bojo deste processo.

Evidente, portanto, a **necessidade de suspender atos que possam culminar com dispêndio de dinheiro público antes que o TCDF avalize a regularidade da privatização nos moldes que estão sendo praticados.**

78. Ao final, requereu à Corte⁶⁶:

i **Seja determinada medida cautelar para suspender o CONTRATO DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO n° 19.2.0511.1, firmado entre CEB Holding e o BNDES**, com interveniência do GDF, que tem por objeto a estruturação do projeto ("Projeto") de alienação do controle societário da CEB Distribuição S.A., subsidiária integral da CEB HOLDING, à iniciativa

⁶⁵ Peça 67, e-DOC F1ECAAE2-c (fls. 01/02).

⁶⁶ Peça 67, e-DOC F1ECAAE2-c (fls. 02/03).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

privada ("Desestatização"), incluindo a prévia estruturação de operação de captação de recursos para reestruturação financeira da CEB Distribuição S.A. ("Estruturação Financeira"), até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada nestes autos.

ii. Ato contínuo, que seja **concedida medida cautelar para determinar a CEB Holding, jurisdicionada nestes autos, que requeira ao BNDES a suspensão do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2019 - BNDES**, que tem o objetivo de contratar os serviços necessários para a desestatização da CEB DISTRIBUIÇÃO S.A., detentora do contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica no âmbito do Distrito Federal, impedindo a homologação do certame até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada nestes autos.

79. Ressalta-se que, de acordo com o Voto do Conselheiro-Relator, a Corte, por meio da Decisão nº 64/2020⁶⁷, denegou os pedidos de medida cautelar e conheceu o documento como adendo à peça inicial. Assim, faz-se, neste momento, a análise do mérito da peça.

III.a – Manifestação da CEB sobre o item.

80. Quanto à questão do ajuste firmado com o BNDES, a CEB-D limitou-se a transcrever o Parecer Jurídico sobre a contratação, do qual traz-se a conclusão⁶⁸:

Diante do exposto e dos base nos documentos que instruem o presente parecer, **OPINO** pela possibilidade jurídica da contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para estruturação do projeto de alienação do controle acionário da CEB Distribuição S/A, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, bem como a modelagem de instrumento financeiro de mercado de capitais da empresa Holding, com captação de recurso, com interveniência anuência do Distrito Federal, nos termos do art. 30, caput, da Lei 13.303/2016.

81. Acerca do Pregão Eletrônico nº 42/2019 – BNDES, a CEB-D manifestou-se:

Quanto a este ponto, a matéria não demanda maiores manifestações jurídicas.

A uma porque trata-se de matéria afeta a competência exclusiva do Tribunal de Contas da União - TCU para processar e julgar este ponto, já que diz respeito - Pregão nº 42/2019 - BNDES realizado por empresa pública federal.

Desta feita, não cabe, materialmente, este TCDF manifestar quanto ao tópico, por faltar de competência institucional quanto análise de mérito, pelo que se requer a declaração de incompetência absoluta para análise do terna.

82. Ainda sobre o mencionado pregão, a CEB trouxe informação sobre uma ação popular, impetrada por Rosângela Pereira Rosa, no ato representada pelo mesmo escritório de advocacia que representa o STIU-DF nestes autos, em que requer, entre outros, medida cautelar para paralisação do certame. Juntou-se, também, dados processuais que constam a decisão de indeferir o pedido da tutela de urgência⁶⁹.

⁶⁷ Peça 116, e-DOC 91BF5D8D-e.

⁶⁸ Peça 99, e-DOC B14DEFE2-c (fl. 11).

⁶⁹ Peça 99, e-DOC B14DEFE2-c (fls. 12/39 e 42/105).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 14.174/19e

III.b – Análise do Corpo Técnico.

83. *Acerca do Contrato de Estruturação de Projeto nº 19.2.0511.1, firmado entre a CEB Holding, o GDF e o BNDES, compreende-se que não merecem prosperar as alegações do STIU-DF. Afinal, trata-se de um acordo para elaboração de um plano para uma possível alienação do controle societário da Empresa, o que não significa uma autorização para a efetivação da venda.*

84. *Inclusive, conforme pode ser visto na Cláusula Quinta, Parágrafo Sexto, Inciso I, a CEB pode desistir da continuidade do projeto a qualquer momento⁷⁰. O referido ajuste, por si, não garante nem torna obrigatória a realização da venda da Empresa*

85. *Compreende-se que os estudos nada mais são que um instrumento de gestão, com a finalidade de escolher o melhor caminho a ser adotado pela Empresa.*

86. *Assim, entende-se que a CEB não está tomando medidas antes da decisão definitiva desta Corte sobre o mérito da Representação tratada nestes autos, pois trata-se apenas de construção de projeto, que pode ou não ser executado.*

87. *Quanto ao Pregão Eletrônico nº 42/2019 – BNDES, entende-se que, também, não assiste razão ao STIU-DF. Conforme já expresso nos parágrafos anteriores, a contratação do BNDES foi para realização de projeto e não para execução da venda. E isso, compreende-se, está dentro do poder discricionário do gestor da Empresa Pública.*

88. *Sobre os custos acessórios da elaboração do projeto, advindos do citado pregão, compreende-se não haver indícios de irregularidade, já que tratam da prestação de serviços especializados que, obviamente, devem ser remunerados.*

89. *E entende-se que esses custos não podem ser, previamente, considerados irregulares. Qualquer afirmação nesse sentido somente seria possível procedendo à análise dos contratos que vierem a ser firmados. Desse modo, depreende-se que não caberia, no âmbito destes autos, tal discussão.*

IV. REPRESENTAÇÃO DO STIU-DF, CONHECIDA COMO NOVO ADENDO À PEÇA INICIAL – PEÇA 105, e-DOC 5635497B-c.

90. *Em 30/01/2020, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF entrou com nova Representação no TCDF.*

91. *Ao apresentar os fatos da nova representação, o STIU-DF informou sobre o dispêndio de valores com empresas de consultoria para realização do objeto previsto na Lei Distrital nº 5.577/2015, que autorizou a alienação de participações acionárias da CEB, determinando que a receita oriunda das alienações fosse aplicada pela subsidiária CEB Distribuição em investimentos, pagamento de tributos e amortização de dívidas oriundas de empréstimos*

⁷⁰ Peça 67, e-DOC F1ECAAE2-c (fl. 25).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

contraídos até a data de publicação da referida Norma. Criticou o fato de a CEB, em 2019, a despeito do tempo e do valor gasto nas referidas consultorias, ter ignorado os resultados dos trabalhos, alterando, inclusive o Plano de Negócios da Empresa⁷¹.

92. Continuando, apontou que a CEB Holding celebrou o Contrato nº 19.20511.1, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a interveniência e anuência do Distrito Federal, para a estruturação do processo de alienação do controle acionário da CEB Distribuição S.A. à iniciativa privada, incluindo a prévia estruturação de operação de captação de recursos para reestruturação financeira da Distribuidora, Contrato este que implicará no pagamento de, ao menos, R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)⁷².

93. Afirmou ter solicitado à Companhia que fornecesse cópia integral do processo administrativo que resultou na contratação do BNDES, em especial⁷³:

- notas técnicas que embasaram a contratação;
- atas das Assembleias que deliberaram pela assinatura do contrato;
- justificativas e pareceres jurídicos;
- pesquisas de valores praticados no mercado;
- termo de referência do contrato;
- minuta contratual e todos os seus anexos;
- extrato de publicação do contrato.

94. De acordo com o STIU-DF, a CEB negou fornecimento das informações solicitadas, à exceção de cópia do Contrato firmado com o BNDES, alegando, em síntese, que seriam dados estratégicos da Companhia e, portanto, sigilosos. Afirmou, ainda, não ter localizado a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF de extrato do referido contrato⁷⁴.

95. Ao final, requereu à Corte⁷⁵:

a. Seja adotada **medida liminar** para determinar que as denunciadas apresentem os documentos relativos ao CONTRATO nº 19.20511.1 entre a CEB Holding e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com interveniência e anuência do Distrito Federal, tendo por objeto a estruturação do projeto de alienação do controle societário da CEB Distribuição S.A. mais especificamente: (i) notas técnicas que embasaram a contratação; (ii) atas das Assembleias que deliberaram pela assinatura do contrato; (iii) justificativas e pareceres jurídicos; (iv) pesquisas de valores praticados no mercado; (v) termo de referência do contrato; (vi) da minuta contratual e todos os seus anexos; (vii) extrato de publicação do contrato. (viii) a cópia integral do procedimento administrativo que culminou na assinatura do referido contrato, documento este que, por natureza, deve ser publicizado; (ix) dentre outros que porventura existam como por exemplo aditivos contratuais, etc.

⁷¹ Peça 105, e-DOC 5635497B-c (fls. 04/06).

⁷² Peça 105, e-DOC 5635497B-c (fl. 06).

⁷³ Peça 105, e-DOC 5635497B-c (fls. 06/07).

⁷⁴ Peça 105, e-DOC 5635497B-c (fl. 07).

⁷⁵ Peça 105, e-DOC 5635497B-c (fls. 10/11).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

b. Que esta Corte de Contas fiscalize e se manifeste acerca da regularidade do CONTRATO n° 19.20511.1 entre a CEB Holding e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com interveniência e anuência do Distrito Federal, tendo em vista a clara falta de publicidade e a violação aos requisitos legais de validade do referido ato administrativo. E, caso seja constatada a ilegalidade ora denunciada, que o referido contrato seja anulado.

c. Que esta Corte de Contas fiscalize e se manifeste acerca da regularidade da alteração do Plano de Negócios da CEB, e do consequente dispêndio de vultosa quantia de verbas públicas com as contratações de consultorias diversas através dos seguintes contratos: Contrato de n° 008/2017 CJU/CEB; Contrato n° 19/2018— CJU/CEB e Contrato n° 24/2018— CJU/CEB.

96. Ressalta-se que, de acordo com o Voto do Conselheiro-Relator, a Corte, por meio da Decisão n° 64/2020⁷⁶, denegou o pedido de medida cautelar e conheceu o documento como adendo à peça inicial. Assim, faz-se, neste momento, a análise do mérito da peça.

IV.a – Manifestação da CEB sobre o item.

97. No dia 01/06/2020, a CEB encaminhou documentos ao Tribunal, fazendo referência à Decisão n° 64/2020, que fez determinações acerca dos fatos tratados neste item⁷⁷.

98. Em suas considerações, a CEB, dentre outras, frisou sua preocupação com o sigilo dos dados encaminhados⁷⁸:

1. Em atenção à determinação constante às fls. 14.174/19e, item III, encaminhamos, nos termos da Decisão Reservada n° 64/2020, os documentos instrutórios que subsidiaram a celebração do Contrato de Estruturação de Projeto n° 19.2.0511.1, entre Companhia Energética de Brasília - CEB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Governo do Distrito Federal - GDF, para análise e deliberação quanto a incidência sobre a documentação do regramento previsto no art. 5° parágrafo único do Decreto Distrital n° 34.276/2013.

2. Inicialmente, insta relevar que a documentação que se junta ao processo se encontra sob a proteção estabelecidas no art. 5°, parágrafo único, e no art. 6°, III, ambos do Decreto Distrital n° 34.276/2013, vez que se trata de informações relativas ao processo de alienação do controle acionário da CEB Distribuição S/A.

3. Ademais, cabe observar sob o prisma da segurança da Companhia e de seus interesses, bem como de seus acionistas, sejam controladores ou minoritários, essa possibilidade de acesso deve ser examinada com o devido cuidado, em especial pelo fato de se tratar de Sociedade Anônima de Capital Aberto, com ações negociadas em Bolsa de Valores, regidas pelas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4. Não se pode perder de vista que a divulgação de informações estratégicas da Companhia, contidas no processo solicitado, pode fragilizar os interesses comerciais e estratégicos da CEB e de sua subsidiária CEB Distribuição S.A, como também colocar em risco o bom funcionamento do Mercado de Capitais, ao ferir o princípio da ampla divulgação equitativa, simétrica e simultânea a todos os agentes e investidores, pelo fornecimento de informações em caráter restrito.

⁷⁶ Peça 116, e-DOC 91BF5D8D-e.

⁷⁷ Peça 151, e-DOC A68A24D0-c.

⁷⁸ Peça 151, e-DOC A68A24D0-c (fls. 01/02).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

5. Também não se pode olvidar que qualquer informação relevante que esteja de posse dos Administradores da Companhia só pode ser divulgada de forma clara, ampla e simultânea a todos os agentes de mercado, acionistas minoritários, investidores e ao cidadão comum, sob pena de criar uma assimetria de informação, ou quem sabe a hipótese de uso de informação privilegiada.

6. Neste sentido, **a Comissão de Valores Mobiliários - CVM**, editou, em 3 de Janeiro de 2002, a Instrução nº 358, que disciplina a forma com que as Companhias Abertas devem divulgar os atos e fatos relevantes, que possam influir na decisão do investidor de comprar ou vender suas ações. **Esse regramento tem por escopo dar tratamento equitativo às informações relevantes, não podendo a companhia ceder a um cidadão, ou mesmo a um grupo restrito, informações relevantes, sob pena de se sujeitar as reprimendas da agenda reguladora do mercado de capitais.**

7. Pelo exposto, resta claro que não se pode trivializar no tratamento das informações relevantes da CEB, sob pena de incorrer em sérios prejuízos à Companhia, seus acionistas e ao direito difuso do mercado de capitais.

8. Portanto, **a CEB está obrigada a manter restrição de divulgação das informações que entender que se enquadram como hipótese de divulgação que possa colocar em risco seus legítimos interesses, nos termos dispostos na Lei Societária, art. 155, § 1º, na Lei de Acesso de Informação nº 12.527/2011, em seu art. 22 e nas normas infralegais da Comissão de Valores Mobiliários.**

9. Evidente, pois, que os documentos que instruem o processo de contratação do BNDES solicitado contém informações empresariais estratégicas que se encontram protegidas pelo sigilo legal, constituindo-se exceção à regra de publicidade. Há, entre outros documentos, Relatórios, referência aos Plano de Negócios, os Planos de Negócios, voto do acionista majoritário, Pareceres e Notas Técnicas, que, muito além de apresentar detalhadamente a situação econômico-financeira da Companhia e de sua subsidiária CEB Distribuição S.A., apresentam projeções de resultados, informações relevantes e essenciais no auxílio aos Administradores na tomada de decisões estratégicas. Acobertadas, portanto, pelo manto do sigilo.

99. Por fim, a Companhia fez uma descrição resumida de cada um dos documentos encaminhados à Corte, o que, segundo a CEB, demonstraria a situação de desequilíbrio econômico-financeiro que levou à contratação do BNDES para realizar estudo e modelagem para a desestatização⁷⁹.

IV.b – Análise do Corpo Técnico.

100. Acerca da Peça 105, e-DOC 5635497B-c, em exame neste tópico, compreende-se que devem ser destacados os pontos que serão avaliados, já que, ao conhecer do documento, a Corte, na Decisão nº 64/2020, teceu determinações específicas à CEB sobre questões levantadas pelo STIU-DF no referido documento.

101. Desse modo, compreende-se importante relacionar o que será analisado:

➤ Regularidade do Contrato nº 19.20511.1, firmado entre a CEB Holding e o BNDES, com interveniência do GDF, já que o STIU-DF afirma ter ocorrido falhas, notadamente no que concerne à violação de regras legais;

⁷⁹ Peça 151, e-DOC A68A24D0-c (fls. 03/10).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

➤ *Legalidade da alteração do Plano de Negócios da Companhia, bem como do dispêndio com as contratações de consultorias diversas através dos seguintes contratos: Contrato nº 008/2017 CJU/CEB; Contrato nº 19/2018— CJU/CEB e Contrato nº 24/2018— CJU/CEB;*

➤ *O encaminhamento, ao Gabinete do Relator, de cópia, em meio digital, dos documentos instrutórios que subsidiaram a celebração do Contrato de Estruturação de Projeto n.º 19.2.0511.1, e que foram objeto de pedido de cópia pelo STIU/DF, para análise e deliberação acerca da incidência ou não, na referida documentação, do regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital n.º 34.276/2013 (item III da Decisão nº 64/2020).*

102. *Desse modo, para melhor entendimento, far-se-á a análise de cada ponto em separado.*

IV.b-1 – Sobre a regularidade do Contrato nº 19.20511.1.

103. *Ao proceder à análise desse ponto, entende-se que, inicialmente, deve ser esclarecido sobre qual dispositivo legal deve servir de embasamento para a referida contratação, se a Lei nº 8.666/93 ou a Lei nº 13.303/2016.*

104. *Destaca-se que, apesar de o Governo do Distrito Federal ser parte no Contrato em exame, o é como interveniente anuente. É certo que a assinatura do Ajuste na mencionada condição o faz responsável solidário pela obrigação assumida pela contratante, no caso, a CEB Holding. Entretanto, registra-se que essa responsabilidade somente se realiza no caso de inadimplência do devedor principal.*

105. *E a contratante, no ajuste em análise, é a Companhia Energética de Brasília S/A – CEB Holding, que, por ser uma Sociedade de Economia Mista, está sujeita ao Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, disposto na Lei nº 13.303/2016.*

106. *Dessa forma, compreende-se que o exame de adequação do Acordo às normas legais deve ser feito tendo como embasamento a Lei nº 13.303/2016.*

107. *Inicialmente, assinala-se que o Contrato nº 19.20511.1, firmado entre a CEB Holding e o BNDES, foi feito sem passar pelos procedimentos de licitação, por meio de contratação direta. Sobre essa possibilidade, a Lei nº 13.303/2016 assim dispõe:*

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

I - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese do caput e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado, pelo órgão de controle externo, sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

§ 3º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - justificativa do preço.

108. Assim, sob os aspectos legais, avalia-se se a contratação em debate está de acordo com o que prescreve a mencionada Lei. Destaca-se que a análise será levada a efeito considerando como embasamento a documentação encaminhada pela CEB (Peça 151, e-DOC A68A24D0-c) em atendimento à Decisão nº 64/2020.

109. **Salienta-se que não se discute, neste item, sobre a questão da conveniência ou não da alienação do controle acionário da CEB Distribuição, o que já foi objeto de análise nesta Informação, mas somente sobre o atendimento aos preceitos legais da contratação do BNDES.**

110. Primeiramente, acerca da realização da contratação direta, verifica-se que as justificativas constantes dos documentos apresentados são pautadas no fato de que estão inseridos no objeto do contrato a prestação de serviços técnicos especializados, que deveriam ser realizados por empresa de notória especialização que, no caso, é o BNDES.

111. Sobre esse ponto, não há do que discordar da CEB. Afinal, é conhecida a atuação do BNDES na questão das desestatizações ocorridas no Brasil desde o início da década de 90, o que, sem dúvida concedeu ao Banco a expertise para atuação na área.

112. Isso pode ser comprovado nos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Banco Federal na questão das privatizações no país. De 1990 a 2015, foram realizadas 99 desestatizações, por meio do Programa Nacional de Desestatização – PND, referentes aos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, aeroportuário, rodoviário, financeiro

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

e de petróleo. Isso permitiu uma receita equivalente a US\$ 54,5 bilhões com a venda de empresas e com a alienação de participações minoritárias. Esse valor, acrescido do valor da dívida transferida ao setor privado, de cerca de US\$ 9,2 bilhões, representa um resultado total para o PND da ordem de US\$ 63,7 bilhões⁸⁰.

113. O Banco também atuou nas privatizações de empresas estaduais, gerando um resultado, de 1996 a 2002, de R\$ 34.699 milhões, com alienações, por exemplo, da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, Empresa Energética de Sergipe – ENERGEPE, etc⁸¹.

114. Ainda, verificou-se que, atualmente, o BNDES coordena procedimentos prévios para desestatização de diversas empresas, entre elas: a Casa da Moeda do Brasil - CMB⁸²; a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB, responsável pelo metrô da capital gaúcha⁸³; além da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT, ambas do Rio Grande do Sul⁸⁴.

115. Diante disso, observa-se que é inquestionável a notoriedade do BNDES na questão em exame, pois sua ampla atuação ao longo de muitos anos demonstra seu know how no assunto em debate.

116. Assim, entende-se que sua contratação pela CEB tem enquadramento no artigo 30, inciso II e § 1º, da Lei nº 13.303/2016. Ainda, compreende-se que o mesmo raciocínio deve ser aplicado para o constante do § 3º, inciso II do mencionado artigo, da mesma Norma, que trata da razão para escolha do executante.

117. Por fim, no que trata da regularidade da contratação do BNDES, resta avaliar a questão da justificativa do preço, obrigação constante do artigo 30, § 3º, inciso III da Lei nº 13.303/2016.

118. Quanto a esse ponto, do exame da documentação encaminhada pela CEB (Peça 151, e-DOC A68A24D0-c), verificou-se que a questão foi trazida pelo BNDES em correspondência de 27 de junho de 2019, na qual, dentre outras, apresentou a metodologia de precificação, a remuneração em casos de sucesso e insucesso do projeto e o ressarcimento pelos gastos realizados por terceiros, além de pesquisa de mercado e valor estimado da contratação⁸⁵.

119. Ao abordar a questão, a CEB o faz, inicialmente, por meio da Nota Técnica nº 002/2019-SCF/DF, da Diretoria Administrativa-Financeira e de Relações com Investidores, a qual finaliza nos

⁸⁰ Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/privatizacao-federais-pnd>

⁸¹ Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/privatizacao-estaduais>

⁸² <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-publica-edital-para-contratar-servicos-tecnicos-para-desestatizacao-da-casa-da-moeda>

⁸³ https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/12/05/internas_economia.1106035/bndes-e-liberado-a-contratar-estudo-para-concessao-de-servicos-da-cbtu.shtml

⁸⁴ <https://estado.rs.gov.br/governador-assina-contrato-com-bndes-para-estruturacao-da-modelagem-de-privatizacao-da-eeee>

⁸⁵ Peça 151, e-DOC A68A24D0-c (fls. 211/219).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

seguintes termos⁸⁶:

Como os orçamentos apresentados pelo próprio BNDES estão abaixo dos que foram praticados no mercado, não há o que negar quanto a impossibilidade de realização pelos valores apresentados no documento “PESQUISA DE MERCADO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO”, tanto para os serviços relacionados ao reequilíbrio financeiro, quanto para a alienação societária.

120. Observando essas considerações finais, observa-se uma certa incoerência, pois apesar de se afirmar que os preços apresentados estão abaixo dos de mercado, não negam a impossibilidade da contratação por tais montantes.

121. Entretanto, parece ter ocorrido apenas um equívoco redacional, pois não teria sentido não contratar em razão de os preços serem inferiores aos de mercado. Destaca-se que a Consultoria Jurídica da CEB, que havia solicitado o parecer da Diretoria Administrativa-Financeira, manifesta-se favorável à contratação em seu Parecer, do qual transcrevemos as conclusões⁸⁷:

37. **Diante do exposto** e com base nos documentos que instruem o presente parecer, **OPINO pela possibilidade jurídica** da contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para estruturação do projeto de alienação do controle acionário da CEB Distribuição S/A, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, bem como a modelagem de instrumento financeiro de mercado de capitais da empresa Holding, com captação de recurso, com interveniência anuência do Distrito Federal, nos termos do artigo 30, caput, da Lei 13.303/2016.

122. Com a finalidade de corroborar a prática de preços de mercado da contratação em exame, buscou-se informações acerca dos contratos firmados pelo BNDES para prestação dos serviços de apoio à desestatização das empresas relacionadas no parágrafo 114 desta Informação, já que foram os mais recentes.

123. Entretanto, não se obteve sucesso na busca, pois somente conseguiu-se localizar o Contrato n° 21133/2019, firmado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul com o BNDES, para prestação de serviços semelhantes aos do Ajuste em exame, no processo de alienação do controle acionário da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT.

124. Contudo, não foi possível consultar os termos das mencionadas avenças no Portal da Transparência do Governo do Rio Grande do Sul. A pesquisa permitiu somente verificar o valor do contrato, de R\$ 22.959.356,00⁸⁸. Ressalta-se que o ajuste tem montante superior ao em análise nestes autos.

125. Também, considerando que, no âmbito do contrato com a CEB deverão ser ressarcidos os gastos do BNDES com terceiros, levantou-se os valores contratados pelo BNDES nos pregões para levar a efeito os projetos de desestatização das empresas citadas no

⁸⁶ Peça 151, e-DOC A68A24D0-c (fls. 296/297).

⁸⁷ Peça 151, e-DOC A68A24D0-c (fls. 298/304).

⁸⁸

<http://www.transparencia.rs.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Transparencia.qvw&host=QVS%40appro03&anonymous=true>

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

parágrafo 114 desta Informação, para verificação de compatibilidade com aqueles constantes no caso da CEB⁸⁹:

Tabela 4 – Comparativo dos valores dos pregões de desestatização - BNDES

Empresa	Pregão BNDES	Valor contratado
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, do Estado do Rio Grande do Sul	40/2019	R\$ 3.853.000,00
CEB Distribuição S/A	42/2019	R\$ 2.107.997,99
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB	44/2019	R\$ 2.770.000,00
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU	45/2019	R\$ 6.136.000,00
Casa da Moeda do Brasil – CMB	48/2019	R\$ 2.768.240,00

126. Observa-se que, à exceção da CBTU, os preços das demais estão aproximados. O caso da CBTU se deve pelo fato de poder ser considerada “várias empresas em uma só”, já que atua em Belo Horizonte, Recife, João Pessoa, Natal e Maceió. Ou seja, em 5 Estados da Federação.

127. Assim, compreende-se que os valores praticados no contrato firmado entre a CEB Holding e o BNDES são compatíveis com os de mercado, podendo ser considerados justificáveis.

128. Diante do exposto, entende-se que a contratação do BNDES atendeu aos preceitos estabelecidos na Lei nº 13.303/2016, não sendo observados indícios de irregularidades.

IV.b-2 – Sobre a Legalidade da alteração do Plano de Negócios da Companhia, bem como do dispêndio com as contratações de consultorias diversas.

129. Acerca desse ponto, compreende-se que não assiste razão ao STIU-DF. Afinal, não se verificou indícios de que a alteração do Plano de Negócios da Companhia se deu de forma açodada.

130. Já foi objeto de análise nestes autos o fato de a CEB Distribuição não conseguir cumprir os seus Planos de Negócios, ocorrência que, inclusive, também foi observada nos Monitoramentos de Auditoria levados a efeito em 2017 e 2019, no âmbito do no Processo TCDF nº 25150/2017, e que trata de questão similar.

131. As dificuldades financeiras enfrentadas pela CEB Distribuição têm provocado descumprimentos às metas estabelecidas em seu planejamento, sendo necessária a realização de adequações. E não se pode dizer que isso é feito sem que tenha havido discussões, estudos ou debates sobre a questão.

132. Nos diversos processos que tramitam ou tramitaram nesta Corte acerca do assunto ou de temas similares, como, por exemplo o

⁸⁹ Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos/licitacoes/pregoes-eletronicos/pregoes-eletronicos-2019>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

de nº 25150/2017 e até mesmo estes autos, nos quais se trava o debate desde junho de 2019, ou seja, há mais de ano, foram trazidos elementos que permitem afirmar que ocorreram discussões e foram feitas análises e estudos sobre o Planejamento Estratégico da CEB Distribuição.

133. A alteração de planos ou mudança de estratégia em um ambiente corporativo é uma ocorrência absolutamente normal, desde que haja fatos que justifiquem referida ação. E, reconheçamos, como a CEB Distribuição não vinha conseguindo cumprir as metas estabelecidas em seus Planos de Negócios, considera-se justificável que ocorresse mudança de rumo.

134. Além disso, compreende-se que se trata de uma ferramenta de gestão da Companhia, estando legalmente inserida no poder discricionário do gestor. Cabe aos Administradores da Empresa Pública o cumprimento dos procedimentos legais para realizar qualquer alteração.

135. E verificando a documentação encaminhada pela CEB, observa-se que não se verificou descumprimento de ritos. Diversas discussões sobre o tema foram realizadas nos encontros do Conselho de Administração da Companhia, como, por exemplo, na 17ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 24/05/2019, na qual foi debatida e aprovada a alteração do Plano de Negócios de 2019/2023⁹⁰.

136. Também, verificou-se que na 588ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 19/12/2019, foi debatido e aprovado o Plano de Negócios da CEB para o período de 2020/2024⁹¹.

137. Por fim, cabe lembrar sobre a 98ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB, realizada em 19/06/2019, que, inclusive foi o motivo para a Representação inicial que deu origem a estes autos, que tratou, dentre outras, da alteração do Plano de Negócios da Companhia.

138. Quanto ao dispêndio com consultorias diversas, que posteriormente não tiveram os seus trabalhos implementados, entende-se que cabe a aplicação do mesmo raciocínio. Compreende-se que são instrumentos de gestão, utilizados por qualquer empresa que busque dados de forma a permitir uma melhor tomada de decisão. Isso não significa uma obrigatoriedade de adoção das medidas constantes nestes trabalhos.

139. Apesar de tratar especificamente de avaliação de concessão de medida cautelar, entende-se cabível, pela similaridade da questão, trazer excertos do acurado Voto do Conselheiro-Relator Inácio Magalhães⁹², condutor da Decisão nº 64/2020:

(...)

Tenho por necessário ressaltar que, a meu ver, ao menos neste juízo perfunctório, ínsito às medidas liminares, os atos praticados até esta

⁹⁰ Peça 151, e-DOC A68A24D0-c (fls. 109/111).

⁹¹ Peça 151, e-DOC A68A24D0-c (fls. 151/154).

⁹² Peça 115, e-DOC 773159DF-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

data tratam apenas de medidas iniciais que não importam na concretização da venda do controle da estatal.

*Note-se que na 98ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB deliberou-se pela “elaboração de **estudos e modelagem** para alienação das ações da CEB Distribuição S.A.”.*

*O Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1 tem por finalidade a estruturação de **projeto** de alienação do controle acionário da CEB-D. Esse ajuste prevê ainda a possibilidade de haver “**desistência** da CEB HOLDING em continuar com o Projeto, manifestada **a qualquer tempo**”.*

Já o edital do Pregão Eletrônico n.º 42/2019-BNDES, que tem por objeto a “contratação de serviços necessários para a desestatização da CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.”, estabelece, no seu Anexo I (Termo de Referência), duas fases de execução contratual.

*A primeira delas é alusiva a “**ESTUDOS PARA A DEFINIÇÃO DA MODELAGEM DE DESESTATIZAÇÃO**” e a segunda, à “**PREPARAÇÃO DO LEILÃO E CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO**”.*

*Registra-se que, nos termos do item 1.2.3 do Termo de Referência, essas duas fases “são **independentes**, e o BNDES **poderá**, a **qualquer momento**, determinar a **interrupção** dos serviços, sem qualquer direito a indenização à CONTRATADA em relação aos produtos não entregues”.*

Verifico, assim, que os procedimentos adotados na seara de estudos e modelagem podem, inclusive, indicar a não efetivação da privatização da CEB-D, ou ser interrompidos a qualquer momento.

A realização de estudos, embora sinalize uma intenção governamental e empresarial inicial de se proceder à privatização, não vincula, em qualquer medida, a decisão final do GDF ou da CEB pela alienação em comento.

É dizer, neste momento, não há qualquer garantia de que a 98ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB, o Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1 e o Pregão Eletrônico n.º 42/2019-BNDES redundarão na desestatização da CEB-D.

(...).

140. *Como muito bem expresso no Voto do Conselheiro-Relator, a assinatura dos contratos de consultoria não são garantia de desestatização da CEB Distribuição, pois tratam apenas de estudos, que podem ou não ser implementados. E entende-se que, desde que esses ajustes tenham sido feitos em conformidade com as normas de regência, mesmo que a Empresa e seu Controlador, após os resultados dos trabalhos, optem pela não alienação, não poderiam ser considerados irregulares os dispêndios com esses contratos.*

141. *E o mesmo argumento pode ser aplicado para o caso dos contratos de consultoria firmados pela CEB em 2017 e 2018. Trataram de levantamentos e estudos que, finalizados, optou-se pela não implementação, por não ser considerado o melhor caminho para a Empresa. Desse modo, não podem ser considerados despesas ilegais.*

IV.b-3 – Sobre o cumprimento do item III da Decisão nº 64/2020.

142. *Relembra-se que no item III da Decisão nº 64/2020, o Tribunal determinou à CEB o encaminhamento, ao Gabinete do*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Relator, de cópia, em meio digital, dos documentos instrutórios que subsidiaram a celebração do Contrato de Estruturação de Projeto n.º 19.2.0511.1, e que foram objeto de pedido de cópia pelo STIU/DF, para análise e deliberação acerca da incidência ou não, na referida documentação, do regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital n.º 34.276/2013.

143. Destaca-se que foram objeto de pedido de cópia pelo STIU-DF os seguintes documentos: notas técnicas que embasaram a contratação; atas das assembleias que deliberaram pela assinatura do contrato; justificativas e pareceres jurídicos; pesquisas de valores praticados no mercado; termo de referência do contrato; minuta contratual e todos os seus anexos; e extrato de publicação do contrato.

144. Inicialmente, verificou-se se na documentação encaminhada pela CEB (Peça 151, e-DOC A68A24D0-c) constavam quase todas as peças relacionadas na determinação da Corte:

➤ **atas das assembleias que deliberaram pela assinatura do contrato** – 20ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da CEB, realizada em 12/08/2019 (fl. 145).

➤ **justificativas e pareceres jurídicos** – Ofício da Secretaria de fazenda (fls. 139/141); Parecer da Diretoria Administrativa-Financeira da CEB (fls. 296/297); Parecer da Consultoria Jurídica da CEB (fls. 298/304); Parecer do Jurídico do Gabinete do Governador (fls. 309/312).

➤ **pesquisas de valores praticados no mercado** – Vide parágrafos 117 a 128 desta Informação.

➤ **termo de referência do contrato** – (fls. 338/357).

➤ **minuta contratual e todos os seus anexos** – (fls. 313/337).

➤ **extrato de publicação do contrato** – Não foi encaminhado ao Tribunal o referido documento.

145. Entretanto, como pode ser visto, não consta da documentação encaminhada pela CEB o extrato de publicação do contrato.

146. Acerca do pedido da CEB, da incidência, na referida documentação, do regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital n.º 34.276/2013, entende-se que não merece prosperar.

147. Afinal, as informações constantes das mencionadas peças já são de amplo conhecimento público, conforme pode ser confirmado inclusive por juntada, nestes autos, de cópias de diversas matérias divulgadas pela mídia sobre a questão.

148. A exposição da situação econômico-financeira da CEB não pode ser considerada irregular, até pelo fato de que é feita, legalmente, na publicação de seus demonstrativos contábeis. E tudo o que consta nestes autos sobre esse tema consta das peças divulgadas.

149. Especificamente quanto ao contrato com o BNDES, ressalta-se que a própria CEB o divulgou, em seu site, no dia em que

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

foi assinado⁹³.

150. Compreende-se que a única informação que não era de conhecimento público no início deste processo, e que poderia ser considerada sensível, notadamente em relação ao mercado de capitais e, conseqüentemente, atingir os interesses dos acionistas minoritários, seria a divulgação da intenção do Controlador em alienar 51% de suas ações da CEB Distribuição.

151. Entretanto, essa decisão foi tornada pública pelo próprio Governo do Distrito Federal desde quando foi feita a convocação para a 98ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB, em junho de 2019, que tratou do tema e que deu origem a estes autos.

V. REPRESENTAÇÃO DO STIU-DF, CONHECIDA COMO NOVO ADENDO À PEÇA INICIAL – PEÇA 136, e-DOC 5B23D4E0-c.

152. Salienta-se que a Corte, por meio da Decisão nº 1655/2020, deliberou sobre essa peça nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: (...) ; b) **do documento de e-DOC 5B23D4E0-c**, protocolado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – Stiu/DF, como adendo à representação de e-DOC 5FBD0ED3-c, **na parte que trata do Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1 e do desenvolvimento dos contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES após o Pregão Eletrônico n.º 42/2019- BNDES; (...)** ; V – **determinar o desentranhamento do documento de e-DOC 34751BED-c dos autos em exame, com a autuação de processo específico** pela Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade para análise do preenchimento dos requisitos de admissibilidade, posto a matéria ali reportada não haver sido encampada pelo órgão ministerial no Ofício n.º 029/2020-GP1P, **bem como a juntada de cópia do e-DOC 5B23D4E0-c no feito a ser autuado, para a devida análise; (...).**

153. Destaca-se que o motivo da juntada de cópia da peça ora em análise a outros autos deve-se ao fato de terem sido tratadas neste documento de questões novas, que não dizem respeito ao debatido neste processo.

154. Assim, a parte que versa sobre a criação de novas subsidiárias da CEB está sendo tratada no Processo nº 00600-00002158/2020-06-e. Desse modo, examina-se nestes autos somente o que trata da contratação do BNDES, conforme deliberado no item I-b da Decisão nº 1655/2020.

155. Do exame deste item, entende-se importante transcrever excertos da nova petição, notadamente no que diz respeito ao momento da alienação⁹⁴:

Isto porque pela aprovação da modelagem e sua conseqüente execução, resta não só comprovado o fundado receio de grave lesão ao erário pelo prosseguimento de desestatização **em pleno cenário de pandemia do**

⁹³ <http://www.ceb.com.br/index.php/noticias/574-ceb-e-bndes-firmam-contrato-para-modelagem-da-alienacao-do-controle-acionario-da-ceb-distribuicao>

⁹⁴ Peça 136, e-DOC 5B23D4E0-c (fls. 03/04).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

COVID-19, ao interesse público, e de risco de ineficácia da decisão de mérito que venha a ser tomada pelos Conselheiros no bojo deste processo.

Cediço é que pandemia afetou diretamente o consumo de energia no país – e o levantamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontou que tal redução foi no montante de 14% do consumo habitual. E não é só: conforme apontado pelo próprio Presidente da CEB Distribuição, os efeitos da pandemia – que são, neste momento, desconhecidos – deverão ser levados em consideração não só pelos acionistas, mas também por eventuais interessados na aquisição do controle acionário da CEB Distribuição, de modo que qualquer modelagem apresentada ou eventualmente aprovada não corresponderá à situação econômico-financeira da CEB, que certamente será afetada pela pandemia.

Ademais, há de se ter em consideração que a ANEEL determinou a suspensão de eventuais cortes no fornecimento de energia elétrica motivados por inadimplência, o que certamente também afetará as finanças da CEB-D, fazendo com que toda e qualquer negociação levada a cabo neste momento certamente se dará em situações excepcionalíssimas e que colocam em efetivo risco o patrimônio público.

Na atual conjuntura de emergência de saúde, não é razoável o desfazimento de bens públicos, principalmente quando se trata de patrimônio vinculado à atividade energética, setor estratégico na economia do Distrito Federal. A venda da empresa pode acarretar alterações na produção e preço final, o que causaria maior abalo aos consumidores, que não podem abster-se da utilização de energia elétrica.

O atual estado de calamidade pública associado à importância econômico-social da atividade da CEB-D invoca, por parte do poder público, a adoção de medidas extraordinárias tendentes a minimizar os impactos negativos da pandemia sobre a vida da população.

A excepcionalidade da situação requer a tomada de decisões que poderiam ser consideradas extravagantes em tempos normais, mas que, por ora, se fazem necessárias para a manutenção ou restabelecimento do equilíbrio econômico-social.

Evidente, portanto, **a necessidade de suspender atos que possam culminar com dispêndio de dinheiro público e negociação do controle acionário da CEB-D antes que o TCDF avalize a regularidade da privatização nos moldes que estão sendo praticados.**

V.a – Manifestação da CEB sobre o item.

156. Ressalta-se que a CEB não se manifestou especificamente sobre este item. Entretanto o fez em relação à Peça 105, e-DOC 5635497B-c, que trata de assunto semelhante (vide parágrafos 97 a 99 desta Instrução). Desse modo, seus argumentos ali colocados servem para este ponto.

V.b – Análise do Corpo Técnico.

157. Quanto a esse ponto, salienta-se que a questão é semelhante ao abordado pelo STIU-DF na Peça 105, e-DOC 5635497B-c, que foi amplamente debatida no item IV, parágrafos 100 a 151 desta Informação. Deste modo, acerca da contratação do BNDES e despesas advindas desse ajuste, notadamente com o Pregão nº 42/2019, compreende-se que pode ser usado, na íntegra, o que foi exposto nos mencionados parágrafos.

158. Frisa-se, contudo, que merece comentário adicional a observação do STIU-DF acerca do momento da negociação, em razão de estarmos em meio à Pandemia do COVID19, o que poderia

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

afetar as condições da transação.

159. E quanto a isso, compreende-se que assiste razão ao STIU-DF. É óbvio que a situação econômico-financeira crítica da CEB Distribuição não tem como causa a mencionada pandemia. Entretanto, o problema, com certeza irá afetar negativamente as finanças da Companhia.

160. Também, é certo que o momento difícil pelo qual passamos, com a economia do país sofrendo as graves consequências do isolamento social, está provocando uma retração econômica forte. E isso, considerando a lei econômica da oferta e da procura, pode afetar os valores envolvidos na negociação dos ativos da CEB Distribuição.

161. Diante disso, é importante que a CEB Holding esteja atenta a esses fatos, para que não possa acarretar desvantagens negociais para a Companhia. Todavia, frisa-se, mais uma vez, que as providências em andamento se tratam apenas de estudos e projetos, podendo ou não ser alienado o controle da CEB Distribuição.

162. E caso se decida levar adiante a alienação em debate, o procedimento poderá ser acompanhado por este Tribunal, visando o pleno atendimento ao que prescreve o artigo 37 da Constituição Federal, quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da transação.

VI. REPRESENTAÇÃO DO STIU-DF, CONHECIDA COMO NOVO ADENDO À PEÇA INICIAL – PEÇA 153, e-DOC 21582647-c.

163. Em 21/07/2020, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF entrou com nova Representação no TCDF.

164. O STIU iniciou a peça informando que está sendo juntado aos presentes autos parecer independente do Professor Gilberto Bercovicci, titular da área de Direito Econômico e Economia Política da Universidade de São Paulo (USP), que analisa, à luz do ordenamento jurídico pátrio, a alienação da CEB Distribuição. Ao tempo em que diz que a íntegra do mencionado parecer consta em anexo, traz excertos das conclusões do Professor Gilberto acerca de algumas argumentações, destacando-se, principalmente, a opinião pela necessidade de autorização legislativa para a alienação da CEB Distribuição⁹⁵.

165. Ainda, sustenta, em síntese, que o Acórdão emitido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar a ADI nº 5624 não autoriza a privatização da CEB Distribuição e que, isso ocorrendo, estaria se desrespeitando a Lei Orgânica do Distrito Federal⁹⁶.

166. Continuando, alegou que estaria havendo um desvio de finalidade ao considerar a CEB Distribuição como uma mera subsidiária, já que ela seria responsável por, aproximadamente 96% das receitas do Holding, além de ter em seus quadros a maioria

⁹⁵ Peça 153, e-DOC 21582647-c (fls. 02/06).

⁹⁶ Peça 153, e-DOC 21582647-c (fls. 06/12).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

*quase que absoluta dos servidores do Grupo*⁹⁷.

167. *Ao final, requereu à Corte*⁹⁸:

1) *Juntada de documento novo (art. 126, §1º e 3º do Regimento Interno do TCDF): PARECER INDEPENDENTE produzido pelo Professor Doutor Titular de Direito Econômico e Economia Política da Universidade de São Paulo (USP), Prof. Dr. Gilberto Bercovici em relação à alienação da CEB-Distribuição;*

2) *Nova instrução processual a ser elaborada pelo corpo técnico do tribunal (art. 122 do Regimento Interno do TCDF) em razão (i) do Parecer Independente do Prof. Dr. Gilberto Bercovici que se junta ao processo; (ii) da íntegra do acórdão do Supremo Tribunal Federal no referendo da medida cautelar da ADI 5.624/DF; e (iii) das argumentações que se apresentam na presente petição;*

3) *Sustentação oral, por procurador devidamente constituído, nos termos do art. 136 do Regimento Interno do TCDF.*

VI.a – Manifestação da CEB sobre o item.

168. *A CEB iniciou sua manifestação fazendo um breve histórico sobre as questões que estão sendo tratadas nestes autos, passando por discorrer sobre os termos do contrato de concessão com a ANEEL, bem como sobre os riscos de se perder a concessão*⁹⁹.

169. *Ao tratar sobre a formação jurídica da CEB Distribuição, reportou aos termos do Contrato de Concessão nº 66/99 – ANEEL, de 26/08/1999, destacando que na Cláusula 14ª ficou estipulada a obrigatoriedade de desverticalização das atividades de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, mediante reorganização societária, com constituição de empresas juridicamente independentes destinadas a explorar, isoladamente, os serviços mencionados*¹⁰⁰.

170. *Prosseguindo, relacionou as normas legais que geraram a obrigatoriedade da referida desverticalização, citou a resolução da ANEEL que autorizou a reestruturação societária da CEB, informando que partir de 13 de janeiro de 2006, a CEB Distribuição passou a ser a exclusiva distribuidora de energia elétrica no Distrito Federal, passando a deter todos os direitos e obrigações da Companhia Energética de Brasília - CEB, abarcando todos seus empregados e toda e qualquer atividade inerente a distribuição dos serviços concedidos*¹⁰¹.

171. *Em seguida, discorreu sobre o julgado do Supremo Tribunal Federal acerca da ADI nº 4.624, que decidiu pela desnecessidade de autorização legislativa para a alienação do controle acionário de subsidiárias e controladas de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, frisando que o deliberado é aplicável ao caso da CEB Distribuição, ao contrário do que afirma*

⁹⁷ Peça 153, e-DOC 21582647-c (fls. 12/16).

⁹⁸ Peça 153, e-DOC 21582647-c (fl. 16).

⁹⁹ Peça 171, e-DOC F2B6C9DE-c (fls. 01/04).

¹⁰⁰ Peça 171, e-DOC F2B6C9DE-c (fls. 04/05).

¹⁰¹ Peça 171, e-DOC F2B6C9DE-c (fls. 05/06).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

os Representantes. Também asseverou sobre a sujeição da CEB à Lei nº 13.303/2016¹⁰².

172. Quanto ao possível desvio de finalidade alegado pelos representantes, manifestou-se nos seguintes termos¹⁰³:

65. O aditamento à representação informa "desvio de finalidade" na alienação da CEB Distribuição S/A, por "fatiamento" da empresa controladora, tendo como fundamento o "debate" sob o assunto nos autos do julgamento da ADI 5624.

66. **Conforme alhures mencionada, o "fatiamento" de empresa controlado para fins de alienação não foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal - STF. Houve, apenas uma discussão na sessão de julgamento da ADI 5624, entre os ministros Ricardo Lewandowski, Rosa Weber e Alexandre de Moraes. Nada mais.**

67. A matéria em discussão da referida ADI 4624 não adentrou no mérito deste ponto informado pelo representante, como se fosse matéria de mérito decidida. Há uma contradição do fato alegado, pois declarada pelo representante que não se aplica da referida ADI no caso concreto, contudo, busca elementos jurídicos da mesma ADI para consubstanciar o pedido de desvio de função. Um "retalho" jurídico.

68. De qualquer sorte, conforme alhures demonstrado a criação da CEB Distribuição S/A se formatou em razão de uma reestruturação societária imposta por lei, visando a divisão de ativos e passivos entre a Companhia Energética de Brasília - CEB, já que, à época, antes do ano/2006, a Companhia era a responsável pelos serviços de iluminação pública, distribuidora de energia elétrica no Distrito Federal, além de outras participações societárias.

69. Visou a reestruturação societária resguardar os serviços próprios a cada empresa constituída. Conforme acima informado outras empresas subsidiárias da Companhia Energética de Brasília - CEB já tinham sido criadas, para atender o seu estatuto social. Restou a criação da CEB Distribuição S/A para abarcar os serviços de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal.

70. Conclui-se, pois, que a alienação do controle acionário da CEB Distribuição S/A tem como fundamento, **igualmente**, a "quebra" de "covenants" regulatório financeiros e/ou operacionais, sob pena de abertura de processo de caducidade, e não em razão de "desvio de finalidade", como quer entender o representante.

71. A Companhia Energética de Brasília - CEB não restou com quase nenhum ativo com afirmado pelo STIU/DF. A CEB tem seu patrimônio como outras empresas subsidiárias e participações societárias, a saber, como subsidiária a CEB Geração S/A, CEB Participações S/A, CEB Lajeado S/A e CEB Gás S/A e como participe de Corumbá IV, Corumbá III e Energética S/A.

72. Logo, não há falar em desvio de finalidade, até porque este tema não foi objeto, sequer, de manifestação de mérito na ADI 4624.

73. **De outra banda, a afirmação de que a subsidiária CEB-D é 11,5 vezes maior que sua controlado, não demonstrou a base de cálculo para chegar a este valor, nem mesmo considerou outras participações societárias da CEB. Ademais, isso não tem correlação com os estudos preliminares de estruturação de alienação do controle acionário. A razão deste estudo e o cumprimento pela CEB Distribuição S/A ao cumprimento das obrigações do**

¹⁰² Peça 171, e-DOC F2B6C9DE-c (fls. 13/21).

¹⁰³ Peça 171, e-DOC F2B6C9DE-c (fls. 22/24).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

contrato de concessão, sob pena de caducidade, matéria já amplamente discutida quanto da defesa originária e sustentação oral.

74. **Ademais**, não houve o esvaziamento ou tendência de esvaziamento do "patrimônio" da Companhia Energética de Brasília - CEB com a criação de subsidiárias. Isso é de fácil compreensão. Em razão da reestruturação societárias da CEB, houve na necessidade, **por força legal**, da separação dos ativos e passivos para atender ao comando do Poder Concedente, União.

75. Melhor dizendo.

76. Não poderia a Companhia Energética de Brasília - CEB realizar serviços de distribuição, geração e transmissão por si só. A reestruturação societária visou justamente esta segregação de atividades de geração, transmissão e distribuição. Neste sentido, não houve qualquer manobra da Controladora (CEB) em esvaziar o seu "capital social", mais sim atender ao comando legal da reestruturação societárias, conforme tópico alhures mencionado.

77. Por outro lado, o desvio de finalidade é, antes de tudo, **uma conduta dissimulada praticada por agente público**, no exercício da função, que demonstra a vontade - ou, pelo menos, a negligência desse praticante - em não se portar conforme a legalidade e moralidade, causando prejuízo à administração pública, na medida que o interesse público - a verdadeira finalidade do ato - não é alcançado, ou seja existe uma vontade do agente público para um fim.

78. No caso este desvio de finalidade inexistente, posto que, repisa-se a criação de subsidiárias da Companhia Energética de Brasília - CEB ocorreu por força de lei.

79. **Desta forma**, fica impugnado especificamente o tema objeto de aditamento a representação.

173. Por fim, a CEB faz referência a possível impropriedade quanto aos aditamentos à representação inicial, entendendo que tumultuam o processo, concluindo nos seguintes termos¹⁰⁴:

86. Diante do exposto, requer, inicialmente, o desentranhamento do aditamento à representação e abertura de processo apartado.

87. No mérito, não seja acolhida as razões do aditamento a representação para determinar seu arquivamento.

88. Tratando de fato novo, requer, desde logo, a intimação da jurisdicionada para sustentação oral por ocasião do julgamento.

VI.b – Análise do Corpo Técnico.

174. Destaca-se que um dos pontos principais do novo adendo à representação inicial trazido pelo STIU-DF, faz referência à necessidade de autorização legislativa para alienação do controle acionário da CEB Distribuição, bem como o fato de que a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal ao deliberar sobre a ADI 5624 não seria aplicável ao caso em discussão.

175. Ressalta-se que esse tema já foi objeto de análise do Corpo Técnico nestes autos, conforme expresso nos parágrafos 40 a 57 da Informação nº 41/2019, na qual encontra-se o exame das peças iniciais das representações tratadas neste processo, e que consta transcrita, na íntegra, no parágrafo 36 da presente Informação.

¹⁰⁴ Peça 171, e-DOC F2B6C9DE-c (fl. 25).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

176. Avaliados os dados trazidos no novo adendo, compreendeu-se que não foram apresentados fatos novos que fossem capazes de alterar o entendimento exposto no referido trabalho. Salienta-se, somente, a questão de que, à época da primeira análise, não havia sido publicado o acórdão do STF e, por isso, sugeriu-se à Corte determinar à CEB que se abstivesse de tomar qualquer medida que viesse a ultimar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição até que ocorresse a publicação do acórdão referente à decisão do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoadada em conjunto as ADI 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029.

177. Ocorre que, em 02/03/2020, a CEB juntou aos presentes autos a publicação do referido documento¹⁰⁵. Em consulta ao sítio do STF, confirmou-se que a publicação se deu em 29/11/2019¹⁰⁶. Desse modo, tornou-se superada a sugestão feita, à época, pelo Corpo Técnico.

178. No mais, reporta-se à análise já realizada, mantendo-se o entendimento já firmado naquela oportunidade, acerca desse ponto.

179. O outro ponto levantado pela nova petição, diz respeito a um possível desvio de finalidade, ao se considerar a CEB Distribuição como uma mera subsidiária, já que ela seria responsável por, aproximadamente 96% das receitas do Holding, além de ter em seus quadros a maioria quase que absoluta dos servidores do Grupo.

180. Destaca-se que, em sua manifestação, a CEB contestou esses números, alegando, em síntese, que não foram consideradas as participações societárias da Empresa. Ressalta-se a opção por não adentrar no debate desses números, por entender que não integram a questão principal, que seria um possível desvio de finalidade.

181. Salienta-se que, na própria petição do STIU-DF, se reporta a trechos de votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para demonstrar o que seria caracterizado o desvio de finalidade:

O Próprio Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.624/DF, debateu sobre caracterizar desvio de finalidade se uma holding transfere seu patrimônio para uma subsidiária alterando de forma artificial a formalidade necessária para a alienação de controle de capital.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Eu quero pontuar também que, em nenhum momento, na minha liminar, eu disse isso. Agora, o que também é causa de preocupação, o que também já foi trazido a este Relator, é **o perigo de se fatiar uma empresa de primeiro grau, uma estatal, uma empresa pública ou de economia mista, de tal maneira a ir criando subsidiárias até se esvaziar completamente o patrimônio dessa empresa. É uma forma de desfazer-se dela contornando a exigência, uma, de autorização legal, outra, de eventualmente desencadeamento do processo licitatório, etc.** Então, são questões interessantes.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES – Ministro Lewandowski, permite-me um aparte do meu aparte mesmo? Concorde com Vossa Excelência. **Neste caso, haveria um desvio de finalidade em relação à autorização genérica.**

¹⁰⁵ Peça 114, e-DOC 45B72A36-c.

¹⁰⁶ <http://stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=5624&processo=5624>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -
Exatamente isso.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - *Aí é patologia!*

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - *Perfeito. Então, isso é preciso ficar bem claro depois. Em nenhum momento, se nós adotarmos essa tese de que pode haver uma autorização genérica que crie e também, em decorrência disso, viermos a admitir que a lei pode genericamente estabelecer determinadas condições, como fez a Lei 9.491, nós devemos deixar bem claro que, eventualmente, **o fatiamento de uma empresa estatal mediante a criação de subsidiárias controladas ou a venda de participações nessas entidades de molde a esvaziar completamente o patrimônio da empresa-mãe, como chama Vossa Excelência, ou de primeiro grau, isto representará um desvio de finalidade.***

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - *Destruindo a empresa-mãe. Se destruir a empresa-mãe, seria, a meu ver, desvio de finalidade.*

(p. 52 – Acórdão ADI 5.624)

182. Observando a situação fática, entende-se que não assiste razão aos Representantes. Compreende-se que não ficou caracterizado o uso de subterfúgios por parte da CEB, para se adequar ao deliberado pela Corte Suprema.

183. Afinal, conforme ficou demonstrado nos autos, a CEB Distribuição foi criada há mais de 10 anos, por força de lei, não sendo, portanto, possível que isso fosse feito como forma de fatiar a Empresa para alienação futura de seu controle acionário.

184. Mesmo sem adentrar à análise detalhada dos números, é sabido que a CEB Distribuição é, sem dúvida, o “carro-chefe” do grupo, até pela atividade que desempenha, que necessita de muito maior número de funcionários que as demais subsidiárias da Holding, bem como de movimentação de recursos bem superiores às demais.

185. Entretanto, entende-se que esse fato não é suficiente para descaracterizá-la como subsidiária, bem como excluí-la da sujeição às normas legais preconizadas na Lei nº 13.303/2016.

186. Diante do exposto, compreende-se que não merecem prosperar as alegações do STIU-DF constantes do novo adendo à Representação Inicial.

187. Destaca-se que, nesta fase, tanto o STIU quanto a CEB solicitaram autorização para sustentação oral quando do julgamento do feito. Dessa forma, a Corte deve, também, deliberar sobre a questão.

VII. REPRESENTAÇÃO DO STIU-DF, CONHECIDA COMO NOVO ADENDO À PEÇA INICIAL – PEÇA 173, e-DOC BD145CC1-c.

188. Em 13/08/2020, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF entrou com nova Representação no TCDF¹⁰⁷, que também foi

¹⁰⁷ Peça 173, e-DOC BD145CC1-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

conhecida como adendo à peça inicial pela Decisão nº 3396/2020.

189. O STIU iniciou reafirmando os mesmos argumentos já trazidos em suas Representações anteriores, como: possíveis irregularidades na convocação da Assembleia que alterou o Plano de Negócios 2019/2023, necessidade de autorização legislativa para alienação do controle acionário da CEB Distribuição, bem como a viabilidade financeira da citada Empresa¹⁰⁸.

190. Reiterou suas alegações no que diz respeito a possíveis ilegalidades na contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para elaboração de projeto de alienação da CEB Distribuição e voltou a informar que a Companhia está levando adiante as medidas para a alienação da Distribuidora, a despeito de não ter decisão definitiva da Corte¹⁰⁹:

Portanto, apesar desta Corte de Contas ainda estar analisando a viabilidade e a legalidade da privatização nos moldes escolhidos pela Jurisdicionada, fato é que já estão sendo praticados atos administrativos no sentido da concretização da privatização – fatos estes que têm sido exaustivamente noticiados a esta Corte, com sucessivos pedidos cautelares com o intento de resguardar a efetividade de eventual decisão pelo TCDF. No entanto, o entendimento tem se mantido no sentido de que não haveria razão de ser em eventual suspensão cautelar do procedimento de privatização.

Ocorre que, mais uma vez, vem esta entidade sindical trazer ao conhecimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal a execução de mais uma etapa correlata à privatização da CEB-D, **qual seja, a disponibilização, via abertura do data room, da Sala de Informações/Data Room para os potenciais investidores no processo de desestatização da CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”), nos termos do Manual de Procedimento de Diligências dos Interessados, disponibilizado nos sítio eletrônico da Companhia – vide Comunicado ao Mercado disponibilizado pela CEB hoje, dia 11 de agosto de 2020.**

De acordo com o manual disponibilizado pela própria Companhia, **os leilões estão previstos para outubro de 2020, ou seja, daqui a dois meses**, e até o momento esta Corte não se pronunciou de forma definitiva sobre a necessidade de chancela do Legislativo para a desestatização da CEB Distribuição.

Assim como nas diversas outras oportunidades em que esta Corte foi noticiada sobre os atos preparatórios à privatização, mais uma vez a Administração da CEB e o Governo do Distrito Federal colocam em cheque o resultado útil deste processo, e até mesmo a jurisdição desta Corte de Contas, cujo trabalho técnico será evidentemente desperdiçado caso não se determine, de imediato, a suspensão de todas as diligências que visem o prosseguimento à execução da proposta de modelagem de desestatização, até que o TCDF se manifeste de maneira definitiva acerca dos pedidos constantes da denúncia inicial.

191. Prosseguindo, informou sobre cometimento de possíveis irregularidades pela CEB, no que tange à falta de publicidade de atos da Administração a Conselheiro¹¹⁰:

Veja-se: em 10 de junho de 2020, foi convocada a **28ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da CEB Holding**,

¹⁰⁸ Peça 173, e-DOC BD145CC1-c (fl. 02).

¹⁰⁹ Peça 173, e-DOC BD145CC1-c (fls. 03/04).

¹¹⁰ Peça 173, e-DOC BD145CC1-c (fls. 05/06).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

conforme atesta o e-mail recebido pelo Conselheiro de Administração, como representante dos trabalhadores da empresa.

A convocação em questão indicou como pauta da reunião a discussão e eventual aprovação dos estudos apresentados pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - referentes à reestruturação societária e financeira da CEB Distribuição com vistas a privatização, bem como convocação de Assembleia Geral Extraordinária para aprovação da modelagem de privatização.

Do mesmo e-mail, depreende-se que os documentos pertinentes à modelagem da desestatização foram encaminhados a todos os Conselheiros de Administração, **à exceção do Autor**, sob a alegação de que haveria conflito de interesse do membro do Conselho de Administração da CEB que representa os trabalhadores da empresa em relação à participação em quaisquer discussões relativas à alienação do controle acionário da empresa ou que impacte a sua estrutura acionária.

Ocorre que, numa mudança repentina de comportamento, a CEB não só cancelou a realização da reunião acima mencionada, mas também decidiu disponibilizar os estudos e modelagem da desestatização, e os estudos econômico-financeiros da concessionária a terceiros, sem antes dar ciência ao Conselho de Administração, nem mesmo aos acionistas, vilipendiando mais ainda processo já gravemente maculado.

E não é só: conforme se verifica da decisão que segue anexa, a Comissão de Valores Mobiliários reconheceu que a CEB, ao alijar o representante dos trabalhadores das reuniões relativas à privatização, **cometeu ilegalidades e, ao passo em que o a tomada de decisões ficou prejudicada pela censura prévia a um Conselheiro de Administração, consequência direta disto é a anulação de todas as decisões anteriores que foram tomadas sob premissas ilícitas.**

Nessa esteira, inobstante todas as demais ilegalidades que foram trazidas à baila nesse processo, mais uma vez se aponta aqui o risco de que as decisões se tornem inócuas caso haja demora na prestação da tutela. O requisito da urgência, ora chamado de *periculum in mora* ora chamado de 'risco de dano irreparável', é explícito, uma vez que os dados da situação econômico-financeira da CEB já estão sendo disponibilizados a terceiros e a Companhia já anunciou que os leilões ocorrerão em **outubro de 2020**.

Evidente, portanto, **a necessidade de suspender atos que possam culminar com dispêndio de dinheiro público e negociação do controle acionário da CEB-D antes que o TCDF avalize a regularidade da privatização nos moldes que estão sendo praticados.**

192. Também, alegou a falta de análise, pela Corte, dos Embargos de Declaração interpostos pela CEB contra a Decisão nº 64/2020 e finalizou o documento, requerendo, **in verbis**¹¹¹:

- i. Seja determinada **medida cautelar para suspender eventual análise e execução da modelagem de desestatização da CEB Distribuição, bem como seja impedido o acesso de qualquer pessoa ou interessado aos documentos disponibilizados no data room**, até que este Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada nestes autos;
- ii. Alternativamente, requer seja determinada medida cautelar para impedir o acesso **de qualquer pessoa ou interessado aos documentos**

¹¹¹ Peça 173, e-DOC BD145CC1-c (fls. 06/07).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

disponibilizados no data room, até que o Conselho de Administração da CEB Holding, bem como seus acionistas deliberem sobre a avaliação econômico-financeira e jurídica realizada;

- iii. Que sejam julgados, com a urgência necessária, os Embargos de Declaração opostos pela CEB à decisão 64/2020, bem como seja dado regular andamento ao feito, com a disponibilização dos documentos relativos à contratação do BNDES para gerir a desestatização da CEB-D.

VII.a – Manifestação da CEB sobre o item.

193. Inicialmente, ressalta-se que em 14/08/2020 foi juntado aos presentes autos Ofício da CEB, no qual a Empresa manifesta-se, exclusivamente, acerca da questão da sala de informações (Data Room)¹¹².

194. Entretanto, como, posteriormente, a Companhia encaminhou novos esclarecimentos, dessa vez tratando de todos os fatos abordados pelo STIU, inclusive o Data Room¹¹³, far-se-á referência somente ao último documento, para se evitar repetições de argumentos.

195. A CEB iniciou sua manifestação fazendo um breve resumo sobre a nova petição do STIU-DF, afirmando que não foram trazidos fatos novos capazes de interferir na causa¹¹⁴.

196. Acerca da acusação de possíveis irregularidades no que tange à falta de publicidade de atos da Administração a Conselheiro, a CEB principiou admitindo o recebimento de alerta da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no qual se informou a inexistência de conflito de interesses, que não há impedimento para a participação do Conselheiro representante dos empregados em deliberação sobre eventual privatização, além de advertir que seja cumprida a orientação, sob pena de abertura de processo de natureza sancionadora¹¹⁵.

197. Manifestou a sua discordância quanto ao posicionamento da CVM, informando que, em razão disso, já interpôs recurso ao colegiado daquela Comissão, estando ainda pendente de julgamento. Ainda, asseverou que a presente questão não deve influenciar no julgamento do mérito da causa, em razão de não ter decisão definitiva¹¹⁶.

198. Em seguida, apresentou alegações que contestam o entendimento firmado pela CVM, finalizando o debate acerca desse tema específico informando que os atos de impedimento do Conselheiro Ricardo Bernardo da Silva, representante dos empregados, orientaram-se em parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF¹¹⁷.

199. Quanto à questão da abertura da Sala de Informações/Data Room, iniciou informando que se trata de um ambiente controlado e organizado, apto a permitir que potenciais investidores obtenham informações sobre a Companhia, para avaliação. Afirmou que os

¹¹² Peça 172, e-DOC FF429E48-c.

¹¹³ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c.

¹¹⁴ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fls. 01/03).

¹¹⁵ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fls. 03/04).

¹¹⁶ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fl. 04).

¹¹⁷ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fls. 04/11).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

documentos ali disponibilizados são protegidos por sigilo empresarial, firmado em termo de compromisso, pelos interessados¹¹⁸.

200. Citou exemplos de casos em que esse tipo de procedimento foi utilizado em processos de alienação de ativos de outras empresas, esclarecendo que o Data Room não representa a antecipação de atos de venda, tampouco gera expectativa de direito aos potenciais investidores. Afirmou que as boas práticas recomendam o fornecimento de informações a potenciais interessados, e que a abertura da Sala permite maximizar a captura de valor do ativo para o erário. Declarou que não existe irregularidade, mas somente a adoção de medidas no sentido de estabelecer o valor das ações da CEB Distribuição, caso a desestatização seja aprovada pelos órgãos competentes¹¹⁹.

201. Ainda sobre esse ponto, prosseguiu, afirmando que houve distorção, por parte dos representantes, acerca do comunicado ao mercado feito pela CEB para informar aos investidores sobre a abertura do Data Room. Asseverou que o procedimento foi feito para atender à Instrução da CVM, e está respeitando as normas legais. Também, voltou a afirmar que a abertura da Sala não representa a antecipação de atos concretos de venda, tampouco gera expectativa de direito aos potenciais investidores ou fere o sigilo empresarial. Em razão de tudo isso, não vê motivos para suspender referido procedimento¹²⁰.

202. Voltando à questão do Conselheiro representante dos empregados, a CEB tornou a afirmar seu entendimento de que existe conflito de interesses na sua participação no processo, e informou, sobre a 28ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, que a mesma não ocorreu. Por isso não foi disponibilizada documentação a nenhum conselheiro¹²¹.

203. Por fim, informou sobre uma ação popular movida pelo Conselheiro Eleito, na qual foi solicitada ao Poder Judiciário a suspensão da Sala de Informações, comunicando que a decisão foi em desfavor do impetrante¹²². Para corroborar sua afirmação, juntou a estes autos cópias do mencionado processo¹²³.

VII.b – Análise do Corpo Técnico.

204. Inicialmente, ressalta-se que a maioria dos pontos trazidos na nova peça do STIU, como: possíveis irregularidades na convocação da assembleia que alterou o Plano de Negócios 2019/2023, necessidade de autorização legislativa para alienação do controle acionário da CEB Distribuição, viabilidade financeira da citada Empresa, além de provável desvio na contratação do BNDES, já foram exaustivamente debatidos no decorrer destes autos, não se fazendo necessária nova abordagem nesse item.

205. Como fatos novos trazidos no adendo agora em análise, observa-se somente a questão do funcionamento da Sala de

¹¹⁸ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fl. 11).

¹¹⁹ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fls. 11/13).

¹²⁰ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fls. 13/14).

¹²¹ Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fls. 15/16).

¹²² Peça 187, e-DOC 9C7675CF-c (fls. 16/18).

¹²³ Peça 188, e-DOC 2B6BB4CB-c e Peça 189, e-DOC 23EC45B3-c.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Informações/Data Room e o impedimento de participação do Conselheiro Eleito pelos Empregados nas deliberações sobre a alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

206. Destaca-se que os Representantes alegaram, também, falta de análise, pela Corte, dos Embargos de Declaração interpostos pela CEB contra a Decisão nº 64/2020. Entretanto, vê-se que não tem sentido a afirmação do STIU/DF, pois em 20/05/2020, por meio da Decisão nº 1.655/2020, o Tribunal deliberou sobre a questão¹²⁴. Dessa forma, far-se-á referência somente aos dois pontos indicados no parágrafo 205 retro.

VII.b-1 – Sobre o funcionamento do Data Room.

207. Acerca dessa questão, compreende-se que não assiste razão aos Representantes. Conforme já debatido nestes autos, assim como a contratação do BNDES, entende-se que também se trata de procedimento prévio, que não tem o condão de gerar uma obrigatoriedade para a execução da alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

208. Trata-se somente de cessão de informações a potenciais interessados no processo de alienação, sendo que os dados disponibilizados são devidamente protegidos por Termos de Confidencialidade, assinado por aqueles que acessam à base disponibilizada, conforme disposto no Manual de Procedimento de Diligências dos Interessados no Processo de Desestatização da CEB Distribuidora, divulgado no sítio do BNDES¹²⁵.

209. Observa-se que a instalação de referidas salas é um procedimento prévio usual nos casos de alienação de ativos, conforme pode ser observado nos casos das distribuidoras da Eletrobrás, da CELG - Goiás e, atualmente, da CEB Distribuição e da CEEE-D – Rio Grande do Sul¹²⁶.

VII.b-2 – Sobre o impedimento de participação do Conselheiro Eleito pelos Empregados nas deliberações sobre a alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

210. Quanto a esse ponto, entende-se que têm razão os Representantes. Compreende-se que seria até desnecessária qualquer discussão do tema no âmbito destes autos, neste momento, pois a própria CEB, em sua manifestação, admitiu ter recebido o alerta da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de que não existe o conflito de interesses na participação do Conselheiro Eleito que representa os empregados da Empresa nas discussões sobre a alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

211. Destaca-se que a CVM, como Órgão Regulador, alertou para possível abertura de processo para aplicação de penalidade, caso a CEB não dê acesso às informações sobre a questão da alienação ao mencionado Conselheiro.

¹²⁴ Peça 138, e-DOC F9295C72-e.

¹²⁵ <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/cc0210a0-0da3-4f11-8a75-5438a00d5df2/CEBD+Manual+de+Procedimentos+de+Dilig%C3%AAncias.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ngxHPCj>

¹²⁶ https://www.google.com.br/search?xsrf=ALeKk01NNS38ybdWqPNNdGQSm9YJJ7MVBg%3A1600694731166&ei=y6loX_XiCbvM5OUPmqOM6Ak&q=data+room+na+privatiza%C3%A7%C3%A3o&oq=data+room+na+privatiza%C3%A7%C3%A3o&gs_lcp=CgZwc3ktYWIQAzoECCMQJzoHCCMQsAIQJ1DYVIjOeWCtfWgAcAB4AIABiwiAdIOkgEHMC42LjctMZgBAKABAaoBB2d3cy13aXrAAQE&scient=psy-ab&ved=0ahUKEwi19ODGrPrrAhU7JrkGHZorA50Q4dUDCA0&uact=5



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

212. Ressalta-se que a CEB informou ter entrado com recurso para que a CVM altere a referida decisão. Entretanto, sem entrar no mérito do caso, até por entender que ao tema cabe a análise e a deliberação final do Órgão Regulador, compreende-se, que a Companhia deve obedecer ao determinado, sob pena de incorrer em irregularidades.

213. Desse modo, entende-se que deve ser feito um alerta à CEB, para que cumpra o deliberado pela CVM, proporcionando igualdade de tratamento entre o Conselheiro Eleito pelos empregados da Empresa e os demais membros do Conselho de Administração, notadamente no que tange às questões relativas à alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

VIII. NOVO REQUERIMENTO DO STIU-DF, AINDA NÃO CONHECIDO PELA CORTE – PEÇA 190, e-DOC F0C6A3B0-c.

214. Em 24/09/2020, já com a presente Informação em fase final de revisão, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF entrou com novo requerimento no TCDF.

215. Nessa última peça, O STIU iniciou voltando a reafirmar que já estão sendo praticados atos administrativos no sentido da concretização da privatização da CEB Distribuição. Continuando, fez referência a um dos requerimentos de sua autoria, que traz parecer do Professor Gilberto Bercovicci¹²⁷.

216. Prosseguindo, noticiou sobre uma votação, pelo Conselho de Administração da CEB, de proposta da Administração da CEB, embasada em relatórios de premissas e cenários técnico-operacionais, de avaliação econômico-financeiras e de proposta de modelagem de desestatização da CEB Distribuição, reclamou da demora no julgamento do caso e finalizou requerendo, *in verbis*¹²⁸:

- i. Seja certificado o decurso de prazo para manifestação da PGDF em relação ao documento e-DOC BD145CC1-c;
- ii. **A imediata remessa do processo ao SEGEM**, para que este proceda à nova instrução processual em razão (i) do Parecer Independente do Prof. e-DOC FFEF4CD1 Proc 14174/2019-e e-DOC F0C6A3B0 Proc 14174/2019-e Dr. Gilberto Bercovicci que se junta ao processo; (ii) da íntegra do acórdão do Supremo Tribunal Federal no referendo da medida cautelar da ADI 5.624/DF; e (iii) das argumentações que se apresentaram naquela petição, quais sejam a) usurpação de competência da Câmara Legislativa Distrital à luz da Lei Orgânica do Distrito Federal; b) desvio de finalidade em relação ao o Acórdão do STF na medida cautelar da ADI 5.624/DF – **com a urgência e prioridade já reconhecidas por todos os Conselheiros desta Corte de Contas**;
- iii. Ato contínuo, que seja o processo em questão incluído em pauta, com a mesma urgência e prioridade acima mencionadas, para julgamento de seu mérito em caráter definitivo.

¹²⁷ Peça 190, e-DOC F0C6A3B0-c (fls. 02/03).

¹²⁸ Peça 190, e-DOC F0C6A3B0-c (fls. 04/06).



VIII.a – Análise do Corpo Técnico.

217. Do exame da mais recente peça encaminhada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF, observa-se que não foi trazido nenhum fato novo. Somente se fez referência a temas que já foram discutidos e, como questão central, requereu-se que seja julgada, de forma definitiva, a questão tratada nestes autos.

218. Destaca-se que a análise do mérito acerca do parecer do Professor Gilberto Bercovicki foi feita no item VI, parágrafos 163 a 187 desta Informação. Sobre a questão da não manifestação da PGDF, registra-se que não ocasionou a paralisação do exame do presente processo. Desse modo, compreende-se que o requerimento do STIU/DF em exame neste item não traz dados suficientes para interferir na avaliação já realizada nestes autos.

219. Ressalta-se a plena compreensão de que o procedimento padrão para o trâmite dessa última peça do STIU/DF seria a análise prévia da admissibilidade, para, posteriormente se fazer o exame de mérito da questão.

220. Entretanto, em nome da celeridade processual que o caso requer, bem como pelo fato de o mencionando requerimento não trazer nenhum fato que ainda não tenha sido debatido nestes autos, compreende-se que poderia se tomar conhecimento da peça e, de forma simultânea, se fazer a análise final de mérito das questões tratadas neste processo.

IX. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

221. Destaca-se que os presentes autos foram autuados, inicialmente, para tratar de representação, com pedido de liminar, formulada por diversos empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB, acerca de possíveis irregularidades atinentes à convocação para assembleia de acionistas da empresa, que teve por objeto, dentre outros, a deliberação sobre a alteração do Plano de Negócios 2019/2023 e a captação de recursos associados com a alienação de participação acionária da CEB Distribuição.

222. Posteriormente, foi autorizada a entrada do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF, como interessado no processo.

223. Ressalta-se que as supostas irregularidades apontadas pelos Representantes e pelo STIU/DF foram semelhantes e, por isso, analisadas em conjunto pelo Corpo Técnico.

224. Acerca de suposto descumprimento de determinações estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei 5.577/2015, principalmente sobre a necessidade de autorização legislativa para a

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

alienação do controle acionário da CEB Distribuição, entendeu-se que não foram comprovadas as irregularidades levantadas pelos Representantes.

225. *Quanto à Lei Distrital nº 5.577/2015, resta claro que é uma regra autorizativa, não tendo o caráter vinculante. Sobre a necessidade de autorização legislativa, que seria preceituada no artigo 19 da Lei Orgânica do DF, também não cabe a aplicação, já que a Norma faz essa determinação para Empresas Públicas e não suas subsidiárias, como é o caso da CEB Distribuição.*

226. *Permanecia uma dúvida interpretativa sobre esse assunto, que foi dissipada com a Decisão do STF no julgamento do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoada em conjunto as ADI 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029, que conferiu ao art. 29, caput, Inc. XVIII, da Lei nº 13.303/2016, interpretação conforme a Constituição Federal, de que a exigência de autorização legislativa não se aplica a alienação do controle de subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.*

227. *Destaca-se que, conforme debatido nos parágrafos 40 a 57 da Informação nº 41/2019 – DIGEM2, transcrita no parágrafo 36 deste Informação, o fato de o julgado em questão ser de um Recurso Extraordinário já lhe compete repercussão geral. Restava, entretanto, a publicação do Acórdão. Na Peça 114 a CEB encaminhou a informação sobre a publicação, o que foi confirmado no sítio do STF como dia 29/11/2019.*

228. *Em 20/11/2019, o STIU-DF encaminhou novo documento ao Tribunal, contendo informações complementares aos termos apresentados na Representação (Peça 61, e-DOC EA0448FE-c). No item II, parágrafos 40 a 75 desta Informação, fez-se a análise dos dados encaminhados.*

229. *Inicialmente, atualizou-se os dados financeiros, já que o Sindicato afirmou ter havido melhora nos resultados. Avaliada a questão, observou-se que ocorreram melhoras nos números da CEB-D. Entretanto, a situação ainda é muito complexa. Ressalta-se que uma das medidas que mais impactaram a obtenção de um resultado positivo em 2019 foi a negociação com o Governo do Distrito Federal que permitiu o diferimento do pagamento de parte do ICMS referente aos meses de março a novembro de 2019.*

230. *Somente com essa ação, a CED-D deixou de desembolsar, em 2019, mais de R\$ 300 milhões. Contudo, trata-se apenas de um adiamento do problema, pois a despesa deverá ser paga em sua totalidade em 2020, o que irá afetar sobremaneira os resultados deste ano.*

231. *Desse modo, entende-se que persiste a difícil situação econômico-financeira da CEB-D, não sendo os novos dados apresentados suficientes para alterar o entendimento do Corpo Técnico acerca desse ponto, já expresso na Informação nº 41/2019-DIGEM2.*

232. *Ainda quanto à Peça 61, e-DOC EA0448FE-c, o STIU-DF declarou que a Empresa ENEL, que adquiriu a antiga Companhia Elétrica do Estado de Goiás – CELG-D, é cotada para assumir a direção da CEB-D. Alertou para o fato da referida distribuidora estar*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

prestando serviços de péssima qualidade no Estado vizinho.

233. *Da análise da questão, verificou-se que, realmente, a ENEL tem tido sérios problemas na distribuição de energia em Goiás, tendo sido, inclusive, aberta uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO, para apuração dos fatos. Também, verificando o Ranking da Continuidade dos Serviços, divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, observa-se que a ENEL Goiás obteve o pior desempenho de todas as concessionárias em 2018 e o segundo pior desempenho em 2019.*

234. *Ressalta-se que não se está, neste momento, debatendo sobre uma compra da CEB-D pela ENEL, já que não existe nenhum dado concreto que possa confirmar a informação da existência de qualquer negociação nesse sentido.*

235. *Entretanto, como está em curso esse procedimento de levantamento prévio, entende-se importante que se tenha um pleno conhecimento sobre as condições operacionais de qualquer um dos possíveis interessados no projeto. Afinal, não se justificaria a substituição do controle da CEB-D por uma empresa que apresente tantos problemas e que poderá trazer danos à população do Distrito Federal.*

236. *Salienta-se, contudo, que a efetivação do processo de alienação que porventura vier a acontecer, poderá ser acompanhado por este Tribunal, visando o pleno atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Desse modo, compreende-se que não cabe a antecipação do debate nestes autos.*

237. *Em 26/11/2019, o STIU-DF entrou com nova Representação no Tribunal, questionando a legalidade do Contrato de Estruturação de Projeto nº 19.2.0511.1, firmado entre a CEB Holding, o GDF e o BNDES, bem como as despesas advindas deste, com o Pregão BNDES 42/2019 (Peça 67, e-DOC F1ECAAE2-c).*

238. *Conforme análise empreendida no item III, parágrafos 76 a 89 desta Informação, entendeu-se que não mereciam prosperar as alegações do Sindicato, pois trata-se de um acordo para elaboração de um plano para uma possível alienação do controle societário da Empresa, o que não significa uma autorização para a efetivação da venda.*

239. *Em 30/01/2020, o STIU-DF adentrou com mais uma petição no TCDF, que também foi conhecida como adendo à peça inicial. Na Peça 105, e-DOC 5635497B-c, o Sindicato voltou a questionar sobre possíveis irregularidades no Contrato de Estruturação de Projeto nº 19.2.0511.1. Também, argumentou sobre a legalidade na alteração do Plano de Negócios da Companhia, bem como dos dispêndios com consultorias.*

240. *Analisa a questão no item IV, parágrafos 90 a 151 desta Informação, concluiu-se que a contratação do BNDES atendeu aos preceitos estabelecidos na Lei nº 13.303/2016, não sendo observados indícios de irregularidades. Chegou-se ao mesmo entendimento tanto na questão da alteração do Plano de Negócios, quanto no caso dos gastos com consultorias.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

241. Destaca-se que, também, foi avaliado o cumprimento à determinação da Corte constante do item III da Decisão nº 64/2020, acerca do encaminhamento, ao Gabinete do Relator, de cópia, em meio digital, dos documentos instrutórios que subsidiaram a celebração do Contrato de Estruturação de Projeto nº 19.2.0511.1, e que foram objeto de pedido de cópia pelo STIU/DF, para análise e deliberação acerca da incidência ou não, na referida documentação, do regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital nº 34.276/2013.

242. Do exame da referida documentação, concluiu-se que não está sujeita ao regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital nº 34.276/2013, pois as informações constantes das mencionadas peças já são de amplo conhecimento público, conforme pode ser confirmado inclusive por juntada, nestes autos, de cópias de diversas matérias divulgadas pela mídia sobre a questão. Entendeu-se que a exposição da situação econômico-financeira da CEB não pode ser considerada irregular, até pelo fato de que é feita, legalmente, na publicação de seus demonstrativos contábeis. E tudo o que consta nestes autos sobre esse tema consta das peças divulgadas.

243. Compreendeu-se que a única informação que não era de conhecimento público no início deste processo, e que poderia ser considerada sensível, notadamente em relação ao mercado de capitais e, conseqüentemente, atingir os interesses dos acionistas minoritários, seria a divulgação da intenção do Controlador em alienar 51% de suas ações da CEB Distribuição. Contudo, essa decisão foi tornada pública pelo próprio Governo do Distrito Federal desde quando foi feita a convocação para a 98ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB, em junho de 2019, que tratou do tema e que deu origem a estes autos.

244. Em 18/05/2020, o STIU-DF entrou com nova petição no TCDF, que, mais uma vez, foi conhecida como adendo à peça inicial. A Peça 136, e-DOC 5B23D4E0-c questionou, basicamente, sobre a legalidade do Contrato de Estruturação de Projeto nº 19.2.0511.1, firmado entre a CEB Holding, o GDF e o BNDES, bem como as despesas advindas desse ajuste, notadamente com o Pregão nº 42/2019. Avaliada a questão no item V, parágrafos 152 a 162 desta Informação, concluiu-se que o tema é semelhante ao tratado na Peça 105, e-DOC 5635497B-c, sendo aplicada a mesma análise constante dos parágrafos 82 a 143, também desta informação, opinando pela inexistência de irregularidades.

245. Frisou-se, entretanto, a observação do STIU-DF acerca do momento da negociação, em razão de estarmos em meio à Pandemia do COVID19, o que poderia afetar as condições da transação. E quanto a isso, compreende-se que assiste razão ao STIU-DF. É óbvio que a situação econômico-financeira crítica da CEB Distribuição não tem como causa a mencionada pandemia. Entretanto, o problema, com certeza irá afetar negativamente as finanças da Companhia. Também, é certo que o momento difícil pelo qual passamos, com a economia do país sofrendo as graves consequências do isolamento social, está provocando uma forte retração econômica. E isso, considerando a lei da oferta e da procura, pode afetar os valores envolvidos na negociação dos ativos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

da CEB Distribuição.

246. Diante disso, é importante que a CEB Holding esteja atenta a esses fatos, para que não possa acarretar desvantagens negociais para a Companhia. Todavia, frisa-se, mais uma vez, que as providências em andamento se tratam apenas de estudos e projetos, podendo ou não ser alienado o controle da CEB Distribuição.

247. E caso se decida levar adiante a alienação em debate, o procedimento poderá ser acompanhado por este Tribunal, visando o pleno atendimento ao que prescreve o artigo 37 da Constituição Federal, quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da transação.

248. Em 21/07/2020, o STIU/DF entrou com novo adendo à Representação inicial, juntando parecer do Professor Gilberto Bercovicki, titular da área de Direito Econômico e Economia Política da Universidade de São Paulo (USP), que analisou a alienação da CEB Distribuição. Ao contestar a legalidade do processo, argumentou sobre a necessidade de autorização legislativa para a alienação da CEB Distribuição, que o Acórdão emitido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar a ADI nº 5624 não autoriza a privatização e que estaria havendo um desvio de finalidade ao considerar a CEB Distribuição como uma mera subsidiária, já que ela seria responsável por, aproximadamente 96% das receitas do Holding, além de ter em seus quadros a maioria quase que absoluta dos servidores do Grupo.

249. Examinadas as questões no item VI, parágrafos 163 a 187 da presente Informação, compreendeu-se que não merecem prosperar as alegações do STIU-DF constantes do novo adendo à Representação Inicial.

250. Destaca-se que, nesta fase, tanto o STIU quanto a CEB solicitaram autorização para sustentação oral quando do julgamento do feito. Dessa forma, a Corte deve, também, deliberar sobre a questão.

251. Em 13/08/2020, mais uma vez o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF entrou com nova Representação no TCDF, que também foi conhecida como adendo à peça inicial.

252. Destaca-se que a maioria dos pontos trazidos nesta peça, como: possíveis irregularidades na convocação da assembleia que alterou o Plano de Negócios 2019/2023, necessidade de autorização legislativa para alienação do controle acionário da CEB Distribuição, viabilidade financeira da citada Empresa, além de provável desvio na contratação do BNDES, já haviam sido debatidas nestes autos.

253. Também, os Representantes alegaram falta de análise, pela Corte, dos Embargos de Declaração interpostos pela CEB contra a Decisão nº 64/2020. Entretanto, viu-se que não tem sentido a afirmação do STIU/DF, pois em 20/05/2020, por meio da Decisão nº 1.655/2020, o Tribunal deliberou sobre a questão.

254. Dessa forma, como fatos novos trazidos no adendo agora em análise, observou-se somente a questão do funcionamento da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Sala de Informações/Data Room e o impedimento de participação do Conselheiro Eleito pelos Empregados nas deliberações sobre a alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

255. *Avaliados esses dois pontos, conforme exposição feita no item VII, parágrafos 188 a 213 desta Informação, entendeu-se que não merecem prosperar as alegações do STIU acerca do funcionamento da Sala de Informações/Data Room.*

256. *Entretanto, quanto ao fato relativo ao impedimento de participação do Conselheiro Eleito pelos Empregados nas deliberações sobre a alienação do controle acionário da CEB Distribuição, compreendeu-se que assiste razão ao Sindicato. Desse modo, entende-se que deve ser feito um alerta à CEB, para que cumpra o deliberado pela CVM, proporcionando igualdade de tratamento entre o Conselheiro Eleito pelos empregados da Empresa e os demais membros do Conselho de Administração, notadamente no que tange às questões relativas à alienação do controle acionário da CEB Distribuição.*

257. *Em 24/09/2020, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF entrou com novo requerimento no TCDF.*

258. *Nessa última peça, O STIU voltou a afirmar que já estão sendo praticados atos administrativos no sentido da concretização da privatização da CEB Distribuição e fez referência a um dos requerimentos de sua autoria, que traz parecer do Professor Gilberto Bercovicki. Por fim, reclamou da demora no julgamento do caso.*

259. *Do exame da peça, concluiu-se que não foi trazido nenhum fato novo que seja suficiente para interferir na avaliação já realizada nestes autos.*

260. *Destaca-se o conhecimento de que o procedimento padrão para o trâmite dessa última peça do STIU/DF seria a análise prévia da admissibilidade, para, posteriormente se fazer o exame de mérito da questão.*

261. *Entretanto, em nome da celeridade processual que o caso requer, bem como pelo fato de o mencionando requerimento não trazer nenhum fato que ainda não tenha sido debatido nestes autos, compreende-se que poderia se tomar conhecimento da peça e, de forma simultânea, se fazer a análise final de mérito das questões tratadas neste processo.” (destaques originais)*

Diante disso, foi sugerido ao Egrégio Plenário a adoção das seguintes medidas:

“I. tomar conhecimento das alegações complementares do STIU/DF (peça 190), bem como da manifestação da CEB (peças 187, 188 e 189);

II. considerar parcialmente procedentes as representações dos Empregados da CEB e do STIU/DF, no tocante à participação do Conselheiro Eleito pelos Empregados nas deliberações sobre a alienação do controle acionário da CEB Distribuição, bem como



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

quanto ao acesso às informações disponibilizadas aos demais Conselheiros;

III. acerca do item III da Decisão nº 64/2020, considerar que a documentação ali mencionada não está sujeita ao regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital nº 34.276/2013;

IV. alertar à CEB, para que cumpra o deliberado pela CVM, proporcionando igualdade de tratamento entre o Conselheiro Eleito pelos empregados da Empresa e os demais membros do Conselho de Administração, notadamente no que tange às questões relativas à alienação do controle acionário da CEB Distribuição, de forma a evitar penalidades por parte daquele Órgão Regulador;

V. deliberar sobre o pedido de sustentação oral da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU/DF e da Companhia Energética de Brasília, conforme solicitações constantes das Peças 75, 153 e 171, respectivamente;

VI. autorizar:

a) a ciência da Decisão que vier a ser prolatada, do Relatório/Voto e desta Informação aos Representantes e ao STIU/DF, nas pessoas dos advogados constituídos, bem como à CEB e à PGDF;

b) o retorno dos autos à SEGEM para fins de arquivamento.”

As análises e a proposta de encaminhamento apresentadas pelo auditor de controle externo contaram com a concordância do Diretor da 2ª Digem/TCDF e do Secretário-substituto da Segem/TCDF (e-DOC 45794F71-e e 280B099D-e).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Instado a se manifestar, o MPjTCDF opinou por intermédio do Parecer nº 869/2020-GP1P (e-DOC 9DD99BBD-e), da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do qual se destacam os seguintes excertos:

“(…)

56. Os autos foram enviados ao Corpo Técnico que proferiu a Informação 77/20, sobre a qual o MPC/DF passa a se manifestar, analisando-a em tópicos.

57. Veja-se que a derradeira peça técnica historiou os autos e partiu para análise dos documentos, repisando o que já havia manifestado ao proferir a Informação nº 41/2019, para considerar improcedentes as representações dos Empregados da CEB e do STIU/DF, sugerindo, contudo, determinação à CEB, para que se abstenha de tomar qualquer medida que venha a ultimar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição até que seja publicado o acórdão referente à decisão do Recurso Extraordinário – RE 5.626, apregoada em conjunto as ADI 5.624, 5.846, 5.924 e 6.029. Contudo, tal publicação veio a ocorrer em 29/11/2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

I – NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. DESESTATIZAÇÃO X DESINVESTIMENTO. PARALELISMO DE FORMAS

58. Como se viu, *referida Informação foi precedida do Parecer nº 592/19, do MPC/DF, parcialmente transcrito alhures, não havendo, com as vênias de estilo, qualquer motivo para que o MPC/DF reveja o seu posicionamento, que é pela procedência das Representações.*

59. Ao contrário, a leitura do acórdão do STF não deixa qualquer margem a dúvida de que, ao invés do que pretende a Companhia, não configurou mero **obiter dictum** a argumentação que revela a importância do papel do legislador nesse processo.

60. A discussão supra citada girou em torno da Lei 13.303/2016, que se propõe a regulamentar o art. 173, § 1º, da Constituição Federal, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998. Seja como for, os artigos da Lei 13.303/2016 que foram impugnados não tratam expressamente da dispensa da autorização legislativa.

61. Na sequência, o Presidente da República editou o Decreto n. 9.188/2017 a pretexto de regulamentar o disposto no art. 29, XVIII, da Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016.

62. Note-se que há precedentes do STF em que a tese da imprescindibilidade de autorização legislativa, por meio de lei em sentido formal, para a prática de atos que importem perda do controle acionário por parte do Estado, teria sido acolhida (ADI 234/RJ, ADI 1.703/SC, ADI 1.348/RJ), aduzindo a inconstitucionalidade material da dispensa de licitação para alienação de ativos de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias e controladas, bem como de sociedades de propósito específico criadas para gerir concessões públicas, por violação dos arts. 37, XXI, e 173, § 1º, III, da Constituição.

63. Não deve ser à toa que o Relator, em 27/6/2018, concedeu em parte a cautelar, ad referendum do Plenário, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 29, caput, XVIII, da Lei 13.303/2016¹²⁹, afirmando que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário, bem como que a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas.

64. E o mesmo relator, continuou:

“Ainda que a eventual decisão de o Estado deixar de explorar diretamente determinada atividade econômica, constante do art. 173 da Constituição Federal, seja uma prerrogativa do governante do momento, não se pode deixar de levar em consideração que os processos de desestatização são conformados por procedimentos peculiares, dentre os quais, ao menos numa primeira análise do tema, encontra-se a manifestação autorizativa do

¹²⁹ Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista (Vide Lei nº 1.4002, de 2020): XVIII - na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem. (Vide ADIN 5624) (Vide ADIN 5846) (Vide ADIN 5924) (Vide ADIN 6029)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Parlamento (...) Assim, ao que parece, nesse exame preambular da matéria, não poderia o Estado abrir mão da exploração de determinada atividade econômica, expressamente autorizada por lei, sem a necessária participação do seu órgão de representação popular, porque tal decisão não compete apenas ao Chefe do Poder Executivo. (...) Com relação - e essa é a minha convicção nesse aspecto - às empresas públicas de economia mista, uma vez autorizadas por lei a ingressarem no ambiente privado para explorar determinada atividade econômica, essa retirada exige uma lei”.

65. Nos debates, deixou-se claro, ainda, que a Lei 13.303/2016 não trata de privatização e não alterou a Lei 9491/17.

66. Mais, ainda: deixou-se claro, também, que eventualmente, o fatiamento de uma empresa estatal mediante a criação de subsidiárias controladas ou a venda de participações nessas entidades **de molde a esvaziar completamente o patrimônio da empresa-mãe, ou de primeiro grau, isto representará um desvio de finalidade, sendo essa precisamente a hipótese de que se cuida.**

67. Vejamos o que expressou o Senhor Ministro Alexandre de Moraes:

“o Estado atuando como empresário, ele é que poderá ou não criar, fundir, investir, tirar daqui pra ali, entendo que ele possa, o Estado, vender todas as suas ações de uma determinada subsidiária; possa investir em outra; numa que ele é majoritário, ele vira minoritário; na outra que ele é minoritário, agora é interessante virar majoritário; ele está nas regras aqui de mercado do Direito privado. O que ele não pode - e aí me parece ser a única limitação - é perder o controle acionário da empresa-mãe, aí nós estamos falando de privatização. A privatização é regida por lei específica, ou seja, se houve uma lei específica que autorizou a criação, volta ao exemplo Petrobras: autorizou a criação da Petrobras e uma lei genérica para criar ou não subsidiárias. No tocante às subsidiárias, é para manter a saúde financeira empresarial da empresa-mãe, aí, é o administrador, é o Poder Executivo que tem o comando. O que não pode é desconstituir um ato complexo, a lei complementar que falou qual área de atuação, a lei ordinária específica que criou a Petrobras é por vontade unilateral. Nesse caso, a meu ver, é a única limitação; a única limitação é a venda do controle acionário da empresa-mãe, não das subsidiárias”

68. **Obviamente, como estamos falando da perda do controle acionário da empresa-mãe, isso significaria privatização, o que não é regulamentado pela Lei 13.303/2016, muito menos pelo art. 29, XVIII:**

“prevista no inciso XIX do artigo 37 da Constituição Federal, para criação da Sociedade de Economia Mista (“Empresa-mãe”), a saber: a mesma previsão de “lei formal específica” para autorizar a criação é exigida para a alienação de seu controle acionário, conforme, inclusive, salientei no já citado julgamento da ADI 1703, de minha relatoria (Pleno, julgamento em 8/11/2017). Dessa maneira, entendo que não há necessidade de prévia e específica autorização legislativa para a alienação do controle acionário das sociedades de economia mista e suas subsidiárias ou controladas, salvo na hipótese de alienação do controle acionário de Sociedade de Economia Mista (“Empresa-mãe”) criada por “lei formal específica”, nos termos do inciso XIX do artigo 37 da CF”.

69. **Portanto, na linha do que decidiu o STF:**

“Há um conjunto de precedentes do Supremo Tribunal Federal, em sua compreensão majoritária, que indicam a autorização legislativa. (...) mas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

dúvida não há de que o Tribunal assentou nesta ADI que lei formal específica é necessária se houver alienação do controle acionário de sociedade de economia mista. Esse entendimento foi mais tarde confirmado no julgamento da ADI 1.703, aqui também já referida. (...) Pois bem, todos esses argumentos e os inúmeros precedentes que cito estão a indicar, de maneira inequívoca, que a alienação de ações de sociedade de economia mista e das empresas públicas **que implique a transferência, pelo Estado, de direitos que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais está sujeita à autorização legislativa**" (Ministro Edson Fachin)

70. Ou seja, independentemente do nome que se dê, o que interessa, como bem delineou a Senhora Ministra Carmem Lúcia, quanto às empresas públicas e às sociedades de economia mista, é que se há exigência de autorização legislativa prévia para criar, haverá, também, para alienar, porque ela deixa de ser estatal e muda a sua natureza.

71. É esse precisamente o caso que se analisa, ou seja, no caso da CEB, não há que se falar em holding no sentido tradicional, porque a holding pode ser apenas a que coordena todas as outras. Na verdade, a CEB distribuição é o coração do negócio, e o que está em jogo é, de fato, a privatização.

72. Não há dúvidas para o MPC/DF da necessária participação do Poder Legislativo local, prévia, a toda essa discussão.

73. É tão claro esse entendimento que o STF houve por bem divisar a desestatização do desinvestimento. Naquela, o Estado se retira da execução de determinada atividade e o produto da venda de ativos se incorpora ao patrimônio do ente político instituidor da empresa desestatizada. No caso do desinvestimento, por outro lado, o produto da venda do ativo, inclusive do controle acionário de subsidiárias, vai para a empresa matriz, e não para o ente político que a controla. A empresa matriz, em gestão de seu portfólio, poderá, então, reinvestir o produto da venda de ativos em outros empreendimentos, constantes de seu objeto social, com a finalidade de atingir melhores resultados, em linha com o princípio da eficiência (Ministra Rosa Weber).

74. A hipótese dos autos é de clara desestatização e, não, de desinvestimento.

75. Acaso se permita o que se delineia, haverá, sim, abdicação, pelo Estado, da sua posição de intervenção direta, ou seja, a alienação de ativos não irá em favor da estabilidade econômica da estatal controladora, mantendo hígidos os objetivos buscados pelo legislador quando da autorização para a sua criação (Senhor Ministro Luiz Fux).

76. Reforce-se que se não o for por esse argumento, o seria por outro, incluso no próprio acórdão do STF, que fez valer o paralelismo das formas, fazendo prevalecer o entendimento segundo o qual as empresas subsidiárias não dependem de autorização específica para serem criadas nem para serem alienadas, o que não é, como exhaustivamente se demonstrou, o caso no DF.

77. Reafirma, assim, o MPC/DF o seu entendimento de que o alijamento da CLDF é grave caso de ilegalidade a macular todo o procedimento.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

78. *Nesse caso, o MPC/DF opina no sentido de que a CEB cesse todo e qualquer processo de desestatização, até que a CLDF se pronuncie*¹³⁰.

79. *Em seguida, o Corpo Técnico passou, a partir do item 41, na metade da sua Informação, a discorrer sobre as novas peças juntadas aos atos.*

II – A SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA DA CEB-D E A PANDEMIA. NECESSÁRIA AUDITORIA EM AUTOS APARTADOS.

80. *Iniciou o Corpo Técnico aludindo ao arquivamento, pela ANEEL, do Plano de Melhorias e Providências da CEB-DIS, por considerar satisfatório os resultados alcançados.*

81. *A esse respeito, defendeu que a CEB tem razão em suas afirmações, pois em nenhum momento, neste processo, discutiu-se sobre os indicadores de continuidade DEC e FEC, até porque, à época da Representação e análises os referidos indicadores estavam sendo cumpridos. Além disso, observando as Demonstrações Financeiras de 2019, verificou-se que não foram cumpridas as metas estabelecidas pela ANEEL acerca dos mencionados indicadores, fato que deve ser objeto de adoção de providências pela CEB-D, já que a ocorrência não pode se repetir por três anos consecutivos, sob pena de abertura de processo de caducidade, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, firmado entre a Companhia e a Agência Reguladora em 2015.*

82. *Na sequência, aludiu-se à recuperação econômico-financeira da Empresa, isso porque, para o Sindicato, a CEB Distribuição está em plena recuperação financeira. Para corroborar sua afirmação, anexou as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 3º trimestre de 2019, além de matéria da imprensa em que é divulgado um lucro de R\$ 39,7 milhões.*

83. *Aqui, houve atualização das informações, com a publicação das Demonstrações Financeiras Anuais de 2019, com o que se chegou à conclusão de que, **realmente, ocorreu uma reversão no resultado da CEB-D em 2019.** Do exame da Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos, constante das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, observa-se que a Empresa, **depois de ter apresentado em 2018 um prejuízo no valor de R\$ 33.678 milhões, em 2019 passou a ter lucro de R\$ 41.892 milhões**, o que decorreu, principalmente, dos efeitos das receitas financeiras geradas pelo Programa Recupera e da redução das despesas financeiras, sobretudo pela estratégia de postergação do ICMS, privilegiando amortizações de Passivos mais onerosos, como os parcelamentos de ITAIPU e do Mercado de Curto Prazo – MCP. Implementadas essas e outras medidas, ocorreu, também, uma leve redução na dependência do capital de terceiros.*

84. ***Inequívoco, portanto, que ocorreram melhoras nos números da CEB-D. E é inegável que a estratégia adotada foi muito importante, e surtiu o efeito esperado, já que permitiu o***

¹³⁰ O STF pode ser acionado a respeito (o que pode ser obtido por meio de Reclamação, por exemplo: artigo 102, inciso I, alínea "I", da Constituição Federal), caso se insista na prática. Visa garantir a autoridade das decisões do STF, ou seja, quando decisões monocráticas ou colegiadas do STF são desrespeitadas ou descumpridas por autoridades judiciárias ou administrativas. Com relação ao tema de Repercussão Geral, o instituto é ainda questionável (RCLs 11427 e 11408).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 14.174/19e

cumprimento dos termos do Contrato de Concessão, evitando a possibilidade de abertura do processo de caducidade e dando uma margem de mais um exercício para a Companhia buscar uma reversão do quadro.

85. Entretanto, a situação ainda é muito complexa, segundo o Corpo Técnico, persistindo a difícil situação econômico-financeira da CEB-D.

86. Com a máxima vênia, o MPC/DF irá, com todas as vênias de estilo, insistir na necessidade de se analisarem os fatos à luz do atual momento vivido em nossa cidade; em nosso país e no mundo.

87. É incontestável que as medidas que vinham sendo adotadas surtiram efeitos, sendo justo presumir que se repetiriam, até mesmo porque a infringência requer o descumprimento de duplo tipo em dois anos consecutivos, mas isso não ocorreu, se considerados os exercícios de 2018 e de 2019. Para que isso se efetivasse, seria necessário considerar o presente ano de 2020, atípico, no qual se enfrenta um evento de proporções mundiais: a pandemia provocada pelo novo coronavírus.

88. Esse trágico evento foi suficiente para que o Estado construísse um novo marco jurídico, a que a Ciência do Direito já atende pelo novo Direito Público de Emergência, que abarcou até mesmo a flexibilização da “regra de ouro” orçamentária, com uma profusão de normas e decisões judiciais, que impactaram a gestão fiscal e financeira dos estados, inclusive, a dinâmica da execução contratual. Vide a EC 106; a LC 173 e a Lei 13979, fora inúmeras outras existentes nos mais diversos níveis da nossa Federação.

89. A jurisprudência também inovou e órgãos como o STF e o CNJ tiveram importante papel, protagonistas de decisões e orientações visando ao enfrentamento da situação, que exige regras especiais, como especial é o momento vivido.

90. No setor energético, não é diferente. A ANEEL proibiu temporariamente o corte de energia por inadimplência para residências e atividades consideradas essenciais, por meio da Resolução 878. O governo federal também concedeu isenção para os consumidores beneficiados pela Tarifa Social durante a pandemia, com a Medida Provisória nº 950.

91. A Aneel regulamentou a Conta Covid, como é chamado o socorro ao setor elétrico, e definiu os critérios para estabelecer os valores que serão repassados mensalmente a cada distribuidora para reequilibrar o caixa. Eles abrangem todas as consequências dos efeitos gerados pelas medidas de isolamento social, a exemplo da redução de arrecadação devido aos clientes que não puderam pagar suas contas de energia.

92. Ou seja, com a redução da energia elétrica causada pela pandemia, o setor foi impactado, seja no óbvio atraso nos investimentos, na redução de demanda, perdas e diminuição das atividades de manutenção, o que ocorreu em todo o mundo.

93. É dentro desse cenário que se deve observar as decisões proferidas pela nossa Corte Suprema, ao defender que “O

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

surgimento da pandemia de Covid representa uma condição superveniente absolutamente imprevisível e de consequências gravíssimas, que afetará, drasticamente, a execução orçamentária anteriormente planejada, exigindo atuação urgente, duradoura e coordenada de todas as autoridades, **tornando, por óbvio, lógica e juridicamente impossível o cumprimento de determinados requisitos legais compatíveis com momentos de normalidade**" (Senhor Ministro Alexandre de Moraes, ADI 6357).

94. Portanto, com a máxima vênia, não é possível atribuir ao exercício de 2020 a mesma performance para os anos anteriores e se exigir que o acordo antes estabelecido seja pactuado nas mesmas bases. Não faz sentido. Nem em 2020 e quiçá nos anos subsequentes. Já se fala que a regra de ouro deve ser descumprida até 2023¹³¹.

95. Não deve ser à toa que, após o insucesso em tentativa de acordo com o poder concedente competente em processo administrativo, a concessionária de serviços de transporte coletivo de passageiros do Município de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, obteve, por meio de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, permissão para adotar medidas imediatas para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato em virtude da queda substancial de demanda por conta da COVID-19. Ou seja, **foi autorizada a adaptação (unilateral) na forma de execução do contrato – com o redimensionamento das obrigações:**

Com efeito, em razão da pandemia, registra-se em todo o território nacional acentuada redução do número de pessoas que fazem uso do transporte público, o que implica imediata e brutal queda da receita aferida pelas concessionárias, de modo que proibir a readequação da logística referente à prestação do referido serviço público implicará desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, passivo que poderá eventualmente ser cobrado do próprio erário municipal. Ademais, é inquestionável o interesse público envolvido na necessidade de resguardar a continuidade e a qualidade da prestação de serviço essencial à população, o que, neste momento, depende da capacidade da empresa concessionária de reorganizar de forma eficaz a execução de percursos e horários, resguardado o interesse dos usuários do serviço público em questão (Suspensão de Liminar e de Sentença n°. 2696 do Superior Tribunal de Justiça, j. 24.4.2020, DJ 28.4.2020).

96. Apesar da questão envolver transporte público, pode e deve ser trazida para o presente, tornando frágil o argumento da CEB de que precisa cumprir o pacto celebrado em 2015, pena de caducidade, sem considerar os efeitos da pandemia sobre o acordo celebrado.

97. Ao contrário, o gestor deve buscar junto à ANEEL a revisão do pacto, considerando a sua performance no ano de 2019, por exemplo, e todas as alternativas de que possui para promover as adequações necessárias para a manutenção da concessão.

98. **Não menos importante para essa questão é ainda o forte argumento aduzido pelo Corpo Técnico desta Corte, no sentido de que "é certo que o momento difícil pelo qual passamos, com a economia do país sofrendo as graves consequências do**

¹³¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/05/governo-nao-tem-condicao-de-cumprir-regra-de-ouroate-2023-afirma-mansueto>

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

isolamento social, está provocando uma retração econômica forte. E isso, considerando a lei econômica da oferta e da procura, pode afetar os valores envolvidos na negociação dos ativos da CEB Distribuição”.

99. Por qualquer ângulo que se veja, então, não se encontram justificativas eficientes e econômicas, para se pôr em prática um projeto de privatização, dessa envergadura, nesse momento de pandemia, e este argumento é jurídico, em obediência aos artigos 37 caput e 70, ambos da Constituição Federal.

100. Nesse sentido, o MPC/DF defende que o TCDF oportunize, também, à ANEEL a possibilidade de integrar o feito, querendo, para que possa trazer clareza aos autos do que, de fato, é possível ser feito nesse ano de pandemia, em face do inevitável descumprimento do acordo celebrado em 2015, a fim de se evitar a caducidade, em preservação do patrimônio público, já que o DF é o maior acionista da CEB Distribuição.

III – Contrato de Estruturação de Projeto nº 19.2.0511.1, firmado entre a CEB Holding, o GDF e o BNDES. Novos Planos de Negócios.

101. Segundo o Corpo Técnico, não merecem prosperar as alegações do Sindicato com relação ao Contrato de Estruturação de Projeto nº 19.2.0511.1, firmado entre a CEB Holding, o GDF e o BNDES, pois se trata de um acordo para elaboração de um plano para uma possível alienação do controle societário da Empresa, o que não significa uma autorização para a efetivação da venda. Do mesmo modo, quanto ao Pregão Eletrônico nº 42/2019 – BNDES, entendeu-se que, também, não assiste razão ao STIU-DF.

102. Pesquisando a respeito, viu-se, todavia, que **no Rio Grande do Sul (RS) ocorreu o inverso do que aconteceu no DF**. Com a posse do governador Eduardo Leite, foi encaminhado à Assembleia Legislativa que **aprovou o Projeto de Lei nº 263/2019, autorizando a privatização da CEEE**. Após essa lei, foi assinado em 16 de agosto de 2019 um contrato entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para estruturar o processo de desestatização da companhia e coordenar o processo de privatização. Desta forma, o BNDES passou a proceder a entrega do patrimônio da CEEE, que se encontra na fase de Consulta Pública promovida pela Agência Reguladora Federal – ANEEL¹³².

103. Portanto, com as vênias de estilo, **o exemplo demonstra que é totalmente procedente a Representação do Sindicato, sendo temerária a inversão das fases, até mesmo porque outra pode ser a decisão da CLDF**.

104. O MPC/DF, assim, corrobora com o Sindicato de que o gasto antieconômico se agrava, ao ser considerado que houve dispêndio de valores com empresas de consultoria para realização do objeto previsto na Lei Distrital nº 5.577/2015, que autorizou a alienação de participações acionárias da CEB, determinando que a receita oriunda das alienações fosse aplicada pela subsidiária CEB Distribuição em

¹³² https://mab.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mab_rs.pdf

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

investimentos, pagamento de tributos e amortização de dívidas oriundas de empréstimos contraídos até a data de publicação da referida Norma.

105. A despeito disso, em pleno momento de retomada e reconstrução da situação financeira da CEB-D, foram ignorados os trabalhos, alterando-se o Plano Negócios da Empresa e celebrando o referido contrato que implicará no pagamento de, ao menos, R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

106. Ou seja, pelos mesmos motivos já enfocados, o MPC/DF irá discordar também da alegação efetuada pelo Corpo Técnico de que não assiste razão ao STIU-DF, por entender que não se verificaram indícios de que a alteração do Plano de Negócios da Companhia se deu de forma açodada.

107. Ora, sequer houve início de cumprimento do Plano aprovado, com as iniciativas autorizadas em lei.

108. Assim, com as vênias de estilo, as contratações de consultorias diversas não podem ser vistas como atos individuais, dissociados de justa causa, pois o patrimônio nele investido não é particular. É necessário que se atrele ao gasto a devida motivação.

109. Nesse mesmo diapasão, não se pode aceitar como razoável que apesar das dificuldades financeiras por que passa a CEB, o gestor esteja autorizado a celebrar quaisquer contratos, antecipando-se ao devido marco legal. É patente, ao ver do MPC/DF, com as vênias de estilo que o funcionamento do Data Room é uma clara antecipação da privatização que se quer realizar, em momento antecedente à análise da CLDF; diante da falta de demonstração cabal da situação financeira da CEB-D¹³³ e tratativas junto à ANEEL.

110. No que toca à regularidade do Contrato nº 19.20511.1, o Corpo Técnico fez uma acurada análise dos aspectos legais que permearam a contratação em tela, à luz da Lei 13.303/2016.

111. Este Órgão Ministerial acompanha o Corpo Técnico quanto ao correto enquadramento no artigo 30, inciso II e § 1º, da Lei nº 13.303/2016¹³⁴, diante da inegável expertise do BNDES em questões

¹³³ “O preço anunciado para privatizar uma das melhores distribuidoras de energia do país é uma verdadeira pechincha. É equivalente ao de um Airbus A380-800. Só um dos terrenos que a CEB tem vale mais do que o GDF está cobrando pela companhia. (...) A CEB é lucrativa, não deficitária como o ele diz. Nos últimos anos, só não deu lucro em 2018 porque o GDF deu calote e não pagou as dívidas com a empresa. Mesmo assim, o lucro acumulado nos últimos cinco anos chega aos R\$ 115 milhões. Só no ano passado, foi de R\$ 42 milhões. A empresa tem patrimônio suficiente para fazer frente a esse problema e, ainda, tem quase R\$ 2 bilhões a receber em valores atualizados. (...) No Noroeste, ela tem um terreno de 280 mil m², quase do tamanho de um bairro. Tem ainda um terreno enorme na Ceilândia de 200 mil metros, cerca de 17 projeções em Taguatinga e o terreno da sede no SIA, em área nobre e supervalorizada. Os números não mentem. (...) A venda do terreno do Noroeste sozinho daria para pagar a dívida e ainda sobriaria o equivalente ao que o GDF espera arrecadar com a venda da empresa. (...)— bastaria mudar a destinação de uso do terreno e permitir que fosse vendido de forma desmembrada, em projeções. (...) Nos últimos cinco anos, a CEB foi finalista e venceu por três vezes, inclusive em 2019, o Prêmio Aneel de Qualidade para a Região Centro-Oeste, cujo critério para a escolha é a avaliação dos próprios consumidores. Essa é a maior premiação do setor elétrico, e a CEB, entre as 31 grandes distribuidoras brasileiras, é a sétima melhor em nível nacional. (...) A CEB nunca chegou perto da possibilidade de perder a concessão, pois, antes dela, teriam que perder a concessão as 23 empresas privadas, das 26 existentes, que estão atrás dela no Ranking de Qualidade da Aneel. O ranking expressa a qualidade dos serviços, como numa cesta de índices, não tendo relevância um índice ou outro isolado, para dizer se uma empresa vai bem ou mal. Para a Aneel, como num campeonato, o que vale é a posição na tabela (Texto de autoria do Senador Izalci Lucas, pelo DF: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2020/10/4881667-a-ceb-so-vale-um-aviao.html>).

¹³⁴ Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de: (...) II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico. § 1º



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

relacionadas às privatizações ocorridas no Brasil, assim como no que se refere à escolha do executante. Aliás, nesse ponto, o Sindicato não apontou irregularidade capaz de macular a contratação.

112. Por outro lado, este Órgão Ministerial diverge quanto à conclusão dada à questão da justificativa do preço, imposição constante do artigo 30, § 3º, inciso III da Lei nº 13.303/2016.

113. Veja que o Corpo Técnico, ao analisar a documentação acostada pela CEB (peça 151), em que apresentou a metodologia de precificação, a remuneração em casos de sucesso e insucesso do projeto e o ressarcimento pelos gastos realizados por terceiros, além de pesquisa de mercado e valor estimado da contratação, ressaltou que, ao buscar informações acerca dos contratos mais recentes firmados pelo BNDES¹³⁵, não logrou êxito, pois somente conseguiu localizar o Contrato nº 21133/2019, firmado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul com o BNDES, sendo possível verificar o valor do contrato, de R\$ 22.959.356,00, inferior ao dos autos.

114. Em sequência, o Corpo Técnico apresentou uma tabela comparativa dos valores dos pregões de desestatização – BNDES (transcrita acima), sendo possível aferir que os valores são aproximados com os praticados no mercado.

115. Entretanto, com a mais respeitosa vênia, reitero que não restou plenamente atendido o item III (justificativa do preço) do artigo 30 da Lei 13.303/2016. Veja que estamos diante de uma contratação direta, pautada no fato de que estão inseridos no objeto do contrato a prestação de serviços técnicos especializados, que deveriam ser realizados por empresa de notória especialização que, no caso, é o BNDES, como dito pelo Corpo Técnico. Tal fato, no sentir do MPC/DF, torna ainda mais rigorosa a justificativa dos preços praticados, cuja pesquisa de mercado deve levar em consideração a contratação de empresas cujo objeto sejam mais próximos ao dos autos.

116. Embora o Corpo Técnico tenha apresentado a 'Tabela 4 Comparativo dos valores dos pregões de desestatização – BNDES', verifico que apenas uma das empresas atua na área de energia, não sendo bastante para embasar a contratação pelo preço ajustado. Os valores apontados na aludida tabela podem até dar um ar de equivalência de preços, mas deve-se buscar equivalência também em relação a outros fatores, como a estrutura e complexidade da operação que envolve a contratante.

*117. Desta forma, lamentando **divergir** do Corpo Técnico, este Órgão Ministerial pugna para que a CEB preste informações mais precisas acerca da justificativa do preço contratado, de modo a indicar quais os parâmetros utilizados para a prática do preço, no presente feito.*

Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

¹³⁵ Casa da Moeda do Brasil - CMB; Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB, responsável pelo metrô da capital gaúcha; Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

118. Em arremate, este Órgão Ministerial entende ser de bom alvitre, caso ainda não tenha ocorrido, que esta Corte determine a realização de **inspeção** no **Contrato nº 19.20511.1**, até mesmo para que se tenha pleno conhecimento dos meandros do ajuste entabulado entre a CEB, GDF e BNDES.

IV - OUTROS ARGUMENTOS

119. O Corpo Técnico analisou informações trazidas pelo STIUDF no que se refere à qualidade dos serviços prestados pela ENEL no Estado de Goiás, confirmando que realmente foi aberta uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO, para apuração dos fatos. Além disso, verificando o Ranking da Continuidade dos Serviços, divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, observa-se que a ENEL Goiás obteve o pior desempenho de todas as concessionárias em 2018 e o segundo pior desempenho em 2019.

120. Sobre a criação de novas subsidiárias, a matéria está sendo tratada nos autos 2158/20.

121. Por fim, acerca da inviabilidade de participação do Conselheiro representante dos empregados, o MPC/DF concorda com o Corpo Técnico de que se deva emitir um alerta à CEB, para que cumpra o deliberado pela CVM, proporcionando igualdade de tratamento entre o Conselheiro Eleito pelos empregados da Empresa e os demais membros do Conselho de Administração, notadamente no que tange às questões relativas à alienação do controle acionário da CEB Distribuição.

V – AUDIÊNCIA REQUERIDA AO MPC/DF PELO SINDICATO E PELA DIRETORIA DA CEB

122. No dia 09/10, o MPC/DF atendeu pedidos de audiência formulados pelas partes interessadas, cujas peças oferecidas ao Parquet, por suas relevâncias, fazem parte integrante desta peça.

123. Pela CEB, foi ofertado um minudente apanhado, intitulado Projeto de Desestatização. Chama-se a atenção para o fato de que os Ofícios da ANEEL, citados a fls. 8, serem anteriores às melhorias dos indicadores, segundo foi esclarecido em reunião.

124. Além disso, afirmou-se que o Ministério das Minas e Energias, sob a intermediação do TCU e ANEEL, teria expedido ato¹³⁶ que prorrogou por 03 anos a concessão, desde que iniciado neste ato o processo de privatização. O envio desta peça ocorreu no dia de hoje, pela manhã.

125. Antes mesmo, contudo, em pesquisa à rede mundial de computadores, o MPC/DF já havia encontrado a seguinte notícia:

“O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, assinou Despacho que estabelece o deslocamento das metas constantes no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da CEB Distribuição pelo período de três anos, **em caso de transferência de controle**, mediante processo licitatório.

Pelo Despacho, publicado no DOU de hoje (18/08), **as metas operacionais e econômico-financeiras de 2021, 2022 e 2023 terão os valores dos**

¹³⁶ Em anexo a este Parecer.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

anos de 2018, 2019 e 2020, respectivamente, e constarão de Termo Aditivo a ser assinado pelo novo concessionário de distribuição.

Esse deslocamento de metas é fundamental para que o processo de desestatização da CEB-D seja atrativo, promova o interesse público, garanta o atendimento de todas as metas regulatórias e confira segurança jurídica e regulatória ao novo investidor.

É importante destacar que a transferência do controle societário da CEB-D e a consequente adoção de práticas próprias de uma empresa privada são essenciais para a reversão da situação operacional, econômica e financeira da Distribuidora, além de possibilitar a retomada de sua capacidade de investimento.

A possibilidade de deslocamento de metas foi inserida na Lei 12.783/2013 com o intuito de facilitar a desestatização das companhias distribuidoras federais, estaduais e municipais que porventura estivessem descumprindo ou próximas a descumprir os parâmetros estabelecidos para a prorrogação das concessões.

Cabe ressaltar também que, a partir dessa aprovação do deslocamento temporal das obrigações, este deve ser inserido no edital de licitação da empresa, que é o instrumento em que se dará ampla publicidade das regras a que estarão sujeitos os novos controladores da companhia.

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Assessoria de Comunicação Social

Ministério de Minas e Energia¹³⁷

126. Da parte do Sindicato, novas missivas defendendo a possibilidade de reversão do quadro atual, ou seja, de que a maior dívida é de ICMS, com taxa de juros dentro do limite regulatório; forte tendência de queda com gastos de pessoal; receitas a receber, inclusive, possuindo créditos junto ao GDF de mais de 100 milhões; além de propriedades.

127. Fez-se menção, ainda, à realização de audiência pública a respeito do mencionado processo de privatização, marcada para o dia 14/10/20, que restou mantida, apesar de judicializada a questão, conforme divulgação feita pela imprensa¹³⁸.

V- CONCLUSÃO

128. Com essas considerações, o MPC/DF reitera o seu posicionamento precedente e opina no sentido de que o TCDF delibere pela necessária autorização legislativa prévia, para que o processo de desestatização ocorra.

129. Na sequência, é importante também chamar a atenção para a responsabilidade dos órgãos de controle nesse cenário. Por outras palavras, o descontrole ou as condutas desviantes não podem ser ignoradas pelo controle externo.

130. Assim, paralelamente a essa questão, é importante que o TCDF autorize a abertura de processo de fiscalização com a realização de uma profunda auditoria especial nos órgãos de Governança Superior da CEB, a fim de se identificar o motivo da dívida e do alegado

¹³⁷ 1 http://www.mme.gov.br/todas-as-noticias/-/asset_publisher/pdAS9lCdBICN/content/mme-estabelece-novascondicoes-para-desestatizacao-da-ceb-distribuicao

¹³⁸ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/assembleia-de-privatizacao-da-ceb-esta-mantida-com-decisao-de-2a-instancia>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

desequilíbrio dessas contas¹³⁹; se eles existem e podem ser superados. Essa questão não esgota os autos 25150/17¹⁴⁰, os quais não devem, ao ver desta Procuradora, tramitar sob sigilo.

131. Vide, ainda, o quadro anexo dos processos de TCA/PCA da CEB e suas subsidiárias, cujas contas foram todas elas julgadas regulares por este Tribunal.

132. Assim, é relevante que se autorize a realização de auditoria, para que, à semelhança do TCU e TCERS, antes citados, o TCDF analise as contas da CEB, em face do contrato de concessão citado, a partir de 2015, e sua saúde financeira, contribuindo, tecnicamente, para o deslinde da questão, paulatinamente aos debates que deverão ser desenvolvidos perante o Poder Legislativo distrital.” (grifos do original)

Em 29.09.2020, ingressaram no Tribunal os Ofícios n.ºs 13/2020-GAB DEP. ARLETE SAMPAIO-LEGIS e 14/2020-GAB DEP. ARLETE SAMPAIO-LEGIS (e-DOC A99006BD-c e A3879540-c), da lavra da Deputada Distrital Arlete Sampaio, em que a n. parlamentar peticionou, em suma, a instrução processual “*com a urgência e prioridade já reconhecidas por todos os Conselheiros desta Corte de Contas*” e o julgamento definitivo de mérito do presente processo.

Foi também juntado aos autos pedido da CEB (e-DOC 1814DFCD-c) para ter acesso ao documento de e-DOC F0C6A3B0-c, e para ter “*vista antecipada de qualquer outra nova representação, para que possa manifestar no prazo de 10 (dez) dias*”.

No dia 14.10.2020, o Stiu/DF, por intermédio do documento de e-DOC 80ACBA19-c, requereu “*acesso aos autos para obtenção de cópias, a partir do evento 9DD99BBD-e de 13/10/2019 até o fim*”.

Os autos ingressaram em meu Gabinete no dia 14.10.2020, às 13h53.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Mediante o Despacho Singular n.º 654/2020-GCIM (e-DOC CA419F19-e), de 14.10.2020, deferi os pedidos de realização de sustentação oral formulados pela PGDF, pelo Stiu/DF e pela CEB Holding (peças 75, 153 e 171, respectivamente), fixando a data de hoje, 21.10.2020, para o exercício das manifestações orais demandadas.

Por meio da referida decisão singular, também autorizei o fornecimento de cópia dos autos a partir da peça 191 à CEB Holding, ao Stiu/DF e à

¹³⁹ No RS, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentou um panorama geral do contrato de concessão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e o papel da agência reguladora, enquanto agente fiscalizador. <https://estado.rs.gov.br/aneel-detalha-situacao-da-concessao-da-ceee-d>. O trabalho do TCE RS também é destaque nessa temática: <https://controle-publico.jusbrasil.com.br/noticias/100456913/trabalho-dotce-rs-e-destaque-no-jornal-zero-hora>. Vide, ainda: <https://www.ceee.com.br/sustentabilidade-educacao/eficiencia-energetica/chamadas-publicas/documentos-chamada-publica-pee/chamada-publica-peeceee-d-001-2019/edital-de-chamada-publica-001-2019>. Vide, também: “Fizeram um planejamento de inviabilizar a CEEE, para impor uma privatização compulsória e a qualquer preço” <https://www.ceapetce.org.br/noticias/-fizeram-um-planejamento-de-inviabilizar-a-ceee-para-impor-umaprivatiza%C3%A7%C3%A3o-compuls%C3%B3ria-e-a-qualquer-pre%C3%A7o-/>

¹⁴⁰ Processo autuado após a realização de Auditoria Operacional no âmbito do Processo nº 5.432/2013, cujo objeto foi a avaliação do sistema de distribuição de energia elétrica, notadamente no que concerne à qualidade, confiabilidade e racionalização do consumo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

PGDF, e deferi o fornecimento de cópia do documento de e-DOC F0C6A3B0-c à Companhia distrital.

No que se refere ao requerimento da sociedade de economista mista para ter “*vista antecipada de qualquer outra nova representação, para que possa manifestar no prazo de 10 (dez) dias*”, esclareci que o Plenário, ao analisar pleito de mesma natureza, indeferiu-o, consoante termos vazados no item VI da Decisão n.º 3.396/2020.

Em 15.10.2020, foi juntado ao processo o Ofício n.º 67/2020-GP1P (e-DOC 5C9676BA-e), em que o MPJTCDF encaminhou, “*em aditamento ao Parecer nº 869/2020-G1P (e-DOC 9DD99BBD-e), sem alteração de seu mérito, a notícia publicada no link a seguir: <https://www.google.com.br/amp/s/www.correiobraziliense.com.br/cidadesdf/2020/10/amp/4881932-privatizacao-da-ceb-e-aprovada-em-assembly-comacionistas.html>, em anexo [e-DOC 5681E547-e].*”

No dia 19.10.2020, foi carreado aos autos documento da CEB (e-DOC 923A54BC-c) requerendo a juntada ao feito de parecer da lavra da advogada Ellen Gracie Northfleet, ex-Ministra do Supremo Tribunal Federal – STF (e-DOC 4B1C17B1-c).

Também em 19.10.2020, a CEB trouxe ao processo cópia de decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Brasília no âmbito da Ação Popular n.º 0706848-38.2020.8.07.0018-TJDFT (e-DOC 6C9F6FC7-c).

O Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, em aditamento ao Parecer n.º 869/2020-GP1P, encaminhou ao gabinete deste Relator, por intermédio do Ofício n.º 70/2020-GP1P (e-DOC 875F94CA-e), documentos relacionados à fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL sobre a qualidade dos serviços prestados pela CEB-D e a aspectos econômico-financeiros da empresa (peças 224/228).

É o relatório.



VOTO

Os autos foram constituídos para cuidar, originalmente, de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por diversos empregados¹⁴¹ da CEB Distribuição S.A., versando sobre possíveis irregularidades atinentes à convocação para Assembleia de Acionistas da empresa, que tem por objeto a deliberação sobre a alteração do Plano de Negócios 2019/2023 e a captação de recursos associados com a alienação de participação acionária desta última.

Recorde-se que, mediante o **Despacho Singular n.º 338/2019-GCIM**, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994 e no art. 123 do Regimento Interno do TCDF, decidi, em suma, por: tomar conhecimento da representação constante do e-DOC 5FBD0ED3-c; considerar prejudicada a medida cautelar pleiteada na exordial, tendo em conta que a assembleia de acionistas foi realizada na data prevista e que o Poder Judiciário denegou a prolação de liminar no âmbito do Processo n.º 0706217-31.2019.8.07.0018; e fixar o prazo de 05 (cinco) dias para manifestação da jurisdicionada acerca dos fatos representados.

A referida deliberação monocrática foi referendada pelo Plenário por intermédio da **Decisão n.º 2.223/2019**.

Em 1º.07.2019, a Companhia Energética de Brasília – CEB protocolou nesta Corte o documento de e-DOC 9A6E77D6-c, em atenção ao disposto no item III do mencionado despacho singular.

Posteriormente, no dia 15.07.2019, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – **Stiu/DF** apresentou requerimento para ingresso no feito como interessado, com fulcro no art. 119 do RI/TCDF, bem como para obtenção de cópia integral dos autos, o que foi deferido pelo Plenário mediante a **Decisão n.º 2.492/2019**.

A unidade instrutiva, por intermédio da **Informação n.º 41/2019-2ª Digem**, ao analisar o mérito da exordial, sugeriu à Corte: conhecer da documentação carreada ao feito; ratificar a chancela de sigilo conferida provisoriamente aos autos, nos termos da Resolução TCDF n.º 207/2010; deliberar sobre os pedidos de sustentação oral formulados pelo STIU/DF e pela CEB; considerar, no mérito, improcedentes as representações dos Empregados da CEB e do STIU/DF; determinar à CEB que se abstenha de tomar qualquer medida que venha a ultimar a alienação do controle acionário da CEB Distribuição até que seja publicado o acórdão referente à decisão do Recurso Extraordinário – RE 5.626; e dar ciência da decisão a ser proferida à CEB, ao STIU/DF e aos representantes, autorizando o retorno dos autos à Segem/TCDF para fins de arquivamento.

O MPJTCDF opinou de forma divergente da área instrutiva, nos termos do **Parecer n.º 592/2019-G1P**, pugnando pela procedência da representação dos empregados da CEB-D.

Na Sessão Reservada n.º 1.289, de 22.10.2019, foram realizadas sustentações orais de defesa pelo Dr. Jorge Luiz Leitão da Silva, OAB/DF 27.349,

¹⁴¹ Listados às fls. 14/21 do e-DOC 5FBD0ED3-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

autor da representação; pela Dra. Clara Lis Coelho de Andrade, OAB/RJ 185.778, representante legal do STIU/DF; e pelo Dr. Murilo Bouzada de Barros, OAB/DF 11.467, Consultor Jurídico da Companhia Energética de Brasília.

Naquela ocasião, o patrono da CEB suscitou questão de ordem quanto à necessidade de chamamento do Distrito Federal para pronunciamento no feito, que acabou sendo indeferida pelo Tribunal mediante a **Decisão n.º 3.822/2019**.

O Stiu/DF, a CEB-Holding e os representantes acostaram ao feito os memoriais de e-DOC 438C8E87-c, CF9EBD5A-c e 67ED344F-c, respectivamente.

No dia 20.11.2019 o Stiu/DF protocolou o documento de e-DOC EA0448FE-c, contendo "*Alguns fatos novos a respeito dos indicadores de qualidade e econômicos-financeiros da CEB Distribuição*", que seriam "*essenciais ao esclarecimento da demanda tratada nestes autos*".

Em 26.11.2019, o mesmo sindicato, por intermédio do documento de e-DOC F1ECAAE2-c, requereu a concessão de medidas cautelares, para que a Corte determinasse a suspensão do Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1, celebrado entre a CEB-Holding, o Distrito Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e determinasse que a CEB-Holding solicitasse a suspensão do Pregão Eletrônico n.º 42/2019-BNDES, lançado pelo BNDES, até que "*o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada nestes autos*".

A 2ª Digem/TCDF, por meio da **Informação n.º 66/2019-2ª Digem**, analisou os termos das noveis demandas do Stiu/DF como representação e propôs ao Plenário não conhecer da nova representação formulada pelo sindicato, tendo em vista o não atendimento do requisito previsto no art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF.

O titular da Segem/TCDF, por intermédio de cota aditiva de e-DOC 983959AA-e, propôs "*solução alternativa*" no sentido de "*sobrestar a apreciação da Representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente do Distrito Federal - STIU/DF (peça 67) até que o Tribunal decida quanto ao mérito da Representação (peça 03) conhecida por meio da Despacho Singular nº 338/2019 - GCIM, referendado pela Decisão nº 2223/2019*".

Na Sessão Ordinária n.º 5.183, de 05.12.2019, conforme previsto no Extrato de Pauta n.º 95/2019, publicado no DODF do dia 03.12.2019, submeti o processo ao descortino do Colegiado para deliberação acerca do novel documento carreado ao feito pelo Stiu/DF e para exame de mérito da exordial.

Na ocasião, apresentei o voto de e-DOC 3E1D91F5-e, tendo o e. Conselheiro Paulo Tadeu pedido vista dos autos, adiando a discussão da matéria, nos termos da **Decisão n.º 4.241/2019**.

Em 05.12.2019, às 16h, após o início da referida sessão de julgamento, deu entrada em meu Gabinete o documento de e-DOC 461E70D1-c, protocolado pelo Distrito Federal, por intermédio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, requerendo o "*seu ingresso no presente feito, na qualidade de controlador majoritário da CEB e indireto da CEB Distribuição S/A*".



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

O ente estatal requereu, também, *“a intimação de todos os atos do processo, inclusive para realização de sustentação oral ao tempo do julgamento pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal”*.

Anoto que, apesar de o aludido expediente, subscrito pela Procuradora-Geral do Distrito Federal, ter ingressado em meu Gabinete somente depois de iniciada a Sessão Ordinária n.º 5.183, inviabilizando, assim, a apreciação prévia do documento por este Relator, fato é que o referido requerimento foi protocolado no Tribunal às 13h21 do dia 05.12.2019, anteriormente, portanto, à realização da sessão plenária.

Nessas circunstâncias, tive por necessário chamar o feito a ordem, de modo a dar adequada jurisdição ao pleito formulado pelo **Distrito Federal**, considerando que a possibilidade de ingresso no processo como interessado privilegia a efetivação dos postulados constitucionais do contraditório e da ampla defesa, pois evita que o Estado-juiz decida sem franquear previamente amplas e reais possibilidades de participação àqueles que sentirão, de alguma forma, os efeitos de sua decisão.

Registro, ainda, que, no dia 09.12.2019, a CEB-Holding, mediante expediente subscrito pelo seu consultor jurídico (e-DOC CF44DDD4-c), Dr. Murilo Bouzada de Barros, demandou cópia do inteiro teor das peças de e-DOC EA0448FE-c e F1ECAAE2-c, e da Informação n.º 66/2019-2ª Digem, *“para que a jurisdicionada possa manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, em atenção aos princípios da ampla defesa e contraditório e, igualmente, ao princípio da “não-surpresa” ao dedicar à parte a manifestação de documentos que não teve acesso antes o julgamento de mérito”*.

Diante disso, submeti os autos a julgamento na Sessão Ordinária n.º 5.184, de 10.12.2019, oportunidade em que o Tribunal, acolhendo a proposta deste Relator, prolatou a **Decisão n.º 4.274/2019**, deliberando, em suma, por: conhecer de documentos juntados ao processo; deferir o pedido de habilitação do Distrito Federal no processo como interessado, autorizando o fornecimento de cópia integral dos autos à PGDF, e concedendo prazo de 15 (quinze) dias para que o ente estatal tenha a oportunidade de se manifestar sobre a matéria tratada nos autos em exame, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; informar à PGDF que o Órgão Central do Sistema Jurídico do Distrito Federal será oportunamente notificado da data a ser fixada para a realização de sustentação oral, na forma do art. 136, § 2º, do Regimento Interno desta Corte; tornar sem efeito a Decisão n.º 4.241/2019; determinar à STI/TCDF que exclua a peça de e-DOC 3E1D91F5-e (Relatório/Voto do Relator) do sistema e-TCDF; e deferir o pedido para fornecimento de cópia das peças processuais requeridas pela CEB, fixando prazo de 5 (cinco) dias para que a Companhia possa se manifestar sobre o teor dos documentos de e-DOCs EA0448FE-c e F1ECAAE2-c.

Posteriormente, a CEB, mediante o documento de e-DOC F87B7E5B-c, requereu a prorrogação de prazo por 5 (cinco) dias, para atender ao disposto no *decisum* supramencionado.

Em 21.01.2020, a Companhia se manifestou por meio do expediente de e-DOC B14DEFE2-c.

A PGDF, apesar de ter recebido cópia das peças processuais (recibo de e-DOC 90E2C580-e), não se pronunciou nos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

No dia 30.01.2020, o Stiu/DF protocolou na Corte novo expediente (e-DOC 5635497B-c), com pedido de medida cautelar.

O sindicato sustentou, em síntese, que a CEB teria negado ao sindicato o fornecimento de documentos referentes ao Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1, em afronta às disposições da Lei de Acesso à Informação.

Asseverou, também, que o extrato do citado ajuste não teria sido publicado na imprensa oficial, em desacordo com a Lei n.º 8.666/1993, e insurgiu-se contra a alteração do Plano de Negócios da Companhia e os consequentes dispêndios de recursos com as contratações de consultorias diversas.

Pugnou por liminar para que se determine à CEB e ao DF que *“apresentem os documentos relativos ao CONTRATO n.º 19.20511.1 entre a CEB Holding e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com interveniência e anuência do Distrito Federal, tendo por objeto a estruturação do projeto de alienação do controle societário da CEB Distribuição S.A. Mais especificamente: (i) notas técnicas que embasaram a contratação; (ii) atas das Assembleias que deliberaram pela assinatura do contrato; (iii) justificativas e pareceres jurídicos; (iv) pesquisas de valores praticados no mercado; (v) termo de referência do contrato; (vi) da minuta contratual e todos os seus anexos; (vii) extrato de publicação do contrato. (viii) a cópia integral do procedimento administrativo que culminou na assinatura do referido contrato, documento este que, por natureza, deve ser publicizado; (ix) dentre outros que porventura existam como por exemplo aditivos contratuais, etc.”*

O corpo instrutivo se manifestou mediante a Informação n.º 10/2020-2ª Digem, e o MPJTCDF emitiu o Parecer n.º 88/2020-G1P.

Na Sessão Reservada n.º 1.315, de 10.03.2020, o Plenário exarou a **Decisão Reservada n.º 64/2020**, deliberando, em síntese: pelo conhecimento dos documentos de e-DOC F1ECAAE2-c e 5635497B-c, formulados pelo Stiu/DF, como adendos à exordial, denegando os pedidos de medida cautelar constantes do expediente de e-DOC F1ECAAE2-c, por não restarem caracterizados, de forma simultânea, os pressupostos necessários para a sua prolação; por determinação à CEB para que envie cópia de documentos ao Gabinete do Relator para análise quanto à incidência ou não do regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital n.º 34.276/2013, devendo a Cogedoc/TCDF dar tratamento restrito aos documentos que vierem a ser protocolados nesta Corte em atenção à diligência; pela concessão de prazo de 10 (dez) dias à CEB para que se manifeste sobre o teor do documento de e-DOC 5635497B-c, tendo em vista que já o fez em relação ao documento de e-DOC F1ECAAE2-c, facultando o pronunciamento do Distrito Federal no mesmo prazo, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; pelo envio de cópia de peças do processo à CEB e à PGDF; e pela não confirmação da classificação de sigilo dos autos, ante a ausência de elementos que justifiquem, *in casu*, a excepcionalização do princípio constitucional da transparência.

Em 16.03.2020, A Companhia Energética de Brasília – CEB opôs embargos de declaração (e-DOC 7D314125-c), em face do aludido *decisum*.

Posteriormente, por meio do Ofício n.º 29/2020-G1P (e-DOC 5EFFB5A7-e), o MPJTCDF encaminhou a este Relator o documento de e-DOC 34751BED-c, remetido ao órgão ministerial pelo Stiu/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

No dia 18.05.2020, o mencionado sindicato protocolou na Corte o expediente de e-DOC 5B23D4E0-c, contendo pedidos de medidas cautelares.

O Plenário prolatou, então, a **Decisão n.º 1.655/2020**, de 20.05.2020, deliberando, em suma, pelo: conhecimento dos embargos de declaração opostos Companhia Energética de Brasília – CEB em face da Decisão Reservada n.º 64/2020, negando-lhes provimento, ante a ausência de obscuridade, omissão ou contradição na deliberação plenária recorrida; conhecimento do documento de e-DOC 5B23D4E0-c, protocolado Stiu/DF, como adendo à representação de e-DOC 5FBD0ED3-c, na parte que trata do Contrato de Escrituração de Projeto n.º 19.2.0511.1 e do desenvolvimento dos contratos firmados com o BNDES após o Pregão Eletrônico n.º 42/2019-BNDES; ter por prejudicado o pedido de medida cautelar constante do documento a que alude o item I.b, para suspensão de “*eventual análise e execução da modelagem de desestatização da CEB Distribuição*”, tendo em vista que a Corte já apreciou, na essência, a demanda, de forma ampla, nos termos do item II da Decisão Reservada n.º 64/2020, prevalecendo, *in casu*, os mesmo fundamentos adotados naquela deliberação plenária; prazo de 5 (cinco) dias para que a CEB-Holding dê fiel cumprimento ao item III da Decisão Reservada n.º 64/2020; alerta à Cogedoc/TCDF quanto ao disposto no item VII da Decisão Reservada n.º 64/2020; desentranhamento do documento de e-DOC 34751BED-c dos autos, com a autuação de processo específico pela Segem/TCDF para análise do preenchimento dos requisitos de admissibilidade, posto a matéria ali reportada não haver sido encampada pelo órgão ministerial no Ofício n.º 029/2020-GP1P, bem como a juntada de cópia do e-DOC 5B23D4E0-c no feito a ser autuado para a devida análise.

No dia 21.07.2020, o Stiu/DF apresentou aditamento à representação por ele formulada (e-DOC 21582647-c).

Em harmonia com as proposições oferecidas pela Segem/TCDF no bojo da Informação n.º 50/2020-2ª Digem, com fundamento no artigo 40 da Lei Complementar n.º 01/1994 e no art. 123 c/c o art. 230, § 9º, e art. 248, inciso V, todos do Regimento Interno desta Corte, decidi mediante o **Despacho Singular n.º 477/2020-GCIM** pelo: conhecimento do e-DOC 21582647-c como adendo à representação inicial do Stiu/DF; determinação à CEB-H para que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe circunstanciados esclarecimentos sobre o novel documento apresentado pelo Stiu/DF, facultando o pronunciamento da PGDF no mesmo prazo.

Posteriormente, em 14.08.2020, foram juntados a estes autos dois documentos constando manifestação da CEB (e-DOC F2B6C9DE-c e e-DOC FF429E48-c).

Na mesma data, antes que fosse possível a análise de mérito do feito, juntou-se aos autos mais um requerimento do Stiu/DF, contendo novo pedido de medida cautelar.

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 69/2020-2ª Digem, discorreu sobre o teor e quanto à admissibilidade da novel peça protocolada pelo Stiu/DF.

Na Sessão Ordinária n.º 5.222, de 19.08.2020, o Tribunal exarou a **Decisão n.º 3.396/2020**, no seguinte sentido: conhecimento do documento de e-DOC BD145CC1-c, protocolado pelo Stiu/DF, como adendo à representação de e-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

DOC 5FBD0ED3-c; ter por prejudicados os pedidos constantes da primeira parte do item “i” e do item “iii” do e-DOC BD145CC1-c; indeferimento dos pedidos de medida cautelar insertos na segunda parte do item “i” e no item “ii” do e-DOC BD145CC1-c, ante o não atendimento, de forma simultânea, dos requisitos necessários à sua prolação; com esteio no art. 230, §§ 7º e 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, determinação à CEB-Holding para que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste esclarecimentos quanto ao teor do novel documento manejado pelo Stiu/DF, facultando à PGDF, na condição de representante do acionista majoritário Distrito Federal, pronunciar-se no mesmo prazo; deferimento do pedido de cópia de peças processuais formulado pela CEB; denegar o pedido constante do e-DOC 3BCA8D03-c, ante a ausência de previsão no RI/TCDF e na LO/TCDF; e retorno dos autos à Segem/TCDF, para que, transcorrido o prazo para cumprimento das diligências, promova exame de mérito da representação objeto dos autos em exame e de todos os seus adendos, em caráter urgente e prioritário.

Em atenção à referida deliberação, a CEB protocolou no Tribunal, em 28.08.2020, o documento de e-DOC 9C7675CF-c, juntamente com os anexos de e-DOC 2B6BB4CB-c e 23EC45B3-c.

O Stiu/DF, em 24.09.2020, ingressou com o documento de e-DOC F0C6A3B0-c, requerendo: “i. *Seja certificado o decurso de prazo para manifestação da PGDF em relação ao documento e-DOC BD145CC1-c; ii. A imediata remessa do processo ao SEGEM, para que este proceda à nova instrução processual em razão (i) do Parecer Independente do Prof. Dr. Gilberto Bercovici que se junta ao processo; (ii) da íntegra do acórdão do Supremo Tribunal Federal no referendo da medida cautelar da ADI 5.624/DF; e (iii) das argumentações que se apresentaram naquela petição, quais sejam a) usurpação de competência da Câmara Legislativa Distrital à luz da Lei Orgânica do Distrito Federal; b) desvio de finalidade em relação ao o Acórdão do STF na medida cautelar da ADI 5.624/DF – com a urgência e prioridade já reconhecidas por todos os Conselheiros desta Corte de Contas; iii. Ato contínuo, que seja o processo em questão incluído em pauta, com a mesma urgência e prioridade acima mencionadas, para julgamento de seu mérito em caráter definitivo*”.

A Segem/TCDF, em atendimento ao item VIII.b da Decisão n.º 3.396/2020, por meio da **Informação n.º 77/2020-DIGEM2**, examinou o mérito das questões objeto do feito, tendo, de início, apresentado breve histórico dos autos e transcrito o teor da Informação n.º 41/2019-2ª Digem, mediante a qual a unidade instrutiva havia se manifestado anteriormente sobre o mérito da exordial.

Ressaltou o corpo instrutivo que as supostas irregularidades apontadas pelos empregados signatários da peça inaugural e pelo STIU/DF são semelhantes e, por isso, foram analisadas em conjunto.

Na visão da área instrutiva, “*Acerca de suposto descumprimento de determinações estabelecidas na Lei Orgânica do DF e na Lei 5.577/2015, principalmente sobre a necessidade de autorização legislativa para a alienação do controle acionário da CEB Distribuição, entendeu-se que não foram comprovadas as irregularidades levantadas pelos Representantes*”. Para tanto, afirmou que, “*Quanto à Lei Distrital nº 5.577/2015, resta claro que é uma regra autorizativa, não tendo o caráter vinculante. Sobre a necessidade de autorização legislativa, que seria preceituada no artigo 19 da Lei Orgânica do DF, também não cabe a aplicação, já que a Norma faz essa determinação para Empresas Públicas e não suas*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

subsidiárias, como é o caso da CEB Distribuição”.

Sobre o eventual desvio de finalidade alegado pelo Stiu/DF a partir do decidido pelo Supremo Tribunal Federal – STF na ADI 5624, a unidade instrutiva asseverou que, *“Observando a situação fática, entende-se que não assiste razão aos Representantes. Compreende-se que não ficou caracterizado o uso de subterfúgios por parte da CEB, para se adequar ao deliberado pela Corte Suprema”.*

Sustentou que *“a CEB Distribuição foi criada há mais de 10 anos, por força de lei, não sendo, portanto, possível que isso fosse feito como forma de faturar a Empresa para alienação futura de seu controle acionário”.*

E, apesar de reconhecer que *“a CEB Distribuição é, sem dúvida, o “carro-chefe” do grupo, até pela atividade que desempenha, que necessita de muito maior número de funcionários que as demais subsidiárias da Holding, bem como de movimentação de recursos bem superiores às demais”,* concluiu que *“esse fato não é suficiente para descaracterizá-la como subsidiária, bem como excluí-la da sujeição às normas legais preconizadas na Lei nº 13.303/2016”.*

Acerca do alegado pelo Stiu/DF em relação ao arquivamento, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do processo de avaliação da execução e cumprimento do Plano de Melhorias e Providências apresentado pela CEB Distribuição S.A., para restabelecer a qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, no que tange aos indicadores de continuidade, no período de 2018/2019, o corpo instrutivo afirmou que *“a CEB tem razão em suas afirmações. Em nenhum momento, neste processo, discutiu-se sobre os indicadores de continuidade DEC e FEC, até porque, à época da Representação e análises os referidos indicadores estavam sendo cumpridos”.*

Não obstante, ressaltou que, *“observando as Demonstrações Financeiras de 2019, verificou-se que não foram cumpridas as metas estabelecidas pela ANEEL acerca dos mencionados indicadores, fato que deve ser objeto de adoção de providências pela CEB-D, já que a ocorrência não pode se repetir por três anos consecutivos, sob pena de abertura de processo de caducidade, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, firmado entre a Companhia e a Agência Reguladora em 2015”.*

Sobre a recuperação econômico-financeira da CEB-D, reportou que *“a Empresa, depois de ter apresentado em 2018 um prejuízo no valor de R\$ 33.678 milhões, em 2019 passou a ter lucro de R\$ 41.892 milhões”.* Ponderou, contudo, que *“a situação ainda é muito complexa. Ressalta-se que uma das medidas que mais impactaram a obtenção de um resultado positivo em 2019 foi a negociação com o Governo do Distrito Federal que permitiu o diferimento do pagamento de parte do ICMS referente aos meses de março a novembro de 2019”.*

A respeito do aventado interesse da empresa ENEL, que adquiriu a antiga Companhia Elétrica do Estado de Goiás – CELG-D, em assumir os serviços hoje prestados pela CEB-D, a área instrutiva, após noticiar alguns fatos que denotariam o mal desempenho da referida empresa em Goiás, arguiu que *“como está em curso esse procedimento de levantamento prévio, entende-se importante que se tenha um pleno conhecimento sobre as condições operacionais de qualquer um dos possíveis interessados no projeto. Afinal, não se justificaria a substituição do controle da CEB-D por uma empresa que possa apresentar problemas e trazer danos à população do Distrito Federal”.*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Salientou, ainda, que *“a efetivação do processo de alienação que porventura vier a acontecer, poderá ser acompanhado por este Tribunal, visando o pleno atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Desse modo, compreende-se que não cabe a antecipação do debate nestes autos”*.

Acerca do Contrato de Estruturação de Projeto n.º 19.2.0511.1, firmado entre a CEB Holding e o BNDES, a Segem/TCDF entendeu que não merecem prosperar as alegações do sindicato. Afirmou que *“trata-se de um acordo para elaboração de um plano para uma possível alienação do controle societário da Empresa, o que não significa uma autorização para a efetivação da venda”*.

Defendeu que *“os estudos nada mais são que um instrumento de gestão, com a finalidade de escolher o melhor caminho a ser adotado pela Empresa”*, e que *“a CEB não está tomando medidas antes da decisão definitiva desta Corte sobre o mérito da Representação tratada nestes autos, pois trata-se apenas de construção de projeto, que pode ou não ser executado”*.

Inclusive em relação ao Pregão Eletrônico n.º 42/2019-BNDES, sustentou que *“a contratação do BNDES foi para realização de projeto e não para execução da venda. E isso, compreende-se, está dentro do poder discricionário do gestor da Empresa Pública”*.

Quanto aos valores envolvidos nessa contratação, a unidade instrutiva asseverou *“não haver indícios de irregularidade, já que tratam da prestação de serviços especializados que, obviamente, devem ser remunerados”*, e que *“que esses custos não podem ser, previamente, considerados irregulares. Qualquer afirmação nesse sentido somente seria possível procedendo à análise dos contratos que vierem a ser firmados. Desse modo, depreende-se que não caberia, no âmbito destes autos, tal discussão”*.

O corpo instrutivo afirmou, no que se refere à contratação direta do BNDES, ser *“inquestionável a notoriedade do BNDES na questão em exame, pois sua ampla atuação ao longo de muitos anos demonstra seu know how no assunto em debate”*, e que *“os valores praticados no contrato firmado entre a CEB Holding e o BNDES são compatíveis com os de mercado, podendo ser considerados justificáveis”*, não subsistindo indícios de afronta aos preceitos estabelecidos na Lei das Estatais.

Em outra frente, a área instrutiva arguiu que *“não se verificou indícios de que a alteração do Plano de Negócios da Companhia se deu de forma açodada”*. Frisou que as questões alusivas ao cumprimento dos planos de negócio e às dificuldades financeiras da Companhia vêm sendo observadas há tempos, sendo possível *“afirmar que ocorreram discussões e foram feitas análises e estudos sobre o Planejamento Estratégico da CEB Distribuição”*.

Destacou que: *“A alteração de planos ou mudança de estratégia em um ambiente corporativo é uma ocorrência absolutamente normal, desde que haja fatos que justifiquem referida ação. E, reconheçamos, como a CEB Distribuição não vinha conseguindo cumprir as metas estabelecidas em seus Planos de Negócios, considera-se justificável que ocorresse mudança de rumo”*; *“compreende-se que se trata de uma ferramenta de gestão da Companhia, estando legalmente inserida no poder discricionário do gestor. Cabe aos Administradores da Empresa Pública o cumprimento dos procedimentos legais para realizar qualquer alteração”*; *“não se*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

verificou descumprimento de ritos. Diversas discussões sobre o tema foram realizadas nos encontros do Conselho de Administração da Companhia, como, por exemplo, na 17ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 24/05/2019, na qual foi debatida e aprovada a alteração do Plano de Negócios de 2019/2023¹”; “na 588ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 19/12/2019, foi debatido e aprovado o Plano de Negócios da CEB para o período de 2020/2024²”; e “cabe lembrar sobre a 98ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB, realizada em 19/06/2019, que, inclusive foi o motivo para a Representação inicial que deu origem a estes autos, que tratou, dentre outras, da alteração do Plano de Negócios da Companhia”.

A respeito do alegado dispêndio da CEB com consultorias diversas que posteriormente não tiveram os resultados dos seus trabalhos implementados, a Segem/TCDF entendeu “*que são instrumentos de gestão, utilizados por qualquer empresa que busque dados de forma a permitir uma melhor tomada de decisão. Isso não significa uma obrigatoriedade de adoção das medidas constantes nestes trabalhos*”.

Sobre a documentação requerida pelo Tribunal por meio do item III da Decisão Reservada n.º 64/2020 e do item III da Decisão n.º 1.655/2020, noticiou a unidade instrutiva que a CEB teria encaminhado as peças relacionadas pela Corte, à exceção do extrato de publicação do contrato firmado com o BNDES¹⁴².

Ao examinar a documentação, o corpo instrutivo asseverou que “*as informações constantes das mencionadas peças já são de amplo conhecimento público, conforme pode ser confirmado inclusive por juntada, nestes autos, de cópias de diversas matérias divulgadas pela mídia sobre a questão*”, e que a “*exposição da situação econômico-financeira da CEB não pode ser considerada irregular, até pelo fato de que é feita, legalmente, na publicação de seus demonstrativos contábeis. E tudo o que consta nestes autos sobre esse tema consta das peças divulgadas*”.

Concluiu, no ponto, que as aludidas peças não estão sujeitas ao regramento disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Distrital n.º 34.276/2013.

Em relação ao salientado pelo Stiu/DF em relação ao momento da negociação, em razão de estarmos em meio à pandemia decorrente do novo coronavírus, o que poderia afetar as condições da transação envolvendo a CEB-D, a área instrutiva pontuou que a pandemia “*com certeza irá afetar negativamente as finanças da Companhia*” e “*pode afetar os valores envolvidos na negociação dos ativos da CEB Distribuição*”, tendo defendido que, “*caso se decida levar adiante a alienação em debate, o procedimento poderá ser acompanhado por este Tribunal, visando o pleno atendimento ao que prescreve o artigo 37 da Constituição Federal, quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da transação*”.

Quanto à abertura da Sala de Informações/Data Room, pugnou a Segem/TCDF pela improcedência das alegações do Stiu/DF, tendo em vista que “*Trata-se somente de cessão de informações a potenciais interessados no processo de alienação, sendo que os dados disponibilizados são devidamente protegidos por Termos de Confidencialidade, assinado por aqueles que acessam à base disponibilizada, conforme disposto no Manual de Procedimento de Diligências dos Interessados no Processo de Desestatização da CEB Distribuidora, divulgado no*

¹⁴² e-DOC A68A24D0-c.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

sítio do BNDES”.

No que tange ao aventado impedimento irregular de participação do conselheiro da empresa representante dos empregados nas deliberações relacionadas com a alienação do controle acionário da CEB-D, a unidade instrutiva sugeriu que seja exarado alerta à CEB *“para que cumpra o deliberado pela CVM, proporcionando igualdade de tratamento entre o Conselheiro Eleito pelos empregados da Empresa e os demais membros do Conselho de Administração, notadamente no que tange às questões relativas à alienação do controle acionário da CEB Distribuição, de forma a evitar penalidades por parte daquele Órgão Regulador”*.

Sobre o documento de e-DOC F0C6A3B0-c, afirmou o corpo instrutivo que não foi trazido nenhum fato novo pelo sindicato, propondo que o Tribunal apenas conheça da peça.

O MPJTCDF, por intermédio do **Parecer n.º 869/2020-GP1P**, opinou de forma parcialmente convergente com a Segem/TCDF.

A Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira afirmou que *“há precedentes do STF em que a tese da imprescindibilidade de autorização legislativa, por meio de lei em sentido formal, para a prática de atos que importem perda do controle acionário por parte do Estado, teria sido acolhida (ADI 234/RJ, ADI 1.703/SC, ADI 1.348/RJ), aduzindo a inconstitucionalidade material da dispensa de licitação para alienação de ativos de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias e controladas, bem como de sociedades de propósito específico criadas para gerir concessões públicas, por violação dos arts. 37, XXI, e 173, § 1º, III, da Constituição”*.

Destacou que, *“como estamos falando da perda do controle acionário da empresa-mãe, isso significaria privatização, o que não é regulamentado pela Lei 13.303/2016, muito menos pelo art. 29, XVIII”*.

O Parquet especial também frisou que, *“no caso da CEB, não há que se falar em holding no sentido tradicional, porque a holding pode ser apenas a que coordena todas as outras. Na verdade, a CEB distribuição é o coração do negócio, e o que está em jogo é, de fato, a privatização”*.

A i. Procuradora asseverou que *“Não há dúvidas para o MPC/DF da necessária participação do Poder Legislativo local, prévia, a toda essa discussão”, e que “A hipótese dos autos é de clara desestatização e, não, de desinvestimento”*.

Ratificando os termos do Parecer n.º 592/2019-GP1P, sustentou que *“o alijamento da CLDF é grave caso de ilegalidade a macular todo o procedimento”, propugnando so sentido de que “a CEB cesse todo e qualquer processo de desestatização, até que a CLDF se pronuncie”*.

Ao discorrer sobre a situação econômico-financeira da CEB-D e os reflexos da pandemia do novo coronavírus no cenário mercadológico e regulatório em que opera a empresa, o MPJTCDF ressaltou que *“Por qualquer ângulo que se veja, então, não se encontram justificativas eficientes e econômicas, para se pôr em prática um projeto de privatização, dessa envergadura, nesse momento de pandemia, e este argumento é jurídico, em obediência aos artigos 37 caput e 70, ambos da Constituição Federal”*.

Requeru, assim, *“que o TCDF oportunize, também, à ANEEL a*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

possibilidade de integrar o feito, querendo, para que possa trazer clareza aos autos do que, de fato, é possível ser feito nesse ano de pandemia, em face do inevitável descumprimento do acordo celebrado em 2015, a fim de se evitar a caducidade, em preservação do patrimônio público, já que o DF é o maior acionista da CEB Distribuição”.

Sobre o contrato celebrado entre a Companhia distrital e o BNDES, o órgão ministerial, ao citar caso que teria ocorrido no Rio Grande do Sul, com a autorização legislativa para privatização da empresa distribuidora de energia previamente à contratação daquele banco federal, afirmou que “*é totalmente procedente a Representação do Sindicato, sendo temerária a inversão das fases, até mesmo porque outra pode ser a decisão da CLDF*”.

Corroborou com o sindicato de que “*o gasto antieconômico se agrava, ao ser considerado que houve dispêndio de valores com empresas de consultoria para realização do objeto previsto na Lei Distrital nº 5.577/2015, que autorizou a alienação de participações acionárias da CEB, determinando que a receita oriunda das alienações fosse aplicada pela subsidiária CEB Distribuição em investimentos, pagamento de tributos e amortização de dívidas oriundas de empréstimos contraídos até a data de publicação da referida Norma*”.

O Parquet especial asseverou que “*não se pode aceitar como razoável que apesar das dificuldades financeiras por que passa a CEB, o gestor esteja autorizado a celebrar quaisquer contratos, antecipando-se ao devido marco legal*” e defendeu que o funcionamento da Sala de Informações/Data Room seria uma clara antecipação da privatização.

Acerca dos procedimentos para a celebração do ajuste com o BNDES, o d. Ministério Público acompanhou a unidade instrutiva “*quanto ao correto enquadramento no artigo 30, inciso II e § 1º, da Lei nº 13.303/2016, diante da inegável expertise do BNDES em questões relacionadas às privatizações ocorridas no Brasil, assim como no que se refere à escolha do executante*”, tendo ressaltado que, “*nesse ponto, o Sindicato não apontou irregularidade capaz de macular a contratação*”.

Contudo, especificamente em relação ao preço pactuado com o banco federal, o MPJTCDF discordou da análise apresentada pelo corpo instrutivo, propondo “*que a CEB preste informações mais precisas acerca da justificativa do preço contratado, de modo a indicar quais os parâmetros utilizados para a prática do preço*”, e que “*esta Corte determine a realização de inspeção no Contrato nº 19.20511.1, até mesmo para que se tenha pleno conhecimento dos meandros do ajuste entabulado entre a CEB, GDF e BNDES*”.

A Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira ainda sugeriu “*que o TCDF autorize a abertura de processo de fiscalização com a realização de uma profunda auditoria especial nos órgãos de Governança Superior da CEB, a fim de se identificar o motivo da dívida e do alegado desequilíbrio dessas contas*”.

Propugnou também por “*auditoria, para que, à semelhança do TCU e TCERS, antes citados, o TCDF analise as contas da CEB, em face do contrato de concessão citado, a partir de 2015, e sua saúde financeira, contribuindo, tecnicamente, para o deslinde da questão, paulatinamente aos debates que deverão ser desenvolvidos perante o Poder Legislativo distrital*”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Ao final do parecer consta anexo com “*Relação de TCA/PCA da CEB e suas subsidiárias*”, tendo sido carreado aos autos os anexos de peças eletrônicas 195/201.

Em 29.09.2020, ingressaram no Tribunal os Ofícios n.ºs 13/2020-GAB DEP. ARLETE SAMPAIO-LEGIS e 14/2020-GAB DEP. ARLETE SAMPAIO-LEGIS, da lavra da Deputada Distrital Arlete Sampaio, em que a n. parlamentar peticionou, em suma, a instrução processual “*com a urgência e prioridade já reconhecidas por todos os Conselheiros desta Corte de Contas*” e o julgamento definitivo de mérito do presente processo.

Foi também juntado aos autos pedido da CEB para ter acesso ao documento de e-DOC F0C6A3B0-c, e para ter “*vista antecipada de qualquer outra nova representação, para que possa manifestar no prazo de 10 (dez) dias*”.

No dia 14.10.2020, o Stiu/DF, por intermédio do documento de e-DOC 80ACBA19-c, requereu “*acesso aos autos para obtenção de cópias, a partir do evento 9DD99BBD-e de 13/10/2019 até o fim*”.

Os autos ingressaram em meu Gabinete no dia 14.10.2020, às 13h53, oportunidade em que este Relator, mediante o **Despacho Singular n.º 654/2020-GCIM**, deferiu os pedidos de realização de **sustentação oral** formulados pela PGDF, pelo Stiu/DF e pela CEB Holding (peças 75, 153 e 171, respectivamente), fixando a data de hoje, 21.10.2020, para o exercício das manifestações orais demandadas.

Por meio da referida decisão singular, também autorizei o fornecimento de cópia dos autos a partir da peça 191 à CEB Holding, ao Stiu/DF e à PGDF, e deferi o fornecimento de cópia do documento de e-DOC F0C6A3B0-c à Companhia distrital.

No que se refere ao requerimento da sociedade de economista mista para ter “*vista antecipada de qualquer outra nova representação, para que possa manifestar no prazo de 10 (dez) dias*”, esclareci que o Plenário, ao analisar pleito de mesma natureza, indeferiu-o, consoante termos vazados no item VI da Decisão n.º 3.396/2020.

Em 15.10.2020, foi juntado ao processo o Ofício n.º 067/2020-G1P, por intermédio do qual o Procurador Demóstenes Tres Albuquerque encaminhou, “*em aditamento ao Parecer nº 869/2020-G1P (E-doc: 9DD99BBD-e), sem alteração de seu mérito, a notícia publicada no link a seguir: <https://www.google.com.br/amp/s/www.correiobraziliense.com.br/cidadesdf/2020/10/amp/4881932-privatizacao-da-ceb-e-aprovada-em-assembly-comacionistas.html>, em anexo [e-DOC 5681E547-e].*”

No dia 19.10.2020, foi carreado aos autos documento da CEB requerendo a juntada ao feito de parecer da lavra da advogada Ellen Gracie Northfleet, ex-Ministra do Supremo Tribunal Federal – STF.

Também em 19.10.2020, a CEB trouxe ao processo cópia de decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Brasília no âmbito da Ação Popular n.º 0706848-38.2020.8.07.0018-TJDFT.

O Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, em aditamento ao Parecer n.º 869/2020-GP1P, encaminhou ao gabinete deste Relator, por intermédio do Ofício n.º Ofício n.º 70/2020-GP1P, documentos relacionados à fiscalização da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL sobre a qualidade dos serviços prestados pela CEB-D e a aspectos econômico-financeiros da empresa.

É esse o relato necessário nesta fase.

Após compulsar os autos, com as vênias de estilo, penso que o feito merece encaminhamento diverso neste momento.

O cerne da questão em debate neste processo consiste em saber se a alienação do controle acionário da CEB Distribuição S.A. depende ou não de prévia autorização específica do Poder Legislativo.

Cumpre ressaltar que posteriormente às manifestações dos órgãos instrutivo e ministerial, em 19.10.2020, o Juízo da 4ª Vara Cível de Brasília proferiu decisão, no âmbito da **Ação Popular n.º 0706848-38.2020.8.07.0018-TJDFT**, indeferindo pedido de tutela de urgência para obstar os trâmites da desestatização da CEB-D até o julgamento de mérito da referida ação.

No bojo da decisão judicial, o Exmo. Juiz Giordano Resende Costa ressaltou que naqueles autos “*postula-se a imposição de necessidade formal de obtenção de aprovação legislativa prévia ao ato de alienação*”, denotando nítida semelhança com o assunto tratado nestes autos.

Por pertinente, transcrevo o seguinte excerto da deliberação do mencionado Magistrado:

“(…)

Inicialmente, é forçoso reconhecer a ausência de um ato específico de impugnação, pois o que vem se vem antecipando o questionamento de uma futura decisão acerca da alienação.

Trata-se, portanto, de uma ação popular preventiva.

No tocante à alegação de necessidade de autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é forçoso reconhecer que o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADI 5624 disciplinou de forma expressa a desnecessidade de autorização legislativa quando da venda da participação acionária de uma subsidiária. Vejamos:

“(…)

Através de uma simples análise, observa-se que a primeira requerida é uma Sociedade de Economia Mista e possui participação das seguintes subsidiárias:

“(…)

Ou seja, o argumento central da peça inicial é falho e contrário ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, pois a sociedade requerida pode vender a sua participação acionária nas subsidiárias sem a necessidade de autorização legislativa.

É um precedente obrigatório, nos termos do artigo 927, I, do Código de Processo Civil e não pode este Juízo não o observar.

No tocante a alegação de lesão ao erário, à moralidade pública e ao patrimônio público, vejo que se trata de uma argumentação vaga e desprovida uma demonstração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

Este argumento não pode ser presumido. Pelo contrário, os atos da administração são dotados de boa-fé. Assim, para se desconstituir ou evitar a prática de um ato, deverá a parte demonstrar a efetiva lesão.

Vê-se, claramente, uma insatisfação dos autos com a política pública de desestatização, mas a insatisfação não é fundamento para o impedimento da prática do ato.

Por fim, não há pertinência subjetiva do terceiro requerido figurar no polo passivo, porquanto este é uma pessoa física e que ocupa transitoriamente o cargo de presidente da primeira requerida. Registro que é da natureza do cargo de presidente a sua transitoriedade, porquanto não é um cargo de carreira.

Outrossim, a pretensão exposta na inicial é no sentido de controlar um ato futuro de venda acionária de ações de uma subsidiária da primeira requerida e o autor na condição de pessoa física não tem qualquer ingerência sobre o ato.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, nos moldes postulados.

JULGO EXTINTO o processo, em relação ao requerido EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado da presente decisão, exclua-o do polo passivo.

Citem-se a primeira e a segunda requerida para a oferta de defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, observada a regra do art. 231, V, do Código de Processo Civil.

Atribuo à presente decisão os efeitos de mandado de citação.

Intime-se o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para que tome ciência e participe do feito, caso queira.

Cite-se e intemem-se.” (sublinhei)

Como se vê, a principal controvérsia instalada no presente processo encontra-se inteiramente judicializada.

Assim sendo, diante da inegável complexidade da matéria, entendo que este Tribunal deve, neste momento processual, seguir a orientação vigente emanada do Poder Judiciário, de modo inclusive a privilegiar a segurança jurídica sobre tema sensível e relevante para toda a sociedade local, evitando-se decisões conflitantes.

Anoto, ainda, que como principal fundamento da decisão acima referenciada, o juiz competente indicou a deliberação exarada pelo Supremo Tribunal Federal – STF quando do julgamento da ADI 5624 MC-REF/DF¹⁴³, que restou assim ementada:

“Ementa: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONCESSÃO PARCIAL MONOCRÁTICA. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. ART. 29, CAPUT, DA LEI 13.303/2016. VENDA

¹⁴³ O acórdão do citado julgado foi publicado no dia 29.11.2019 no Diário de Justiça Eletrônico – DJE (<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341840220&ext=.pdf>)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

DE AÇÕES. **ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DE EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA OU DE SUAS SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS. NECESSIDADE DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA E DE LICITAÇÃO. VOTO MÉDIO. MEDIDA CAUTELAR PARCIALMENTE PELO PLENÁRIO.**

I – A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação pública.

II – A transferência do controle de subsidiárias e controladas não exige a anuência do Poder Legislativo e poderá ser operacionalizada sem processo de licitação pública, desde que garantida a competitividade entre os potenciais interessados e observados os princípios da administração pública constantes do art. 37 da Constituição da República.

III – Medida cautelar parcialmente referendada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.” (grifos acrescidos)

Desse modo, tenho que o Plenário deve considerar que a desestatização da CEB Distribuição S.A., mediante alienação do seu controle acionário, não depende de prévia autorização legislativa específica, em harmonia com a decisão proferida no dia 19.10.2020 pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Brasília, no âmbito da Ação Popular n.º 0706848-38.2020.8.07.0018-TJDFT.

Deve-se, ainda, determinar à Segem/TCDF que acompanhe o deslinde da referida ação judicial, podendo a Corte deliberar sobre as demais questões em exame neste feito em fases processuais futuras.

Registro, também, que esta Corte irá fiscalizar aspectos técnicos e econômicos relacionados com a pretendida desestatização no curso do Processo n.º 00600-00007917/2020-19-e, na forma da Resolução n.º 201/2009-TCDF¹⁴⁴.

Por fim, deve-se dar ciência da decisão a ser proferida aos signatários da peça de e-DOC 5FBD0ED3-c, ao Stiu/DF e à CEB-Holding, por intermédio dos seus representantes legais, bem como ao Distrito Federal, por meio da PGDF, e à Deputada Distrital Arlete Sampaio.

Diante do exposto, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) da Informação n.º 77/2020-DIGEM2 (e-DOC 45794F71-e);
 - b) do Parecer n.º 869/2020-GP1P (e-DOC 9DD99BBD-e);
 - c) dos demais documentos juntados aos autos;
- II. considere que a desestatização da CEB Distribuição S.A., mediante alienação do seu controle acionário, não depende de prévia autorização legislativa específica, em harmonia com a decisão proferida no dia 19.10.2020 pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Brasília, no âmbito da Ação Popular n.º 0706848-38.2020.8.07.0018-TJDFT;

¹⁴⁴ Dispõe sobre a fiscalização dos procedimentos de desestatização promovida pela Administração do Distrito Federal, compreendendo a concessão, a permissão e a autorização de serviço público.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 14.174/19e

- III. determine à Segem/TCDF que acompanhe o deslinde da ação judicial a que alude o item II;
- IV. dê ciência da decisão a ser proferida aos signatários da peça de e-DOC 5FBD0ED3-c, ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – Stiu/DF e à Companhia Energética de Brasília – CEB Holding, por intermédio dos seus respectivos representantes legais, bem como ao Distrito Federal, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, e à Deputada Distrital Arlete Sampaio;
- V. autorize o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2020

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator